



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



A SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DA JUVENTUDE EM MOÇAMBIQUE

JUNHO 2023





COORDENAÇÃO

Instituto Nacional de Estatística (INE)
Eliza Mónica A. Magaua, Presidente do INE

Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)
Bérangère Boëll, Representante
Andrea M. Wojnar, Representante (2017-2021)

Ficha Técnica

COMITÉ TÉCNICO INTER-INSTITUCIONAL

Instituto Nacional de Estatística
Pedro Bernardo Duce, Director Nacional de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais (Coordenador do Comité)
Elísio Sebastião Mazive, Director Nacional Adjunto de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais
Adelaide Macaba Bazagari, Assessora do Presidente do INE
Abdulai Dade, Chefe do Departamento de Estatísticas e Estudos Demográficos

Fundo das Nações Unidas para a População

Muhammad Asif Wazir, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2023)
Alessio Cangiano, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (até 2022)
Ezekiel Ngure, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2022)
Simão Chatepa, Gestor do Projecto de Censo - Trust Fund

Universidade Eduardo Mondlane

Carlos Arnaldo, Director do Centro dos Estudos Africanos

PROCESSAMENTO DE DADOS

Anselmo Nhane, Chefe do Departamento de Informática e Sistemas de Informação
Muemed Cassimo; Maria Alfeu; João Manguê; Francisco Macaringue; Luis Bassanhane e Mussagy Ibraimo.

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO (ICON Institute)

Coordenação
Marco Gozio (Coordenador Geral)
Ralph Hakkert (Coordenador Técnico)

AUTORES

Carlos Arnaldo, Rogers Hansine

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Jessica Lomelin, Especialista em Comunicação e Desenvolvimento de Parcerias (UNFPA)
Karlina Salu, Oficial da Comunicação (UNFPA)

MAQUETIZAÇÃO

Habesha Media, México.

ACRÓNIMOS

OJM	Organização da Juventude Moçambicana
PJ	Política da Juventude
GJP	Gabinete da Juventude Parlamentar
EIPJ	Estratégia de Implementação da Política da Juventude
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CIADAJ	Comité Intersectorial de Apoio ao Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens
DD	dividendo Demografico
PF	Planeamento Familiar
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
INE	Instituto Nacional de Estatística
PEA	População Economicamente Activa
NEET	Neither in Employment nor in Education or Training
IDGE	Índice de desigualdade de género na educação
OIT	Organização internacional do Trabalho

PREFÁCIO

Os Censos Demográficos apresentam a fotografia do País no momento da recolha de dados, disponibilizando os dados da população e das habitações, bem como as suas principais características. Estes dados permitem identificar tendências e lacunas de modo a planificar e priorizar os investimentos necessários. O uso dos resultados dos censos pode catalisar mudanças profundas e melhorar a vida de milhões de pessoas.

Moçambique realizou quatro rondas de Recenseamento Geral da População e Habitação (Censos) desde a independência nacional em 1975, que tiveram lugar nos anos 1980, 1997, 2007 e 2017. Segundo as normas internacionais, o intervalo entre os Censos é de 10 anos, embora não se tenha cumprido este prazo entre o primeiro e o segundo Censo devido ao conflito armado no País.

Em Agosto de 2017, o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou o IV Recenseamento Geral de População e Habitação e em Abril de 2019 iniciou a divulgação dos resultados definitivos e oficiais.

Com recurso à base de dados do Censo 2017, foram realizados 17 Estudos Temáticos, concluídos em 2023 para fornecer uma análise mais profunda sobre os seguintes tópicos: Avaliação dos dados do Censo 2017; Projecções da População; Dinâmica da População; Fecundidade e Nupcialidade; Mortalidade; Mortalidade Materna; Migração e Urbanização; Deficiência; Inclusão Financeira; Situação das Crianças; Condições Socioeconómicas da Juventude; Padrão Linguístico; Agregados Familiares e Condições de Habitação; Força de Trabalho; Género; Educação e População Idosa.

Através dos relatórios dos estudos, a sociedade tem acesso à informação vital do panorama sociodemográfico actualizado de Moçambique, contribuindo assim para informar os processos de planificação e de formulação de políticas baseadas em evidências.

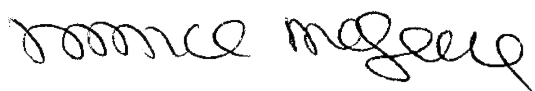
Com os resultados disponíveis, constatou-se que Moçambique mantém uma população jovem e em rápido crescimento, o que apresenta um potencial significativo para colher os benefícios de um dividendo demográfico. Para beneficiar deste dividendo é necessário um investimento adequado na saúde, educação, capacitação e emprego, promoção do capital social e humano e igualdade de género.

Expressamos os nossos mais profundos reconhecimentos a todas as entidades, singulares e coletivas, que contribuíram para a materialização e sucesso do projecto do Censo 2017. Salientamos em particular o apoio técnico e financeiro recebido do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Banco Mundial e do Fundo Fiduciário (Trust Fund) para o IV Censo, constituído pelos Governos do Canadá, Reino Unido, Suécia, Noruega e Itália.

Desejamos igualmente manifestar o nosso maior reconhecimento aos agregados familiares por terem aceitado fornecer os seus dados, bem como aos agentes de campo, com destaque para os recenseadores e guias locais por terem percorrido a extensão do território nacional em busca dos dados relevantes sobre os moçambicanos.

Esperamos um maior uso dos estudos temáticos e que neles se encontre o poder e o valor dos dados, assim como os achados da sua análise. Estes elementos permitirão uma compreensão mais profunda de Moçambique e servirão de referência para sugerir de maneira objectiva onde os investimentos são mais necessários para transformar positivamente a vida das pessoas no presente e das próximas gerações.

Presidente do INE



Eliza Mónica A. Magau

Representante do UNFPA



Bérangère Boëll

Índice

ÍNDICE	II
LISTA DE QUADROS	IV
LISTA DE GRÁFICOS	VI
LISTA DE FIGURAS	VII
SUMÁRIO EXECUTIVO	12
1. INTRODUÇÃO	13
1.1. CONTEXTO	13
1.2. CONCEITO DE JUVENTUDE	13
2. DADOS E METODOLOGIA	14
2.1. DISPONIBILIDADE DE DADOS	14
2.2. METODOLOGIA	14
2.2.1. ANÁLISE DESCRITIVA	14
2.2.2. ANÁLISE MULTIVARIADA	14
3. QUADRO REGULADOR DAS QUESTÕES DA JUVENTUDE EM MOÇAMBIQUE	15
3.1. QUADRO INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE QUESTÕES DA JUVENTUDE	15
3.2. CRONOLOGIA DOS INSTRUMENTOS REGULADORES DA JUVENTUDE	16
4. JUVENTUDE E DIVIDENDO DEMOGRÁFICO	18
4.1. O CONCEITO DE DIVIDENDO DEMOGRÁFICO E DE YOUTH BULGE	18
4.2. PLANEAMENTO FAMILIAR (PF)	19
4.3. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES	20
4.4. OPORTUNIDADES DE EMPREGO PARA JOVENS	20
4.5. SAÚDE	20
4.6. GOVERNAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	20
5. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO JOVEM, 1997-2017	21
5.1. TAMANHO E PESO DA POPULAÇÃO JOVEM	21
5.2. EVOLUÇÃO NACIONAL E PROVINCIAL DA POPULAÇÃO JOVEM	23
6. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS DOS JOVENS EM MOÇAMBIQUE	27
6.1. EDUCAÇÃO	27
6.1.1. TENDÊNCIA DO ANALFABETISMO ENTRE JOVENS	27
6.1.2. EDUCAÇÃO DOS JOVENS E ESTADO CIVIL	29
6.1.3. DESIGUALDADE DE GÉNERO NA EDUCAÇÃO	33
6.2 PARTICIPAÇÃO NA ACTIVIDADE ECONÓMICA	36
6.3 MOBILIDADE ESPACIAL	41

7. JOVENS QUE NÃO ESTÃO NO EMPREGO, NÃO ESTUDAM E NÃO ESTÃO EM NENHUM TREINAMENTO (NEET)	44
7.1. NÍVEL E TENDÊNCIA DE JOVENS EM NEET	44
7.2. FACTORES ASSOCIADOS A CONDIÇÃO DE NEET	46
8. CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DOS JOVENS EM MOÇAMBIQUE	50
8.1. AGREGADOS FAMILIARES ONDE VIVEM OS JOVENS	50
8.2. ESTRUTURA DOS AGREGADOS FAMILIARES ONDE VIVEM OS JOVENS	50
8.3. ESTRUTURA DE AGREGADOS FAMILIARES CHEFIADOS POR JOVENS	51
9. COMPORTAMENTO SEXUAL E REPRODUTIVO DOS ADOLESCENTES E JOVENS	57
9.1. IDADE À PRIMEIRA UNIÃO	57
9.2. FECUNDIDADE NA ADOLESCÊNCIA	61
10. OS JOVENS E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	64
10.1. USO DE COMPUTADOR	64
10.2. ACESSO A CELULAR	65
10.3. ACESSO A INTERNET	65
11. INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	67
12. IMPLICAÇÕES DE POLITICAS	69
13. REFERÊNCIAS	70

Lista de quadros

Quadro 2-1: Descrição de variáveis dependente e independentes.....	3
Quadro 5-1: Evolução absoluta e relativa da população jovem (15-35) em Moçambique, 1997 a 2017.....	11
Quadro 5-2: Evolução futura da população jovem (15-35) por província, Moçambique 1997-2047.....	14
Quadro 5-3: Evolução futura das taxas de crescimento da população jovem por província, Moçambique 1997-2047	15
Quadro 6-1: Taxa de analfabetismo da população 15-35 anos por sexo segundo província, Moçambique 1997 a 2017.....	16
Quadro 6-2: Variação relativa da taxa de analfabetismo da população 15-35 anos por sexo segundo província, Moçambique 1997 a 2017.....	17
Quadro 6-3: Distribuição percentual dos jovens de 15-24 anos por nível de educação concluído e estado civil, segundo província, Moçambique 2017.....	19
Quadro 6-4: Distribuição percentual dos jovens (25-35) anos por nível de educação e estado civil segundo província, Moçambique 2017.	20
Quadro 6-5: Distribuição percentual das mulheres jovens (15-24) por condição de maternidade e nível de educação concluído segundo província, Moçambique 2017.	21
Quadro 6-6: Índice de desigualdade de género na literacia entre os jovens, Moçambique 1997, 2007 e 2017.....	22
Quadro 6-7: Índice de desigualdade de género na educação por província e nível de ensino, Moçambique 1997, 2007 e 2017.....	23
Quadro 6-8: Índice de desigualdade de género na educação por quintil de riqueza e nível de ensino, Moçambique 2017.	24
Quadro 6-9: Distribuição percentual de número médio horas trabalhadas, por sexo, segundo tipo de ocupação, Moçambique 2007 e 2017.....	26
Quadro 6-10: Distribuição percentual de jovens 15-35 por categoria de ocupação, segundo sexo e província, Moçambique 2017.	29
Quadro 6-11: Taxa líquida de migração interprovincial do período 2016-2017 por sexo e idade segundo província, Moçambique 2017.	31
Quadro 6-12: Saldos migratórios do quinquénio 2012-2017 por província, sexo e idade, Moçambique 2017.	32
Quadro 7-1: Identificação de jovens na condição de NEET a partir do Censo 2017.	33
Quadro 7-2: Jovens fora do emprego, da educação e treinamento segundo província, Moçambique 1997, 2007 e 2017.....	34
Quadro 7-3: Jovens fora do emprego, da educação e treinamento por quintil de riqueza, Moçambique 2017.....	36
Quadro 7-4: Razões de chance de regressão logística dos jovens entre 15 e 35 anos estarem na condição de NEET (não estão no emprego, escola ou formação profissional) por características socioeconómicas, Moçambique 2017.	38

Quadro 8-1: Distribuição percentual dos jovens (15-35) anos por relação de parentesco dos com o chefe do agregado familiar, por sexo, grupo de idades, segundo província, Moçambique 2017.....	40
Quadro 8-2: Distribuição percentual de tipos de agregados familiares onde vivem os jovens, por sexo, grupo de idades, segundo província, Moçambique 2017.	41
Quadro 8-3: Distribuição percentual de tipos de agregados familiares chefiados por jovens e não jovens, por sexo, grupo de idades, segundo província, Moçambique 2017.	42
Quadro 8-4: Distribuição percentual de tipos de agregados familiares chefiados por jovens, por província, Moçambique 2017.	44
Quadro 8-5: Distribuição do tamanho médio dos agregados familiares chefiados por jovens, por sexo do chefe, grupos de idade, segundo província, Moçambique 2017.	45
Quadro 9-1: Idade média a primeira união por sexo, segundo província, Moçambique 1997, 2007 e 2017.....	47
Quadro 9-2: Idade média à primeira união e ao primeiro filho por província, Moçambique 1997, 2007 e 2017.	50
Quadro 9-3: Distribuição percentual de adolescentes de 15-19 anos por número de filhos segundo província, Moçambique 2007 e 2017.....	51
Gráfico 10-3: Distribuição percentual de jovens que usaram internet por província, Moçambique 2017.	55
Gráfico 10-4: Distribuição percentual de jovens que usaram internet segundo o meio com que acederam a internet por província, Moçambique 2017.	55

Lista de gráficos

Gráfico 5-1: Estrutura etária e sexual da população, Moçambique 2017	10
Gráfico 5-2: Taxa de crescimento populacional por grandes grupos etários, Moçambique 1997-2017	13
Gráfico 5-3: Taxa de crescimento da população jovem (15-35) por província, Moçambique 1997-2017	13
Gráfico 6-1: População jovem por nível de ensino e província, Moçambique 1997-2017.....	17
Gráfico 6-2: Taxas de participação na actividade por sexo, Moçambique 1997, 2007 e 2017.	25
Gráfico 6-3: Taxa de Desemprego por grupos de idade e sexo, Moçambique 2012/13.	27
Gráfico 6-4: Jovens 15-35 por categoria de ocupação por sexo, Moçambique 2007-2017.....	28
Gráfico 9-1: Distribuição percentual de homens jovens alguma vez unidos por idade segundo província, Moçambique 1997, 2007 e 2017.	47
Gráfico 10-1: Distribuição percentual de jovens que usaram computador nos últimos três meses antes do censo por província, Moçambique 2017.....	53
Gráfico 10-2: Distribuição percentual de jovens que têm celular por província, Moçambique 2017.....	54

Lista de figuras

Figura 4-1: Os cinco pilares-chave para o alcance do Dividendo Demográfico 8

SUMÁRIO EXECUTIVO

INTRODUÇÃO

Este relatório analisa a situação socioeconómica da juventude em Moçambique usando com maior ênfase os dados do censo de 2017. A população jovem (pessoas com idade compreendida entre 15 e 35 anos) é constituída por 9.4 milhões de habitantes, correspondendo a cerca de um terço da população total do país. Assegurar a provisão de serviços essenciais como educação, saúde e acesso ao emprego, constitui um dos grandes desafios de países com estruturas populacionais jovens como é o caso de Moçambique. O objectivo deste relatório é compreender a dinâmica socioeconómica da juventude, por um lado, tendo em conta a dinâmica nacional e de cada provincial, e por outro lado, destacando os aspectos fundamentais para uma melhor definição e implementação de políticas públicas mais adequadas para o bem-estar desta camada populacional.

Entre os aspectos destacados, estão a dinâmica demográfica em termos do peso da população jovem e seu crescimento em Moçambique, o quadro legal e institucional Moçambicano referente as questões da juventude, e as características sócio-económicas da juventude Moçambicana em particular o comportamento sexual e reprodutivo, o acesso aos serviços básicos como saúde, educação e emprego, as condições de habitação e o uso de tecnologias.

DADOS E MÉTODOS

Os dados usados são provenientes dos censos populacionais de 1997, 2007 e 2017, com base nos quais foi feita uma análise descritiva e multivariada, complementada por informação de inquéritos nacionais representativos e da revisão de literatura.

RESULTADOS

1. A população jovem está a crescer de forma acelerada como consequência do aumento gradual da sobrevivência infanto-juvenil e manutenção de níveis elevados de fecundidade. A combinação de ambos, determina a passagem, todos os anos, de um grande contingente de crianças para a idade jovem;

2. A população jovem está a crescer analfabeta, sendo as jovens do sexo feminino mais analfabetas que a sua contraparte masculina. Um terço da população jovem é analfabeta e, dos que têm alguma formação, 18% têm um nível acima do primário e apenas 1,5% têm o nível superior;

3. As desigualdades provinciais no crescimento absoluto e relativo dos jovens persistem e têm tendência a agravar, com as regiões centro e norte a albergar uma grande percentagem da população jovem e com tendência de crescimento mais acelerado, porém mais analfabeta e com menos acesso a serviços sociais básicos como educação e saúde, sobretudo serviços de sexual e reprodutiva, que a sua contraparte da região sul do país.

4. Os jovens moçambicanos, sobretudo do sexo feminino, passam grande parte da sua juventude em estado de união conjugal e/ou de paternidade/maternidade, devido a persistência de casamento e maternidade precoces, o que compromete a sua adequada preparação para uma vida profissional bem-sucedida na fase adulta, incluindo os esforços para a equidade de género.

5. Como consequência do baixo nível de educação e fraca capacidade da economia para acompanhar o ritmo de crescimento da população jovem, cerca de um terço (aproximadamente 3 milhões) de jovens estavam em situação de NEET (não estavam empregados nem a estudar ou em algum tipo de formação profissional) em 2017. Esta situação sugere que existe um contingente de jovens com potencial que não tem sido aproveitado através de investimentos na sua educação, formação e enquadramento profissional. Dado que uma parte considerável dos jovens são pouco educados, não estão envolvidos em nenhum tipo de formação profissional e nem enquadrados em nenhum sector produtivo da sociedade, estes têm potencial elevado para se tornar numa fonte de instabilidade social.

6. Entre a população jovem em Moçambique, o acesso as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) é muito baixo. Se por um lado, apenas 8% têm acesso a um computador, por outro lado, 44% têm celular, porém, apenas 13% têm acesso a internet. Se estas tendências não forem revertidas, para além de menos escolarizada a juventude moçambicana fará parte dos excluídos da era digital, tornando-os menos competitivos num mundo cada vez mais digitalizado.

7. Os resultados deste estudo sugerem que há uma necessidade urgente de as políticas públicas em Moçambique colocarem no seu centro as questões da juventude, sobretudo as relacionadas com educação e formação profissional, acesso a cuidados de saúde sexual e reprodutiva e criação de oportunidades de trabalho. Essas políticas deverão ter em atenção as desigualdades territoriais entre as províncias e regiões e sobretudo as desigualdades de género, devendo, portanto, ser inclusivas através da identificação, remoção e eliminação de quaisquer barreiras (em particular as relacionadas com casamento e maternidade precoces) para a emancipação da rapariga e da jovem mulher moçambicana.

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTO

O presente estudo temático sobre a Situação Socioeconómica da Juventude em Moçambique enquadra-se na análise temática do Censo de População de 2017. A relevância de analisar a juventude de forma particular está associada ao facto de esta ser a etapa de transição ou preparação para a fase adulta. Uma transição bem feita, transformará a juventude numa camada socioeconómica e massa laboral cujo potencial para assegurar a prosperidade da sociedade estará garantido. Neste sentido, a demanda por serviços como saúde e educação e a procura por emprego ou posto de trabalho tende a ser não apenas muito alta entre esta camada populacional, como também são elementos críticos para o desenvolvimento inclusivo e sustentável de qualquer sociedade.

Em países com estrutura populacional jovem, como é o caso de Moçambique, a magnitude da procura por esses serviços é muito grande. Os governos nestes casos estão perante grandes desafios, pois, sem assegurar o acesso a serviços básicos e de qualidade, o engajamento da juventude no processo de desenvolvimento socioeconómico pode fracassar e comprometer a promoção da prosperidade socioeconómica destes países. Quando se garante o acesso a serviços de saúde de qualidade, incluindo saúde sexual e reprodutiva, educação relevante e inclusiva, sobretudo no que a inclusão da rapariga diz respeito, combinados com um acesso a oportunidades de trabalho decente, a juventude torna-se na força mais importante para o progresso dos países.

Assim, o conhecimento da dinâmica actual e futura, bem como as características socioeconómicas da população jovem são fundamentais para uma melhor definição e implementação de políticas públicas adequadas para o bem-estar da juventude, em particular, e do país em geral. Com base nos dados dos censos, com ênfase para o censo de 2017, este estudo faz uma análise aprofundada sobre a situação demográfica e socioeconómica da juventude em Moçambique, a nível nacional e provincial.

1.2. CONCEITO DE JUVENTUDE

A “juventude” é uma camada populacional compreendida entre determinados limites etários. Estes limites etários variam entre países e nos diversos documentos sobre a juventude publicados pelas instituições internacionais que lidam com questões deste grupo, incluindo as Nações Unidas. Por exemplo, a resolução nº 2250/2015 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Security Council-United Nations 2015) define população jovem como sendo aquela que se encontra na faixa etária entre os 18 e 29 anos de idade, enquanto as resoluções anteriores apresentam outros limites etários: a resolução nº 50/81, de 13 de Março de 1996 (General Assembly-United Nations 1996) e a resolução nº 56/117 (General Assembly-United Nations 2002) usam a faixa etária dos 15 aos 24 anos para definir a população jovem. Em algumas ocasiões, o United Nations Population Fund (UNFPA) usa a faixa etária entre 10 e 24 anos.

Em Moçambique, a Política Nacional da Juventude, doravante Política da Juventude (PJ), define como jovem todo o indivíduo com idade entre os 15 e os 35 anos (República de Moçambique 2013). Estes limites etários são consistentes com os estabelecidos pela Carta Africana da Juventude (Comissão da União Africana 2006), ratificada pela Assembleia da República, através da Resolução nº 2/2008 de 30 de Maio (Assembleia da República 2008).

Este estudo adopta o conceito de juventude/população jovem estabelecido pela PJ, ou seja, define-se, no âmbito deste estudo temático, que jovem é toda a pessoa, independentemente do género ou outro marco de distinção em termos políticos, socioeconómicos, étnicos, geográficos ou religiosos, que está na faixa etária dos 15 aos 35 anos de idade. Para além de ser um conceito baseado na definição oficial da República de Moçambique, esta faixa etária também abarca os limites etários (15-24) usados pela Nações Unidas para definir população jovem, podendo, por isso, permitir comparabilidade dos resultados deste estudo aos relatórios das agências internacionais que lidam com as questões da juventude. Para isso, em alguns casos, o relatório apresenta resultados desagregados em grupos etários quinquenais ou outros, normalmente usados pelos organismos estatísticos nacionais e internacionais.

2. DADOS E METODOLOGIA

2.1. DISPONIBILIDADE DE DADOS

Este estudo usa as amostras de 10% das bases de dados dos censos populacionais moçambicanos realizados em 1997, 2007 e 2017, complementados com dados de inquéritos nacionais representativos. Para além do uso das bases de dados de 10% dos censos, foram usadas tabulações publicadas pelo INE, bem como as projecções de população baseadas nos três últimos censos, para os casos em que foram necessários números absolutos e as perspectivas futuras de crescimento da camada populacional jovem do país.

Os dados do censo utilizados foram sobretudo os referentes à idade, sexo, número de filhos, estado civil, escolaridade, ocupação e posse e utilização das tecnologias de informação e comunicação. Estes dados estão sujeitos a erros que podem afectar os resultados deste estudo. A avaliação feita num outro estudo temático desta série (Turra et al. 2022), mostra que houve erros de má declaração de idade devido à preferência digital e à tendência de as raparigas adolescentes entre 10 e 19 anos que iniciaram a procriação mais cedo declararem idades superiores às reais, devido ao uso da condição de já ser mãe ou não, na estimação da idade. Este erro, pode ter levado a que adolescentes menores de 15 anos tenham sido incluídas na faixa etária dos jovens, que são o objecto de análise neste estudo. Por outro lado, os erros na declaração dos filhos nascidos vivos pelas adolescentes, da declaração do estado civil, sobretudo a tendência de não se declarar como união aquelas sem nenhum tipo de formalização, da escolaridade e ocupação, podem ter efeito nos resultados do estudo, mas a direcção do efeito e sua magnitude não podem ser determinadas.

2.2. METODOLOGIA

2.2.1. Análise descritiva

A partir dos dados dos censos populacionais de 1997, 2007 e 2017 foram geradas tabelas de análise descritiva. Os indicadores aqui gerados foram comparados e/ou complementados pelos dados extraídos de outras fontes e da revisão de literatura e documentos relevantes sobre questões da juventude. A análise tomou em conta a situação da juventude no presente (2017) e das tendências passadas, sobretudo entre 1997 e 2017. Sempre que justificável, foram feitas análises desagregadas por:

- Sexo
- Província
- Área de residência
- Estado Civil
- Grupos etários
- Índice de riqueza
- Religião
- Língua materna

2.2.2. Análise Multivariada

Para além da análise descritiva, o relatório também apresenta, no capítulo 7, uma análise multivariada, onde foi ajustado um modelo regressão logística ao nível nacional e, depois, para cada uma das províncias, para determinar a razão de chance de um jovem estar na condição de NEET (Neither in Employment nor in Education or Training, isto é, não empregado(a), nem estudando ou em formação profissional) na altura do censo de 2017. O modelo da regressão logística pode ser representado pela equação:

$$\ln(P_i/1-P_i) = b_0 + b_i X_i$$

onde P_i é a probabilidade de um determinado evento ocorrer num indivíduo com um determinado conjunto de características, X_i ; b_0 é uma constante que define a probabilidade; e b_i são os coeficientes estimados. A razão $P_i/1-P_i$, é a razão entre a chance de um jovem entre 15 e 35 anos com um determinado conjunto de características estar na condição de NEET e a chance de não estar nessa condição. O valor b_i estimado para cada variável X_i , é interpretado como sendo a diferença de chances entre jovens pertencentes a essa categoria e aqueles pertencentes à categoria de referência ou omitida. Assim, se cada valor b_i for exponenciado, $\exp[b_i]$, o resultado é a razão de chances de estar na condição de NEET para jovens com característica X_i em relação aos jovens que pertencem à categoria de referência (para mais detalhes, veja Halli e Rao 1992). As variáveis independentes e a sua descrição estão apresentadas no Quadro 2.1.

Quadro 2-1: Descrição de variáveis dependente e independentes

Variável dependente	
Condição de NEET	1 Sim / 0 Não
Variáveis independentes	
Variável	Descrição
Idade	Em grupos etários: 15-19, 20-24, 25-29 e 30-35
Sexo	Dividida em masculino e feminino
Província	11 províncias: Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo
Área de residência	Dividida em urbana e rural
Nível de educação	Com quatro categorias: Nenhum, Primário, Secundário e Superior
Estado civil	Com cinco categorias: Solteiro(a), casado(a), União marital, Separado(a)/divorciado(a) e viúvo(a)
Quintil de riqueza	Com cinco categorias: Mais pobre, Pobre, Médio, Rico, Mais rico
Religião	Com sete categorias: Católica, Anglicana, Islâmica, Zione/Sião, Evangélica/Pentecostal, Sem religião, Outra
Língua materna	Com dez categorias: Emakhuwa, Português, Xichangana, Elomwue, Cinyanja, Cisena, Echuabo, Cindau, Xitswa e Outra
Relação de parentesco	Com dez categorias: Chefe, Marido/esposa, Filho(a) biológico(a), Pai/Mãe, Enteadado(a), Filho(a) adoptivo(a), Genro/Nora, Neto(a), Outro parentesco e Sem parentesco

3. QUADRO REGULADOR DAS QUESTÕES DA JUVENTUDE EM MOÇAMBIQUE

3.1. QUADRO INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE QUESTÕES DA JUVENTUDE

Moçambique possui um quadro institucional aliado a instrumentos normativos e legais que buscam salvaguardar os direitos da juventude bem como promover o seu desenvolvimento. A evolução das instituições e das diferentes leis está ligada à história do país desde a sua independência em 1975. Em termos históricos a primeira instituição criada pelo Estado para lidar com as questões da juventude foi a OJM (Organização da Juventude Moçambicana) em 1977, no contexto do socialismo. Em 1990, com a adopção da democracia multipartidária abriu-se espaço para a aprovação da Lei que Regula o Direito de Livre Associação dos Cidadãos (Lei nº 8/91, de 18 de Julho). Com este instrumento o movimento associativo juvenil conheceu um maior desenvolvimento. Diversas associações juvenis surgiram com o intuito de assegurar o reconhecimento dos direitos desta camada populacional e enfatizar o seu papel na promoção do desenvolvimento do país.

A relevância da juventude e do seu papel no desenvolvimento de Moçambique é reconhecida na Constituição da República. O artigo 123 da Constituição da República, enaltece o papel da juventude na libertação do país, e enfatiza que “a política do Estado visa nomeadamente o desenvolvimento harmonioso da personalidade dos jovens, a promoção do gosto pela livre criação, o sentido de prestação de serviços à comunidade e a criação de condições para a sua integração na vida activa”. É estabelecido no mesmo artigo que o Estado promove e encoraja iniciativas juvenis, estimula a criação de organizações juvenis para diversos fins, e, em cooperação com essas associações, adopta uma política nacional da juventude que promove a formação e desenvolvimento profissional dos jovens e seu desenvolvimento intelectual e físico (República de Moçambique 2011).

Ao longo do tempo, diversos instrumentos normativos foram sendo aprovados com particular destaque para a Política Nacional da Juventude, comumente conhecida como Política da Juventude (PJ). Ela foi aprovada em 1996 pela Resolução 4/96, de 20 de Março (República de Moçambique 1996) e revista em 2013 (República de Moçambique 2013). A revisão da PJ visava actualizá-la e alinhá-la com a Carta Africana da Juventude. Pretendia-se assegurar uma maior participação da juventude no processo da elaboração da PJ e ao mesmo tempo, focalizá-la em três desafios que são emprego, educação técnico-profissional e habitação, e estabelecer mecanismos de monitoria da sua implementação. O principal propósito da PJ é “fazer da juventude a faixa mais participativa da sociedade no processo de construção da Nação Moçambicana” (República de Moçambique 2013). Ela também visa direccionar

o desenvolvimento das suas capacidades para que esta assuma as suas responsabilidades no desenvolvimento social e económico do país.

A PJ reconhece que o acesso a saúde, educação, formação, estágios pré-profissionais, cursos técnico-profissionais de curta duração, emprego e auto-emprego estão entre os direitos fundamentais que asseguram o desenvolvimento harmonioso da juventude e da sua participação no desenvolvimento do país. Adicionalmente, o acesso a habitação e liberdade de expressão e a protecção contra a exploração laboral, violência, crime, abuso sexual e consumo de drogas, também figuram entre os direitos que têm um lugar de destaque no que concerne a população jovem. Não menos importante é o direito à participação nos processos de tomada de decisão, em especial nos assuntos inerentes a juventude.

Nesse quesito, para fortalecer a presença da juventude nos órgãos de tomada de decisão, foi criado em 2010 o Gabinete da Juventude Parlamentar (GJP) na Assembleia da República. Este gabinete é constituído pelos deputados e deputadas com idade até 35 anos no início da legislatura. O GJP promove e consciencializa a sociedade sobre os direitos dos jovens e das jovens, reforça a capacidade técnica dos deputados e deputadas jovens na análise de temas sobre a juventude e fiscaliza as acções do governo no que tange aos assuntos sobre a população jovem (GJP 2020).

Não são apenas os direitos da juventude que são reconhecidos, valorizados e protegidos dentro do quadro institucional e legal em Moçambique. A PJ enfatiza que entre os deveres da juventude destaca-se a defesa da soberania e o respeito pelos símbolos nacionais. Em geral, os deveres da juventude enunciados pela PJ são abrangentes e estão associados com a necessidade de garantir o progresso do país através da participação nos diferentes sectores da vida do país. Cabe aos jovens, tal como a toda a população, contribuir para a promoção do bem-estar. Nesse sentido a juventude é chamada a adquirir conhecimentos e habilidades e encontrar soluções inovadoras face aos múltiplos desafios do país.

A implementação da PJ é assegurada por dois instrumentos, nomeadamente pela estratégia de Desenvolvimento Integral da Juventude aprovada em 2006 - EDIJ (Resolução nº 32/2006, de 21 Setembro) e a Estratégia de Implementação da Política da Juventude-EIPJ aprovada em 2014 (Conselho de Ministros 2014). Ambos se centram no desenvolvimento da habilidades e capacidades criativas, empreendedoras e do espírito voluntarista da camada jovem.

De forma específica a EIPJ tem por objectivo operacionalizar a PJ através da implementação das principais linhas de acção estratégica do Governo e seus parceiros no domínio da Juventude, no período de 2014-2023, com vista a assegurar que esta camada populacional tenha uma vida longa e saudável (Conselho de Ministros 2014). Por meio desta estratégia espera-se contribuir para a resolução dos principais problemas que afligem a juventude, nomeadamente: acesso a educação, promoção e valorização da cultura e formação

profissional, emprego, habitação, protecção contra HIV e SIDA, consumo de álcool e droga e maior e melhor acesso a tecnologias de informação e comunicação. O alcance destes resultados assenta em nove pilares que são: 1) Organização, Planificação e Enquadramento Jurídico da Juventude; 2) Associativismo Juvenil; 3) Educação e Formação Profissional; 4) Emprego, Auto-emprego e Empreendedorismo Juvenil; 5) Habitação; 6) Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informação; 7) Desporto, Cultura e Turismo; 8) Financiamento de Actividades da Juventude e 9) Cooperação e Solidariedade Juvenil (Conselho de Ministros 2014). A EIPJ assenta no alinhamento com os mecanismos de avaliação e monitoria das políticas públicas e programas do governo, combinando a monitoria quantitativa e qualitativa através de uma abordagem participativa do movimento associativo juvenil e outros actores de desenvolvimento, aos níveis nacional, provincial e distrital.

Dada a natureza multifacetada dos desafios que estes instrumentos normativos abordam e a natureza multisectorial que se deve adoptar, em 2009 foi criado o Comité Intersectorial de Apoio ao Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens (CIADAJ) e o respectivo regulamento pelo decreto nº 40/2009, de 14 de Julho (República de Moçambique 2009). Este comité visa assegurar a coordenação interinstitucional no desenvolvimento de programas sobre a juventude.

No regulamento do CIADAJ, revisto em 2016, através do Decreto nº 26/2016, de 18 de Julho (República de Moçambique 2016), está estabelecido que este é um órgão de consulta do Conselho de Ministros em matérias de monitoria e avaliação das políticas para o desenvolvimento de adolescentes e jovens. São competências do CIADAJ assistir de forma multidisciplinar e multisectorial o governo nos diversos domínios relacionados com o desenvolvimento e bem-estar dos adolescentes e jovens em Moçambique. As competências também abrangem os domínios da coordenação e articulação intersectorial dos programas de desenvolvimento de adolescentes e jovens, desenvolvimento de estratégias, programas e iniciativas de criação de emprego e auto-emprego para a juventude assim como o fomento de habitação para jovens. Ao CIADAJ também compete a adopção de estratégias referentes ao desenvolvimento dos adolescentes e jovens sobretudo no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos, em particular de saúde. A promoção de actividades desportivas, voluntariado e a criação artística em benefício dos adolescentes e jovens, também devem ser levadas a cabo pelo CIADAJ. Por último, mas não menos importante, é a responsabilidade de trabalhar com as organizações governamentais e não governamentais que lidam com assuntos da juventude (República de Moçambique 2009, 2016)

O plenário do CIADAJ, o qual reúne-se ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente em função das necessidades, é presidido pelo Primeiro-Ministro e integra os ministros que superintendem as seguintes áreas: juventude, economia e finanças, trabalho e emprego, género, criança e acção social, educação, terra, ambiente e desenvolvimento rural, obras públicas e habitação, ciência, tecnologia e ensino superior e técnico profissional e o presidente do Conselho Nacional da Juventude.

Ao nível provincial e distrital o CIADAJ também tem estruturas que o representam e asseguram o seu funcionamento. No nível de província o CIADAJ é dirigido pelo Secretário Permanente Provincial e integra os directores provinciais que respondem pelos ministérios que fazem parte do plenário nacional e o presidente do Conselho Provincial da Juventude. Ao nível do distrito, plenário do CIADAJ é presidido pelo Secretário Permanente Distrital e integra os directores dos serviços distritais que respondem pelos ministérios que fazem parte do plenário nacional e o presidente do Conselho Distrital da Juventude (República de Moçambique 2016).

3.2. CRONOLOGIA DOS INSTRUMENTOS REGULADORES DA JUVENTUDE

Desde a sua independência em 1975 Moçambique aprovou e implementou distintos instrumentos para promover o desenvolvimento da juventude e em particular assegurar a sua inclusão nos processos de desenvolvimento do país. A primeira organização de carácter nacional, com reconhecimento e suporte institucional do Estado moçambicano para lidar com as questões da juventude foi a OJM (Organização da Juventude Moçambicana) que foi criada no dia 29 de Novembro de 1977. Cerca de 11 anos depois, em 1988, Moçambique ratificava a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos povos. Nela foram expandidos os direitos humanos da população Moçambicana, incluindo os direitos da população jovem.

Com a adopção da economia de mercado livre e do multipartidarismo a partir do início dos anos 90 do século XX, novos instrumentos foram sendo aprovados de modo a materializar a reforma constitucional como produto inevitável da passagem do socialismo ao neoliberalismo. Assim, em 1991 é aprovada a Lei nº 8/91, de 18 de Julho, que Regula o Direito de Livre Associação dos cidadãos. Esta lei veio abrir espaço para o movimento associativo em particular o associativismo juvenil. Na sequência, em 1992, é criado o Ministério da Cultura, Juventude e Desporto, o que mostra o crescimento da consciência do Estado sobre a importância dos assuntos da juventude.

Ao mesmo tempo que o país introduziu reformas institucionais profundas em matéria da juventude, também procurava-se adequar e ajustar estas reformas ao contexto internacional. Assim, em 1996, realiza-se a Cimeira dos Ministros da Juventude da CPLP, em Lisboa, e Moçambique assina a Declaração saída desta cimeira na qual os signatários comprometem-se a estabelecer uma política de cooperação na área da juventude. No mesmo ano, em 1996, é criado, pela Resolução nº 4/96 de 20 de Março, em Moçambique o CNJ (Conselho Nacional da Juventude) como órgão de coordenação das associações juvenis, de âmbito nacional, e serve de interlocutor dos jovens com o Estado e outras entidades públicas e privadas nacionais e estrangeiras. Ainda em 1996, é aprovada a PJ (Política da Juventude) através da Resolução nº 4/96, de 20 de Março. A PJ visa fazer da juventude um grupo populacional mais participativo no processo de construção da Nação Moçambicana. Com vista a alcançar este objectivo realiza-se o Primeiro Encontro Nacional da Juventude no distrito de Chókwè, Cidade de Chókwè, (Gaza) entre 28 e 31 de Agosto de 2002 onde, entre os assuntos mais importantes, foi aprovado, por consenso, que a faixa etária da população jovem é de 15 a 35 anos.

Cerca de 10 anos depois, em 2006, os Chefes do Estado e do Governo da União Africana aprovaram a Carta Africana da Juventude, num evento que teve lugar na Gâmbia (Comissão da União Africana 2006). O parlamento moçambicano viria a ratificar esta carta em 2008. Todavia, em 2006, Moçambique já tinha aprovado, pela Resolução nº 32/2006, de 21 de Setembro, Estratégia de Desenvolvimento Integral da Juventude, cujo objectivo é de potenciar o jovem para o desenvolvimento das suas habilidades e capacidades criativas, empreendedoras e de espírito voluntarista.

O segundo Encontro Nacional da Juventude teve lugar no distrito de Cheringoma, concretamente em Inhamitanga (Sofala), entre 24 e 28 de Outubro de 2008 (MJD 2008). Neste encontro as discussões estiveram centradas nos desafios da juventude no que concerne à sua integração no processo de desenvolvimento económico, social e político. Um ano mais tarde, em 2009, foi criado o Comité Intersectorial de Apoio ao Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens (CIADAJ) e o respectivo Regulamento. O CIADAJ é um órgão de coordenação multisectorial do Governo criado para monitorar e avaliar as políticas para o desenvolvimento de adolescentes e jovens.

Em 2010, pela resolução nº 6/2010 é criado o Grupo Nacional dos Jovens Parlamentares, designado por Gabinete da Juventude Parlamentar (GJP). Cerca de 3 anos mais tarde, isto é, 2013 realiza-se o terceiro encontro Nacional da Juventude no distrito de Rapale, na província de Nampula (CNJ e MJD 2013).

De 2013 até ao presente, os principais marcos no desenvolvimento legislativo e institucional em matéria de juventude em Moçambique foram: Aprovação de nova PJ em 2013 como resultado da revisão da política de 1996; A aprovação do regulamento do CIADAJ em 2016; participação de Moçambique na Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude que teve lugar em Lisboa e da qual saiu a Declaração sobre Políticas e programas da Juventude; e realização do quarto encontro Nacional da Juventude na cidade da Matola em 2019.

4. JUVENTUDE E DIVIDENDO DEMOGRÁFICO

4.1. O CONCEITO DE DIVIDENDO DEMOGRÁFICO E DE YOUTH BULGE

O processo de desenvolvimento sócio económico pode ser visto como um conjunto de estágios geralmente partindo de um nível mais atrasado para outro relativamente mais avançado (Frank 1973). Em teoria, dizem Yair e Miodownik (2016), uma elevada percentagem da população jovem pode influenciar de forma positiva ou negativa tal processo de desenvolvimento. Desta forma, a camada juvenil tem potencial para transformar-se no recurso mais valioso de qualquer sociedade ou se tornar na principal fonte de instabilidade social e política nessa sociedade.

Quando uma elevada proporção da população jovem, gozando de boa saúde e devidamente qualificada converte-se em mão-de-obra e encontra oportunidades de trabalho decente, é comum falar-se do dividendo demográfico (Eastwood e Lipton 2012; Mason 2007). Inversamente, quando esta camada populacional é fonte de instabilidade social e política é comum falar-se em youth bulge (Weber 2019). Portanto, na essência do debate sobre dividendo demográfico assim como youth bulge está o potencial positivo ou negativo que uma estrutura demográfica dominada por uma elevada proporção da população jovem representa do ponto de vista socioeconómico e político.

Farooq et al. (2014) colocam o conceito de youth bulge no centro a dinâmica demográfica em contextos de pirâmides populacionais dominadas por elevada fecundidade e significativo decréscimo da mortalidade. Para estes autores, youth bulge aparece, nas sociedades onde a elevada proporção de jovens não encontra possibilidades para satisfazer as suas necessidades básicas e oportunidades para realizar as suas aspirações. Uma vez que a juventude tende a jogar um papel crucial na violência política, quando esta emerge em países com elevada proporção de jovens sem ou com baixas qualificações e poucas oportunidades é possível designá-la de efeito de youth bulge. É esta associação que leva a crença firme de que dinâmica demográfica, segurança e estabilidade política estão intimamente relacionados (LaGraffe 2012).

Em sentido inverso, Hartmann (2014), argumenta que a relação entre dinâmica demográfica e segurança, assim como estabilidade política, não resultam exclusivamente da composição demográfica, neste caso do que seria entendido como youth bulge. Para esta autora, não é possível encontrar

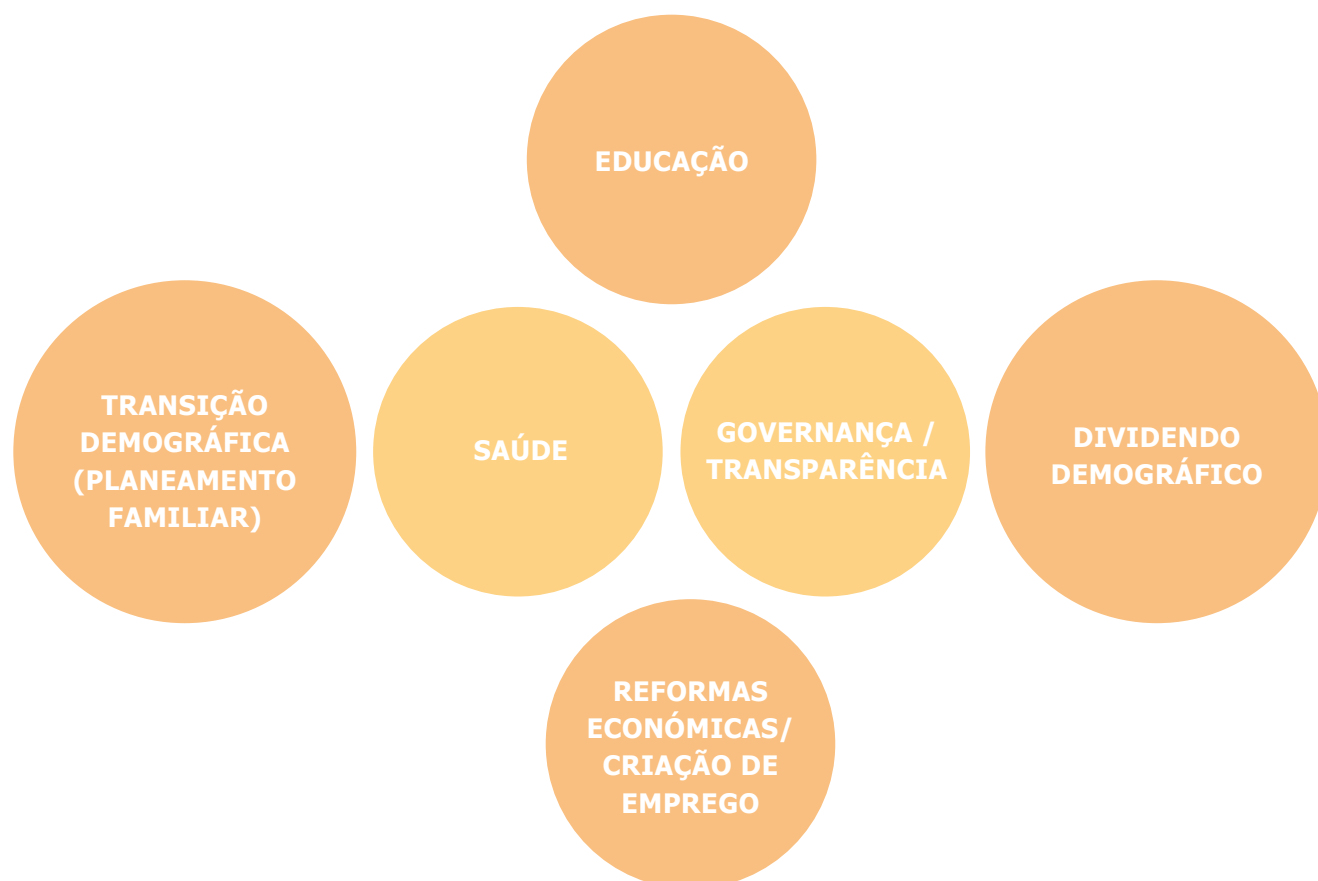
evidências conclusivas que em contextos demográficos similares quanto a estrutura demográfica, por exemplo, estruturas dominadas por jovens produz-se invariavelmente instabilidade política e militar. Entretanto em contextos onde há evidência de políticas fracas de redistribuição social dos recursos económicos que levam ao exacerbar exclusão social, marginalidade e da desigualdade social e económica, inevitavelmente emergem conflitos e instabilidades político-militares independentemente da estrutura demográfica. Por isso, conclui Hartmann (2014), que o conceito de youth bulge tem o potencial de invisibilizar as falhas e/ou limitação dos Estados em providenciar condições adequadas para a população, em particular para a juventude. O youth bulge parece ser um conceito que ignora os efeitos da ausência ou da limitada capacidade de investimentos substanciais em sectores sociais como saúde e educação e oferta de trabalho digno e decente. Portanto, ao se falar em youth bulge, não se trata de uma relação de causa e efeito entre dinâmica demográfica e estabilidade política, mas da relação entre ausência ou fraquezas institucionais e dinâmica demográfica.

Quanto ao conceito de Dividendo Demográfico (DD), este tem como base a possibilidade de obter vantagens económicas a partir da transformação da estrutura etária jovem combinada com intervenções político-programáticas em cinco pilares-chaves, nomeadamente o planeamento familiar; a educação e desenvolvimento de capacidades; a criação de oportunidades de emprego para a juventude; saúde e bem-estar; e governação e mecanismos de prestação de contas (Figura 4.1).

Em geral, considera-se que DD é o ganho económico que pode resultar directamente da mudança da estrutura etária, em consequência do processo da transição demográfica (Olsen 2012). Todavia esta abordagem está incompleta. Sabe-se que em virtude da transição demografia, uma estrutura etária jovem e com elevada razão de dependência, isto é, onde há uma elevada proporção de população em idade inactiva (menores de 15 anos e maiores de 65 anos) pode passar para uma estrutura etária dominada por população em idade activa, que corresponde àquela entre 15 e 64 anos. Esta transformação é acompanhada pela redução da razão de dependência. A abordagem completa do DD deve incluir o facto de este somente ter lugar quando as mudanças na estrutura etária são acompanhadas por intervenções em cada um dos cinco pilares-chave, isto é, melhoria no acesso à educação e saúde, emprego decente e boa governação. Apenas nestas circunstâncias as mudanças demográficas podem contribuir para elevar os níveis de geração de poupança e impulsionar o crescimento económico (Cleland 2012; Eastwood e Lipton 2011; Mason 2007).

A seguir, de forma sucinta, são analisados os componentes do DD tendo em conta o contexto Moçambicano.

Figura 4-1: Os cinco pilares-chave para o alcance do Dividendo Demográfico



Fonte: (MPD 2015: Figura 2.1).

4.2. PLANEAMENTO FAMILIAR (PF)

O PF tem o potencial de acelerar o declínio da fecundidade para além dos benefícios para a saúde materna e infantil e empoderamento das mulheres (Canning e Schultz 2012). Sabendo que cerca de um quarto das mulheres casadas e sexualmente activas que desejam adiar ou evitar a gravidez não estão a usar nenhum método eficaz de planeamento familiar (MISAU, INE e ICF Internacional 2016), a redução dos níveis de demanda não satisfeita por contracepção poderia contribuir de forma significativa para a redução das gravidezes não desejadas e, por essa via, da fecundidade.

Para o sucesso do PF, o Sistema Nacional de Saúde deve, por um lado, aproximar estes serviços dos potenciais usuários, portanto torná-los de fácil acesso do ponto de vista físico, e, por outro lado colocar à disposição dos potenciais usuários diversos métodos. Esta abordagem garante que os usuários tenham oportunidade de facilmente encontrar os serviços e sobretudo escolher o método mais adequado de acordo com a sua condição e necessidades (Mwaikambo et al. 2011). Entre os grupos populacionais com maior necessidade de PF estão os adolescentes e jovens que iniciam a actividade sexual. A

limitação no acesso ao PF tem consequências negativas que se reflectem na elevada taxa de gravidezes na adolescência o que também contribui para a elevada fecundidade.

Os esforços para satisfazer as necessidades de PF dos adolescentes e jovens não terá o sucesso esperado se não forem tomados em conta aspectos relacionados com a equidade de género. Segundo o UNFPA (2019: 54) “a desigualdade de género permanece entre uma das principais barreiras para a conquista e o exercício de direitos reprodutivos, limitando a capacidade das mulheres de tomar decisões livres de restrições e afectando todos os aspectos da vida das mulheres de maneira interconectada”. Portanto, há necessidade de sensibilizar as comunidades rurais e urbanas das vantagens de adesão ao PF. Tal não é só para as mulheres, em particular as adolescentes e jovens, mas também para os adolescentes e homens. Estes esforços devem ser complementados com campanhas para retardar a entrada na união ou no casamento.

4.3. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES

No contexto do DD, a preparação da força de trabalho é muito importante. Para Cuaresma, Lutz e Sanderson (2014) esta importância é tal que o DD é essencialmente um dividendo educacional. Em Moçambique o acesso ao ensino tem vindo a melhorar, porém a garantia da sua qualidade continua sendo um desafio (MINEDH e UNESCO 2019).

Entre as necessidades de reformas no sector da educação estão aquelas que devem assegurar a melhoria da qualidade do desempenho escolar das crianças, adolescentes e jovens. Deve-se também assegurar que os conteúdos que o sistema transmite sejam relevantes no contexto da sociedade moçambicana. Com estas reformas pode-se assegurar que a mão-de-obra obtenha as habilidades e qualificações profissionais relevantes para o contexto social e por via disso acelerar o passo em direcção ao DD.

4.4. OPORTUNIDADES DE EMPREGO PARA JOVENS

O aumento da oferta de postos de emprego não é suficiente para materializar o DD. É fundamental assegurar que haja uma oferta de postos de trabalho dignos, decentes e seguros. Em Moçambique a percentagem da População Economicamente Activa (PEA) em 2017 foi estimada em cerca de 58%. A maioria da força de trabalho além de ser constituída por jovens, abaixo de 35 anos, encontra-se empregue no sector primário, concretamente em actividades relacionadas com a agricultura, silvicultura, pesca e extracção mineira. Aproximadamente 66,8% da força de trabalho exerce a actividade nestes ramos. O sector terciário absorve 12,9% da força de trabalho enquanto o secundário 4,5%. Outros serviços e as actividades desconhecidas tem proporções na ordem de 7% e 8% respectivamente. Neste contexto onde a maior parte da mão-de-obra está concentrada no sector primário a diversificação da economia deve ser a grande prioridade (INE 2019).

Por um lado, a curto prazo, é necessário atrair investimentos que possibilitem o estabelecimento e desenvolvimento de cadeias de valor no sector agrário. Estas têm potencial de dinamizar a pequena e média indústria, oferecendo desse modo mais empregos ao mesmo tempo que fazem emergir a classe média que pode ser constituída por jovens empreendedores (Reardon et al. 2015). Por outro lado, e a longo prazo, a criação de emprego decente e seguro passa necessariamente por assegurar o acesso ao ensino de qualidade. Um dos sectores que tem vindo a expandir-se e a ganhar importância estratégica em Moçambique é o sector energético, especialmente dos hidrocarbonetos. Este requer mão-de-obra qualificada que Moçambique ainda não possui em quantidade suficiente. O mesmo se pode dizer do sector do turismo onde o país tem um elevado potencial.

4.5. SAÚDE

Em relação ao estado de saúde dos adolescentes e jovens, é preciso ter em conta que faz parte da sua preparação como força de trabalho ter acesso aos cuidados de saúde. Sem uma força de trabalho saudável não se pode materializar o dividendo demográfico. A agenda 2025 considera que "é necessário que a juventude promova um estilo de vida saudável, livre de doenças, do alcoolismo, de drogas e que respeite a família, cultura e tradição" (Comité de Conselheiros 2003).

4.6. GOVERNAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A sociedade Moçambicana é multicultural e o seu contexto político é multipartidário. O respeito pelos direitos e as liberdades fundamentais de todos os cidadãos como plasmado na Constituição da República é um dever de cidadania. Políticas de inclusão e a cultura de transparência bem como de prestação de contas são valores que a população deve cultivar e transmitir aos mais jovens. A juventude deve aprender que as diferenças que caracterizam a sociedade devem ser interpretadas como um factor de riqueza no exercício da governação onde todos e todas podem contribuir.

5. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO JOVEM, 1997-2017

5.1. TAMANHO E PESO DA POPULAÇÃO JOVEM

O censo populacional de 2017 recenseou uma população total de 27,9 milhões de habitantes. A taxa de crescimento entre os dois últimos censos (2007 e 2017) foi de 2,5% ao ano. A estrutura etária da população é jovem (Figura 5.1), com uma idade mediana de 16,6 anos e onde cerca de metade (46,6%) da população tinha menos de 15 anos, 53% menos de 18 e 66% menos de 25 anos (INE 2019).

A população jovem (15 a 35 anos) foi de 9,4 milhões de pessoas em 2017, depois de ter sido 5,3 milhões em 1997 e 7,0 milhões em 2007, correspondentes a pouco mais de um terço dos habitantes do país (Quadro 5.1a). Importa reter que há uma diferença consistente em termos de população jovem por sexo, sendo a população jovem feminina relativamente maior que masculina na ordem de meio milhão de jovens. Este dado é importante por ter implicações na formulação de políticas relativas a equidade de género. Mesmo entre as províncias as disparidades entre os sexos indicam maior proporção de jovens do sexo feminino que masculino. Portanto, políticas de equidade de género que tenham como meta a paridade da população jovem em 50%, por exemplo, nos diferentes subsistemas de ensino podem não reflectir a distribuição proporcional da população jovem.

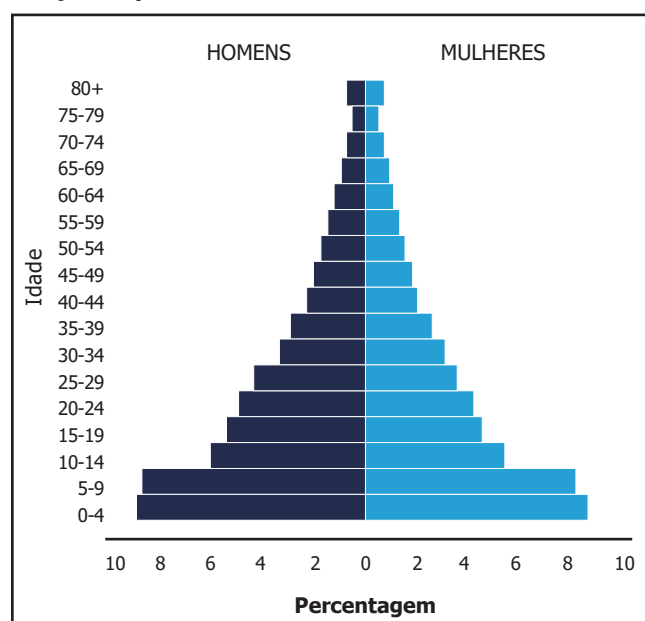
Em termos de peso relativo da população jovem (15-35 anos) em relação a população total, há uma tendência decrescente. Em 1997 a população jovem representava 35,0% da população Moçambicana, tendo passado para 34,1% em 2007 e 33,6% em 2017. Este decréscimo foi mais acentuado entre a população jovem do sexo feminino que passou de 36,6% em 1997 para 34,6% em 2017, sendo que no mesmo período a população jovem masculina passou de 33,3% para 32,5% a nível nacional (Quadro 5.1). Embora a proporção deste grupo, face ao total da população, tenha reduzido ligeiramente, em termos absolutos, quase triplicou de 1997 a 2017 e poderá duplicar nos próximos 30 anos (Quadro 5.1a).

A análise por província mostra que em termos absolutos, o padrão de disparidades territoriais da população jovem segue o da população total do país, com as províncias de Nampula e Zambézia a serem as que albergam maior número de população jovem, atingindo cifras entre 1,1 milhão em 1997 e de 1,7 milhões em 2017 cada uma, correspondendo a cerca de 37% da população jovem de Moçambique em 2017. Entre as províncias com menor número absoluto de população jovem figuram Niassa e Maputo que, em 1997, tinham cerca de 200 mil jovens tendo passado para 600 mil em 2017. Convém destacar que a Cidade de Maputo terá registado o menor crescimento absoluto desta camada populacional ao passar de 400 mil em 1997 para 474 mil em 2017, ou seja, um

aumento de apenas 70 mil jovens com idades entre 15 e 35 anos. Em termos relativos, na análise do peso da população jovem em relação ao total da população por província (Quadro 5.1b), destacam-se as províncias de Sofala, Maputo e Cidade de Maputo, como sendo as que apresentam um maior peso desta camada populacional, estando acima de 35% em Sofala e Maputo, e acima de 40% na Cidade de Maputo. Estas são províncias que atraem jovens devido a existência de maiores oportunidades de formação e trabalho. Nas restantes províncias, as percentagens variam entre 30 e 34%, com tendência de serem ligeiramente mais altas nas mulheres que nos homens, seguindo o padrão da razão de sexos.

A variação do peso relativo por província mostra padrões territoriais distintos no que diz respeito à proporção da população jovem bem como da tendência do crescimento desta ao longo do tempo. Nas províncias do Norte (Niassa, Cabo Delgado e Nampula), a tendência é decrescente e lenta, tendo apenas reduzido de 35% para cerca de 31,5% nas províncias de Nampula e Cabo Delgado. Nas províncias do Sul (Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo) há disparidades entre elas em todos os censos. Em 1997, na província de Maputo e na cidade de Maputo a proporção da população jovem situava-se acima de 35%, atingindo os 40% na cidade de Maputo. Nas restantes duas províncias a proporção da população jovem situava-se em torno do 31%. Em 2017, para a província e cidade de Maputo as proporções eram 38,7% e 42,4%, portanto um incremento substancial sobretudo na província de Maputo. Relativamente as províncias do centro de Moçambique (Zambézia, Tete, Manica e Sofala), em 1997, a proporção da população jovem oscilava entre 36,4% em Sofala e 32,6% em Tete. Entretanto em 2017 estas proporções aumentaram ligeiramente em Sofala (36,5%) e mais pronunciadamente em Tete (34,7%). Evolução nacional e provincial da população jovem.

Gráfico 5-1: Estrutura etária e sexual da população, Moçambique 2017



Fonte: INE 2020.

Quadro 5-1: Evolução absoluta e relativa da população jovem (15-35) em Moçambique, 1997 a 2017.
Quadro 5.1 a: População jovem (15-35 anos) por província e sexo.

Província	1997			2007			2017		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Niassa	274 133	129 028	145 105	407 376	195 694	211 682	585 163	268 568	316 592
Cabo Delgado	489 730	230 704	259 025	550 291	261 980	288 311	736 526	345 568	390 959
Nampula	1 074 976	509 804	565 173	1 387 725	663 427	724 297	1 817 744	841 383	976 370
Zembézia	1 118 759	506 495	612 263	1 293 617	598 621	694 996	1 654 941	749 176	905 766
Tete	399 267	182 542	216 726	601 652	289 436	312 216	917 186	439 100	478 088
Manica	357 581	160 625	196 956	485 371	228 120	257 251	674 276	312 989	361 286
Sofala	497 931	233 012	264 920	577 844	274 705	303 139	802 553	382 622	419 931
Inhambane	365 717	142 693	223 025	412 113	174 402	237 711	471 326	210 092	261 233
Gaza	354 242	136 506	217 737	408 037	179 377	228 660	466 686	210 090	256 594
Maputo	291 934	133 799	158 136	458 502	216 724	241 779	759 910	357 440	402 470
Cidade de Maputo	399 254	190 888	208 367	455 547	219 637	235 911	474 031	234 251	239 780
Moçambique	5 623 528	2 556 096	3 067 432	7 038 077	3 302 124	3 735 953	9 360 341	4 351 279	5 009 069

Quadro 5.1b: Percentagem da população jovem (15-35 anos) em relação ao total da população por província e sexo.

Província	1997			2007			2017		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Niassa	33,9	32,6	35,1	33,6	32,8	34,3	32,4	30,7	33,9
Cabo Delgado	35,5	34,5	36,4	33,7	33,1	34,2	31,8	30,8	32,7
Nampula	35,1	33,5	36,7	34,0	32,9	35,0	31,6	30,0	33,1
Zembézia	36,1	33,7	38,4	33,3	31,9	34,5	32,1	30,3	33,7
Tete	32,6	31,0	34,0	33,3	32,9	33,7	34,7	34,0	35,4
Manica	34,4	32,3	36,3	33,7	33,1	34,4	34,7	33,7	35,7
Sofala	36,4	34,9	37,8	34,3	33,5	35,0	35,6	35,0	36,1
Inhambane	31,6	28,2	34,3	31,6	30,1	32,8	31,7	30,9	32,4
Gaza	31,7	28,4	34,2	33,0	32,5	33,4	32,9	32,6	33,1
Maputo	35,1	34,2	36,0	37,4	37,0	37,8	38,7	38,0	39,3
Cidade de Maputo	40,4	39,4	41,4	41,0	40,6	41,3	42,4	43,2	41,6
Moçambique	35,0	33,3	36,6	34,1	33,3	34,9	33,6	32,5	34,6

Nota: Calculados com base na população projectada para 30 Junho do ano do Censo.

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

5.2. EVOLUÇÃO NACIONAL E PROVINCIAL DA POPULAÇÃO JOVEM

O Gráfico 5.2 mostra as taxas de crescimento intercensitários por grupos populacionais. Nota-se que a população menor de 15 anos é, de longe, o grupo populacional com as taxas de crescimento intercensitárias mais elevadas, acima de 3%. Os restantes grupos, incluindo o grupo alvo deste relatório, apresentam taxas de crescimento similares e próximas da média nacional. Embora a população jovem tenha uma taxa de crescimento menor que a população menor de 15 anos, foi a que apresentou maior aumento no ritmo de crescimento entre os dois períodos intercensitários, ao passar de 2,3 para 2,5%. Este aumento do ritmo de crescimento neste grupo pode refletir a maior sobrevivência do grupo anterior como resultado da redução da taxa de mortalidade na infância, combinada com a persistente e elevada fecundidade. A combinação da manutenção dos níveis de reprodução com menores probabilidades de morte tem resultado no aumento de jovens que atingem a idade adulta. As implicações em termos de formulação de políticas sugerem que se deve prestar atenção nas políticas de expansão, acesso e qualidade de serviços sociais básicos, concretamente saúde e educação.

O grupo de 36 anos e mais experimentou um ligeiro aumento da taxa de crescimento, passando de 2,4% no período 1997-2007 para 2,5% no período 2007-2017. A comparação que se pode fazer do ritmo de crescimento desta camada populacional em relação ao ritmo de crescimento da população total mostra que ao longo destes períodos o ritmo de crescimento da população moçambicana também aumentou passando de 2,5% para 2,8% nos períodos 1997-2007 e 2007-2017, respectivamente.

A análise das taxas de crescimento intercensitários por província (Gráfico 5.3) mostra uma grande variabilidade. Esta variabilidade permite agrupar as províncias em 4 grupos. O primeiro grupo integra as províncias de Niassa, Tete e Maputo, com pelo menos uma taxa de crescimento superior a 4%. A província de Maputo lidera no ritmo de crescimento nos dois períodos intercensitários, 1997-2007 e 2007-2017, sendo no primeiro 4,5% e no segundo 5,1%. As províncias de Tete e Niassa destacam-se com ritmos de crescimento da população jovem consistentemente altos nos períodos de 1997-2007 e 2007-2017. Na província de Tete a taxa de crescimento da população jovem passou de 4,1% para 4,2% durante o período em análise e em Niassa a taxa de crescimento embora alta teve uma tendência descendente passando de 4,0% para 3,6%. As razões podem ser de vária ordem. As províncias de Niassa e Tete estão entre as províncias com maior taxa global de fecundidade (Arnaldo et al. 2022) no país, o que propicia que tenham um maior contingente de crianças que passam para a idade jovem. Em Tete, a atracção gerada por investimentos no sector de mineração incluindo a componente de construção de infraestruturas pode ter levado muitos jovens a dirigir-se a esta província central de Moçambique. A província de Maputo, tem uma taxa de fecundidade baixa, mas oferece maiores oportunidades de formação, trabalho e habitação para jovens provenientes de todas as províncias, incluindo os da Cidade de Maputo que já não dispõem de espaço para os jovens erguerem as suas

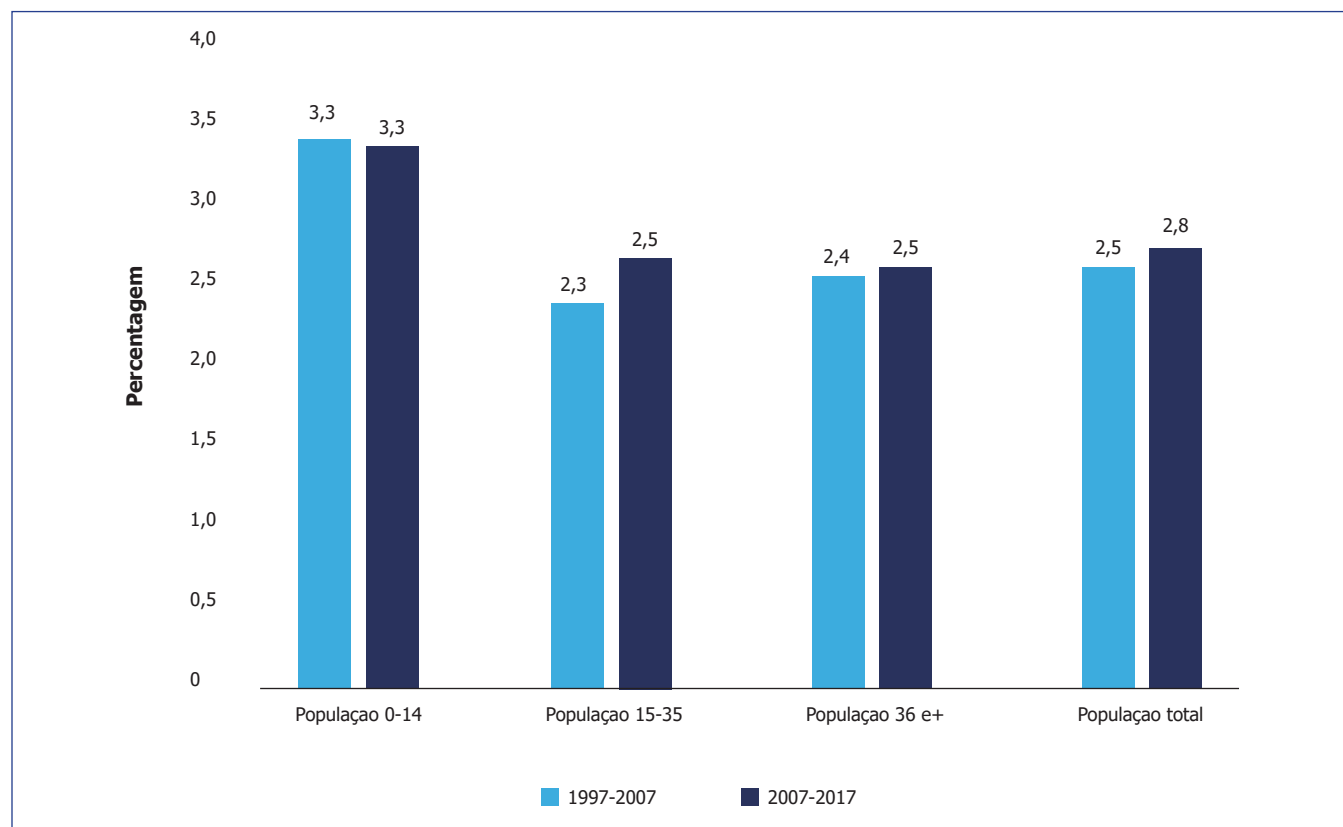
habitações. A dinâmica migratória entre a Cidade de Maputo e a província de Maputo, em particular para os distritos adjacentes de Marracuene e Cidade da Matola, pode ser o factor que explica o rápido crescimento da população 15-35 na província de Maputo.

O segundo grupo integra as províncias de Manica e Sofala, com taxas de crescimento entre 3 e 4%. A população jovem da província de Sofala duplicou o seu ritmo de crescimento, ao passar de 1,5% entre 1997 e 2007 para 3,3% entre 2007 e 2017 ao passo que Manica registou um crescimento acima de 3% nos dois períodos intercensitários. Sofala tem a segunda maior cidade do país, depois de Maputo, e tem uma dinâmica económica que pode ser um atrativo para jovens que procuram formação e oportunidades de trabalho.

O terceiro grupo de províncias tem taxas de crescimento que variam entre 2 e 3% e integra as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Zambézia. Neste grupo há a destacar o facto de as províncias de Cabo Delgado e Zambézia terem quase duplicado a taxa de crescimento entre os dois períodos intercensitários. Em Cabo Delgado a taxa de crescimento variou de 1,2% entre 1997 e 2007 para 2,1% entre 2007 e 2017. Com um padrão similar, a província da Zambézia viu a sua taxa de crescimento da população jovem passar de 1,5% para 2,5%. Excluindo possíveis efeitos resultantes da qualidade dos dados, estes padrões de crescimento não são de fácil interpretação porque a Zambézia tem taxa de migração negativa nos últimos cinco anos antes do censo de 2017 (ver secção 6.3). Para Cabo Delgado o aumento pode dever-se a migração devido a atracção pelos minerais e implementação de empreendimentos económicos relacionados com a exploração de hidrocarbonetos.

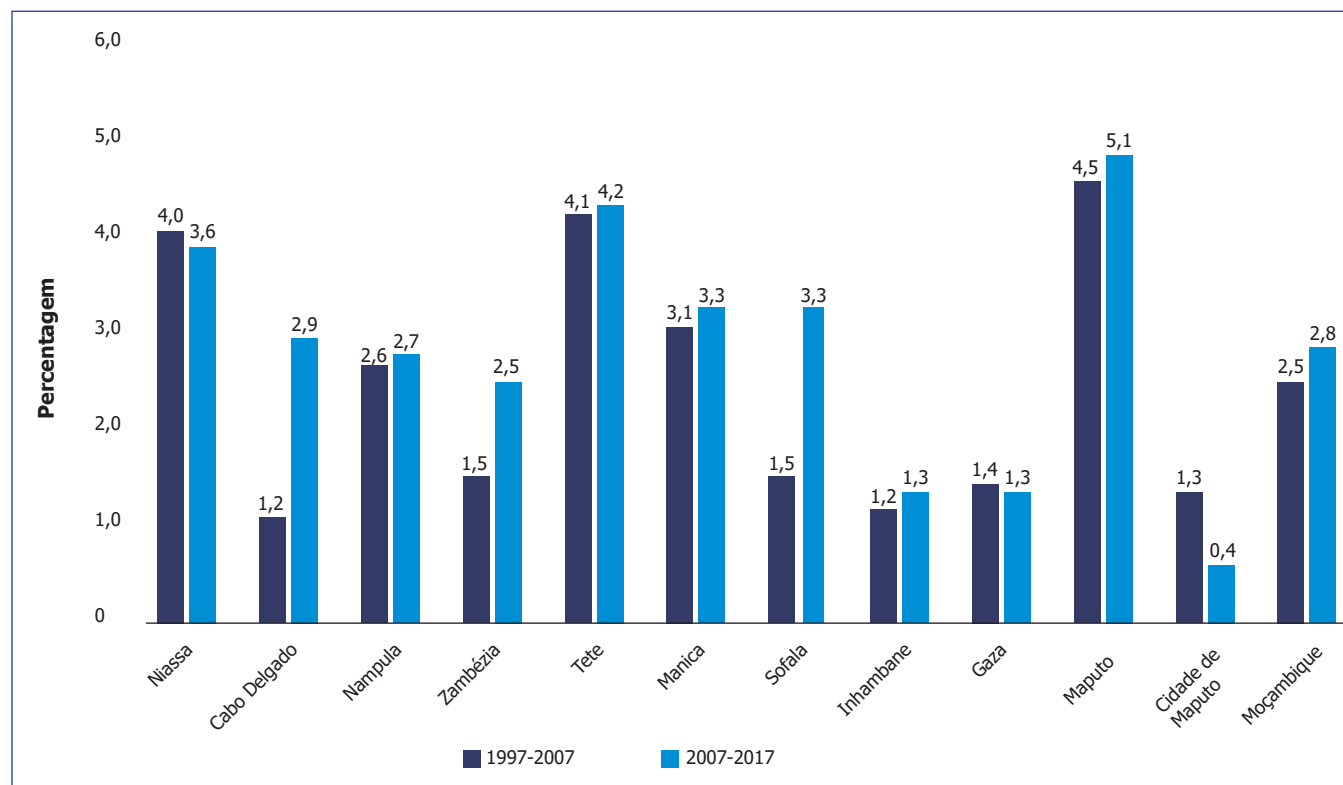
O quarto grupo de províncias integra as restantes províncias do sul do país, nomeadamente Inhambane, Gaza e Cidade de Maputo. Estas registaram nos dois períodos intercensitários taxas de crescimento inferiores a 1,5%. Para além de estarem no grupo de províncias com os níveis de fecundidade mais baixos, estas províncias apresentam outras características que justificam uma taxa de crescimento da população jovem mais baixa. Inhambane e Gaza, têm uma história de emigração de jovens, sobretudo os do sexo masculino, para Maputo, Cidade de Maputo e África do Sul a procura de oportunidade de formação e trabalho. A Cidade de Maputo viu o ritmo de crescimento da população 15-35 anos reduzir drasticamente, passando de 1,3% para 0,4%. A pesar de ser muito atractiva para jovens devido à sua dinâmica económica e oportunidade de formação, a Cidade de Maputo, pela natureza do seu crescimento espacial que é de carácter mais horizontal que vertical, parece ser menos atractiva para os jovens que precisam formar suas famílias, pelo que, os jovens da Cidade de Maputo procuram erguer as suas habitações na província de Maputo, embora tendo quase toda a sua vida económica dependente duma permanente mobilidade para a Cidade de Maputo.

Gráfico 5-2: Taxa de crescimento populacional por grandes grupos etários, Moçambique 1997-2017



Fonte: Calculados a partir das tabulações do INE dos censos de 1997, 2007 e 2017 (INE 1999b, 2010a, 2019).

Gráfico 5-3: Taxa de crescimento da população jovem (15-35) por província, Moçambique 1997-2017



Fonte: Calculados a partir das tabulações do INE dos censos de 1997, 2007 e 2017 (INE 1999b, 2010a, 2019).

O Quadro 5.2 apresenta a evolução futura da população jovem por província, com base nas projecções de população elaboradas pelo INE para o período 2017-2050 (INE 2020). A nível nacional, em termos absolutos, esta população continuará a aumentar. Dos 9,4 milhões de jovens estimadas no censo de 2017, espera-se que esta passe para 13,3 milhões em 2027, 17,1 milhões em 2037 e cerca de 20,8 milhões em 2047 e crescer a uma taxa de crescimento anual de cerca de 1,9%. Ao nível provincial, o destaque vai para as províncias de Inhambane, Gaza e Cidade de Maputo que poderão ver a sua população jovem diminuir a partir de 2037. Nas restantes províncias, este grupo populacional irá continuar a aumentar, embora possa sofrer algum abrandamento no ritmo.

Este abrandamento é mais evidente quando se analisam as taxas de crescimento para três decénios futuros, 2017-2027, 2027-2037 e 2037 -2047. As taxas de crescimento reduzem entre 2027-2037 em comparação com 2017-2027 em todas as províncias, excepto em Maputo e Cidade de Maputo, onde a redução inicia no período 2017-2027, em comparação com o período anterior. A Cidade de Maputo observará uma taxa de crescimento negativa desde 2017-2027 e as províncias de Inhambane e Gaza entre 2037-2047, significando que,

a partir desses períodos, essas províncias começam a ter a sua população jovem a reduzir em tamanho. As restantes províncias, sobretudo as da região norte, chegam ao período 2037-2047 com taxas de crescimento positivas e acima de 2% ao ano. Nas províncias do norte, para 2027 as taxas de crescimento estarão acima de 4% chegando a 4,5% no Niassa. Em 2037 espera-se que continuem a liderar o ritmo de crescimento da população jovem com taxas estimadas em 3%. Para 2047 poderão reduzir o ritmo de crescimento passando para valores entre 2 e 2,6%.

Pelas disparidades provinciais depreende-se que há um padrão regional no qual as províncias do sul tendem a ter um padrão de envelhecimento enquanto as restantes apresentam uma tendência de ligeiro rejuvenescimento ou mesmo tendência estática da estrutura etária. Nesse sentido, há que destacar as províncias de Nampula e Zambézia que juntas terão aproximadamente 40% da população jovem projectada para os períodos em causa. Necessariamente, as políticas públicas em matérias de provisão de bens e serviços básicos (saúde e educação) devem procurar reflectir estas disparidades regionais e provinciais.

Quadro 5-2: Evolução futura da população jovem (15-35) por província, Moçambique 1997-2047

Província	OBSERVADA			PROJECTADA		
	1997	2007	2017	2027	2037	2047
Niassa	274 133	407 376	585 163	917 053	1 291 783	1 673 489
Cabo Delgado	489 730	550 291	736 526	1 099 041	1 500 190	1 879 831
Nampula	1 074 976	1 387 725	1 817 744	2 707 024	3 616 864	4 403 399
Zembézia	1 118 759	1 293 617	1 654 941	2 429 222	3 202 434	3 966 821
Tete	399 267	601 652	917 186	1 366 450	1 789 613	2 217 237
Manica	357 581	485 371	674 276	946 827	1 228 624	1 550 217
Sofala	497 932	577 844	802 553	1 144 030	1 444 710	1802 112
Inhambane	365 718	412 113	471 326	621 145	638 007	597 927
Gaza	354 243	408 037	466 686	588 640	599 410	567 143
Maputo	291 934	458 502	759 910	1 087 511	1 405 062	1 748 787
Cidade de Maputo	291 934	455 547	474 031	451 213	402 880	397 448
Moçambique	5 623 528	7 038 077	9 360 341	13 358 156	17 119 577	20 804 411

Fonte: INE 1999a, 2010b, 2020.

Quadro 5-3: Evolução futura das taxas de crescimento da população jovem por província, Moçambique 1997-2047

Província	Taxa observada %		Taxa projectada %		
	1997-2007	2007-2017	2017-2027	2027-2037	2037-2047
Niassa	4,0	3,6	4,5	3,4	2,6
Cabo Delgado	1,2	2,9	4,0	3,1	2,3
Nampula	2,6	2,7	4,0	2,9	2,0
Zembézia	1,5	2,5	3,8	2,8	2,1
Tete	4,1	4,2	4,0	2,7	2,1
Manica	3,1	3,3	3,4	2,6	2,3
Sofala	1,5	3,3	3,5	2,3	2,2
Inhambane	1,2	1,3	2,8	0,3	-0,6
Gaza	1,4	1,3	2,3	0,2	-0,6
Maputo	4,5	5,1	3,6	2,6	2,2
Cidade de Maputo	1,3	0,4	-0,5	-1,1	-0,1
Moçambique	2,5	2,8	3,6	2,5	1,9

Fonte: Calculadas com base em INE 1999a, 2010b, 2020.

6. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS DOS JOVENS EM MOÇAMBIQUE

6.1. EDUCAÇÃO

6.1.1. TENDÊNCIA DO ANALFABETISMO ENTRE JOVENS

Para além de ser um direito constitucional em Moçambique (artigo 88 da Constituição da República), a educação é uma ferramenta crucial para dotar os jovens de conhecimentos, valores, competências e capacidades técnicas necessárias para uma vida socialmente relevante, profissionalmente produtiva e de alta qualidade no que asua efectiva participação no processo de desenvolvimento do país diz respeito.

A pesar de melhorias nos últimos anos, o nível de analfabetismo dos jovens moçambicanos, em particular os do sexo feminino, é elevado. Em 2017, cerca de um terço dos jovens (22,5% homens e 38,9% mulheres) eram analfabetos, isto é, não sabiam ler, nem escrever. O Quadro 6.1 apresenta a taxa de analfabetismo da população jovem por província e sexo. Existe uma grande variação por província, por exemplo, de cerca de 3,1% na Cidade de Maputo para 45,5% em Cabo Delgado, em 2017. No geral, a taxa de analfabetismo é mais elevada nas províncias do norte, moderada a alta nas províncias do centro e baixa nas províncias do sul do país. Em todas as províncias, de 1997 a 2017, houve uma redução desta taxa tanto nos homens como nas mulheres.

A análise da variação relativa da taxa de analfabetismo entre os períodos intercensitários (Quadro 6.2) mostra que a redução ocorreu de forma consistente em ambos sexos e em todas as províncias de um censo para o outro. As províncias do sul do país, que sempre apresentaram as taxas mais baixas, registaram as reduções mais expressivas em todos os períodos intercensitários. De 1997 a 2007, a magnitude da redução da taxa de analfabetismo foi maior nos homens em todas as províncias, enquanto no último período intercensitário (2007-2017), a redução foi maior nas mulheres que nos homens. Considerando o período de 1997 a 2017, a redução relativa acumulada foi

maior nas mulheres que nos homens, mas continuam a ter a taxa mais alta em comparação com os homens.

A maior parte da população jovem que sabe ler e escrever ou que tem alguma formação, concluiu apenas formação básica, que não vai além do nível primário, o que lhes confere pouco conhecimento bem como poucas capacidades técnicas e competências para uma participação plena nos diversos processos produtivos e de desenvolvimento do país. Com efeito, como mostra o Gráfico 6.1, em 2017, apenas 18% da juventude moçambicana tinha um nível de escolaridade acima do nível primário e apenas 1,5% tinham o nível superior. Esta percentagem (com ensino superior) aumentou de quase 0,1% em 1997 para 1,5% em 2007 e manteve-se em 2017. Nota-se, também, que a percentagem de jovens com o nível primário aumentou de 47% em 1997 para 48% em 2007 e, depois, para 57% em 2017. Em contrapartida, a percentagem de jovens sem nenhum nível reduziu para metade de 1997 para 2017, de 51% para 25%.

A análise por província mostra que: 1) existe uma grande variação provincial, com os jovens das províncias da região sul do país a apresentarem, no geral, os maiores níveis de escolaridade em comparação com os jovens das províncias do centro e norte; 2) antes de 2017, a percentagem de jovens com o nível superior era inferior 0,5% em todas as províncias, com a excepção de Sofala (1,2%), Maputo 2,1%) e Cidade de Maputo (6,2%); 3) em todas as províncias, excepto Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo, houve um aumento da percentagem de jovens com ensino secundário. Nas províncias do sul e em Sofala, o aumento só aconteceu entre 1997 e 2007, havendo depois uma redução de 2007 a 2017; 4) nas províncias do centro e norte houve aumento consistente da percentagem de jovens com ensino primário e consequente redução da daqueles sem nenhum nível de ensino. Nas províncias do sul, a percentagem de jovens com ensino primário aumentou de 1997 a 2007 e reduziu de 2007 a 2017, ao mesmo tempo que, de 2007 a 2017, houve um aumento da percentagem de jovens sem nenhum nível de ensino. Este padrão da região sul é um pouco surpreendente uma vez que esta região tem a maior cobertura educacional no país.

Quadro 6-1: Taxa de analfabetismo da população 15-35 anos por sexo segundo província, Moçambique 1997 a 2017.

Província	1997 %			2007 %			2017 %		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Niassa	64,8	47,7	80,0	55,8	40,1	69,8	44,8	34,8	52,8
Cabo Delgado	71,7	56,1	85,6	60,8	45,9	74,0	45,5	34,7	54,3
Nampula	68,3	52,1	82,9	56,8	41,1	70,8	42,1	31,3	50,9
Zembézia	66,7	47,6	82,5	57,0	37,8	72,9	40,5	27,4	50,9
Tete	61,8	45,0	76,0	48,6	33,6	62,3	38,9	29,9	46,8
Manica	50,6	31,5	66,2	33,2	17,0	47,4	22,4	12,2	30,6
Sofala	50,8	31,2	67,8	35,0	17,2	51,0	26,1	14,0	36,5
Inhambane	40,7	27,1	49,4	26,5	16,5	33,5	14,9	10,8	17,9
Gaza	39,5	29,0	46,0	25,6	18,3	31,2	16,2	14,6	17,5
Maputo	22,2	15,1	28,2	13,3	9,4	16,8	6,1	4,6	7,3
Cidade de Maputo	9,5	6,0	12,7	5,9	4,1	7,6	3,1	2,4	3,8
Moçambique	54,6	39,5	67,1	42,9	29,1	54,8	31,5	22,5	38,9

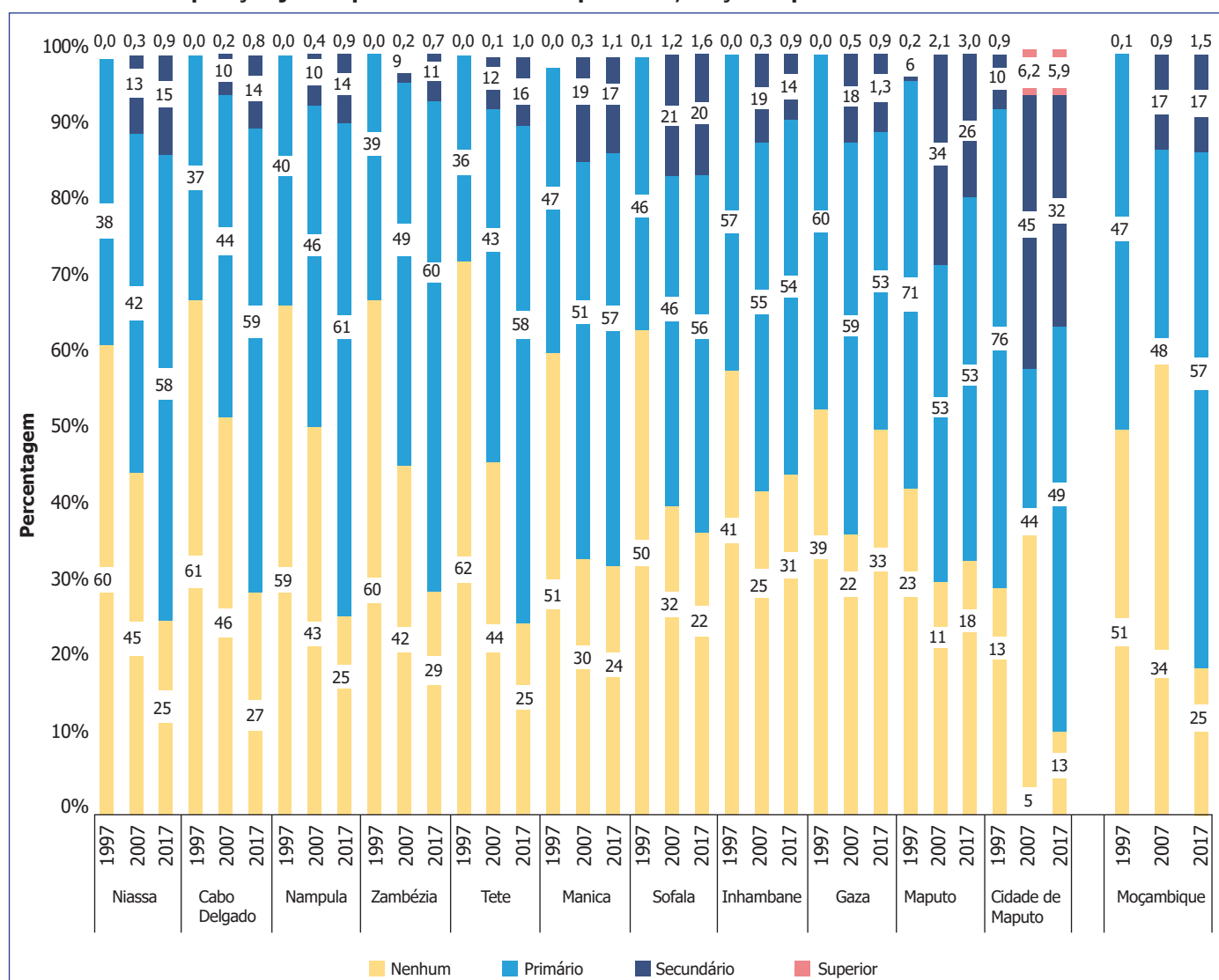
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Quadro 6-2: Variação relativa da taxa de analfabetismo da população 15-35 anos por sexo segundo província, Moçambique 1997 a 2017.

Província	1997			2007			2017		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Niassa	-13,9	-15,9	-12,8	-19,7	-13,1	-24,3	-30,8	-26,9	-34,0
Cabo Delgado	-15,2	-18,3	-13,5	-25,3	-24,3	-26,6	-36,6	-38,2	-36,5
Nampula	-16,7	-21,1	-14,6	-25,9	-23,8	-28,1	-38,3	-39,8	-38,6
Zembézia	-14,6	-20,6	-11,7	-28,8	-27,5	-30,2	-39,2	-42,5	-38,3
Tete	-21,3	-25,3	-17,9	-20,0	-11,0	-24,9	-37,1	-33,6	-38,4
Manica	-34,3	-46,0	-28,4	-32,7	-28,3	-35,5	-55,8	-61,2	-53,8
Sofala	-31,0	-44,7	-24,8	-25,4	-18,9	-28,3	-48,5	-55,1	-46,1
Inhambane	-35,0	-39,2	-32,3	-43,8	-34,7	-46,4	-63,5	-60,3	-63,7
Gaza	-35,1	-36,7	-32,3	-36,6	-20,1	-44,0	-58,9	-49,5	-62,1
Maputo	-40,0	-37,6	-40,4	-54,2	-50,8	-56,2	-72,5	-69,3	-73,9
Cidade de Maputo	-37,7	-30,8	-40,3	-47,0	-42,5	-49,6	-67,0	-60,2	-69,9
Moçambique	-21,4	-26,3	-18,3	-26,6	-22,7	-29,0	-42,2	-43,1	-42,0

Fonte: Calculados com base no Quadro 6.1.

Gráfico 6-1: População jovem por nível de ensino e província, Moçambique 1997-2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

6.1.2. EDUCAÇÃO DOS JOVENS E ESTADO CIVIL

A análise do nível de educação concluído por estado civil com base no censo de 2017 mostra disparidades importantes entre jovens solteiros e os que alguma vez estiveram unidos (Quadro 6.3 e 6.4). Estas disparidades são mais pronunciadas entre jovens do sexo masculino que os do sexo feminino. Entre os jovens com idades entre 15 e 24 anos (Quadro 6.3), o principal destaque das disparidades entre jovens solteiros e aqueles alguma vez unidos a nível nacional está na conclusão do nível secundário. Aqui 29% dos solteiros concluíram o nível secundário contra 21% dos alguma vez unidos. Esta é uma diferença fundamental por ser indicativo da pressão que, em teoria, pode recair para os jovens alguma vez unidos. Estes devem dividir atenção e tempo entre o seu processo de ensino e as responsabilidades familiares e, possivelmente, laborais. Dado que é a partir dos 15 anos que os estudantes entram na fase final e decisiva na conclusão do ensino secundário é muito provável que a probabilidade de completar o ensino secundário seja maior entre os jovens solteiros que os alguma vez casados. Este padrão de maior percentagem de jovens do sexo masculino solteiros com conclusão do ensino secundário relativamente aos jovens unidos verifica-se em todas as províncias.

Entre as jovens do sexo feminino estas disparidades também seguem o mesmo padrão, porém com diferenças muito substanciais. Entre as mulheres alguma vez unidas, apenas 16% concluíram o ensino secundário contra 32% entre as jovens solteiras, o que é praticamente o dobro. O padrão é semelhante em todas as províncias. As disparidades entre ambos sexos não são surpreendentes. A entrada na união tem implicações profundas na vida das jovens que além das tarefas produtivas, geralmente no seio doméstico, passam invariavelmente a agregar a função reprodutiva. Em função das relações de género, o cuidado da casa e da prole recai sobre a jovem que, em teoria, encontrará pouco tempo ou mesmo nenhum tempo disponível para continuar os estudos. Sobre jovens sem nenhum nível de ensino a tendência é semelhante quer em relação ao estado civil, assim como por sexo. Neste caso há poucas divergências. Quando é feita a análise da percentagem de conclusão do ensino primário nota-se também que não há diferenças muito substanciais entre os dois sexos nas respectivas categorias de estado civil. Há um ligeiro ascendente para as jovens do sexo feminino independentemente do estado civil, em particular nos dados desagregados por província. Entretanto, a nível nacional, entre os jovens do sexo masculino alguma vez unidos, 64% completou o primário, enquanto entre as jovens a taxa é de 65%. Entre os solteiros a situação é inversa sendo 54% contra 56%, respectivamente. O facto preocupante em relação a estes dados são as disparidades que depois se observam no ensino secundário. Elas sugerem que em dado momento o acesso ao ensino torna-se virtualmente impossível para as raparigas. Portanto, para estas, há barreiras no que a permanência, progresso e conclusão do ensino secundário diz respeito. Partindo de uma situação de paridade com os rapazes no ensino primário e mesmo na situação dos sem escolaridade, ao chegar no ensino secundário a situação altera-se drasticamente, com muitas das jovens a não concluírem o ensino secundário.

Este padrão sugere que devido ao início precoce da atividade reprodutiva (união e/ou gravidez) muitas raparigas veem-se impossibilitadas de prosseguir os seus estudos para o ensino secundário. Assim, o estado de união parece constituir um impedimento no progresso educativo em particular para as raparigas e sobretudo, também, para um nível de ensino que é determinante para a entrada no mercado de trabalho e consequente emancipação económica, e com considerável influência nas escolhas reprodutivas. Na prática, pode-se estar perante fenómenos socioculturais complexos cuja compreensão é importante para o desenho de políticas.

Outras disparidades que são relevantes relacionam-se com as disparidades territoriais. Neste sentido nota-se que entre as províncias do sul a percentagem de jovens sem nenhum nível concluído é das mais baixas. Ela oscila entre 2,6% para as jovens e 3,6% entre homens e 3,1%, total para jovens entre 15-24 anos que não tem nenhum nível concluído na Cidade de Maputo para níveis acima de 15% nas províncias no norte e centro do país. Estas disparidades mostram que o acesso a educação ainda é um desafio nas províncias do norte e centro do país. As disparidades territoriais também se observam ao nível do ensino secundário, onde, com exceção de Inhambane e Gaza, as províncias de Maputo e Cidade de Maputo têm, tanto para jovens solteiros assim como para os alguma vez unidos, percentagens na ordem dos 30% a 50% de jovens que concluíram o ensino secundário. Em contrapartida nas províncias do norte e centro do país, independentemente do estado civil, menos de 30% dos jovens concluíram o ensino secundário.

As disparidades no grupo dos jovens 25-35 (Quadro 6.4) não se diferem das encontradas no grupo 15-24 anos. A semelhança deste último grupo é entre os jovens solteiros que se encontram as maiores percentagens de jovens que concluíram os níveis de entre os que alguma vez estiveram unidos. Começando pela conclusão do ensino superior, nota-se que entre os solteiros há maior proporção de jovens que concluíram o ensino superior que entre os alguma vez unidos. A título ilustrativo, 43% dos jovens solteiros concluíram o ensino secundário contra apenas 27% dos jovens alguma vez unidos nas idades 25-35. As disparidades territoriais mais acentuadas observam-se entre os jovens alguma vez unidos da província de Maputo e Cidade de Maputo e o resto das províncias. Naquelas duas províncias entre 39 e 45% dos jovens alguma vez unidos concluiu o ensino secundário. Em contraste, com a exceção da província de Sofala (33%) nenhuma outra província apresenta percentagens que concluíram o ensino secundário acima de 30% para os jovens alguma vez unidos. Entre os solteiros as disparidades entre Maputo, Cidade de Maputo e o resto do país não são muito pronunciadas. Em geral entre 40% e 50% dos jovens solteiros entre 25-35 anos concluíram pelo menos o ensino secundário. Estes dados parecem suportar de forma conclusiva que a entrada precoce na união, em particular nas províncias do norte e centro tem efeitos negativos na frequência escolar.

Como se pode esperar as disparidades por sexo também são muito pronunciadas. Se entre os jovens solteiros do sexo masculino encontramos cerca de 46% com o nível

Quadro 6-3: Distribuição percentual dos jovens de 15-24 anos por nível de educação concluído e estado civil, segundo província, Moçambique 2017.

HOMENS - 15-24 ANOS												
Província	Solteiros por nível de educação (%)				Total		Alguma vez unidos por nível de educação (%)				Total	
	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	%	Nº de casos	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	%	Nº de casos
Niassa	12,6	59,6	27,5	0,3	100,0	62 372	12,6	64,2	22,9	0,3	100,0	31 278
Cabo Delgado	16,0	61,4	22,3	0,3	100,0	78 733	15,1	66,7	18,1	0,1	100,0	41 237
Nampula	14,0	59,8	25,7	0,5	100,0	201 243	14,5	65,1	20,2	0,2	100,0	118 920
Zembézia	15,2	61,5	22,9	0,4	100,0	200 222	15,8	67,6	16,5	0,1	100,0	122 769
Tete	13,2	59,0	27,2	0,6	100,0	118 706	15,0	63,5	21,2	0,3	100,0	42 371
Manica	10,4	58,9	30,1	0,6	100,0	116 110	9,0	62,0	28,5	0,4	100,0	32 260
Sofala	8,8	56,5	33,9	0,8	100,0	148 856	10,3	60,9	28,4	0,4	100,0	38 495
Inhambane	11,4	62,3	26,0	0,3	100,0	93 851	12,9	65,7	21,2	0,1	100,0	16 504
Gaza	14,9	62,1	22,8	0,3	100,0	91 245	17,9	65,5	16,5	0,1	100,0	15 561
Maputo	6,1	54,5	38,5	0,9	100,0	145 883	7,3	58,6	33,3	0,8	100,0	22 030
Cidade de Maputo	3,6	46,3	48,1	2,1	100,0	101 277	3,5	52,1	43,1	1,4	100,0	10 594
Moçambique	11,6	58,4	29,4	0,6	100,0	1 358 498	13,6	64,6	21,5	0,2	100,0	492 019
MULHERES - 15-24 ANOS												
Província	Solteiras por nível de educação (%)				Total		Alguma vez unidas por nível de educação (%)				Total	
	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	%	Nº de casos	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	%	Nº de casos
Niassa	11,5	59,9	28,2	0,4	100,0	41 632	18,1	66,3	15,4	0,3	100,0	64 735
Cabo Delgado	15,5	61,7	22,3	0,5	100,0	51 508	21,1	66,2	12,5	0,2	100,0	81 893
Nampula	12,7	59,3	27,4	0,6	100,0	121 630	19,1	66,5	14,3	0,1	100,0	230 454
Zembézia	16,0	61,3	22,3	0,4	100,0	133 397	22,4	67,3	10,2	0,1	100,0	220 534
Tete	12,9	57,9	28,4	0,8	100,0	75 168	18,2	65,4	16,1	0,2	100,0	95 883
Manica	9,2	58,6	31,6	0,6	100,0	71 840	15,3	67,5	17,0	0,2	100,0	93 934
Sofala	10,3	54,8	34,1	0,8	100,0	96 647	16,3	63,9	19,5	0,3	100,0	92 535
Inhambane	8,2	61,5	29,9	0,3	100,0	89 276	11,8	68,3	19,7	0,2	100,0	46 619
Gaza	9,6	60,8	29,2	0,4	100,0	83 636	15,9	67,7	16,3	0,1	100,0	48 321
Maputo	4,3	50,4	44,2	1,1	100,0	135 854	7,1	59,8	32,5	0,6	100,0	60 872
Cidade de Maputo	2,6	42,4	53,0	2,1	100,0	96 795	4,0	53,0	41,4	1,5	100,0	28 011
Moçambique	10,0	56,6	32,7	0,8	100,0	997 383	17,7	65,8	16,3	0,2	100,0	1 063 791
JOVENS - 15-24 ANOS												
Província	Solteiras por nível de educação (%)				Total		Alguma vez unidas por nível de educação (%)				Total	
	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	%	Nº de casos	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	%	Nº de casos
Niassa	12,2	59,8	27,8	0,3	100,0	104 004	16,3	65,6	17,8	0,3	100,0	96 013
Cabo Delgado	15,8	61,5	22,3	0,4	100,0	130 241	19,1	66,4	14,4	0,1	100,0	123 130
Nampula	13,5	59,6	26,4	0,5	100,0	322 873	17,5	66,0	16,3	0,1	100,0	349 374
Zembézia	15,5	61,4	22,7	0,4	100,0	333 619	20,0	67,4	12,5	0,1	100,0	343 303
Tete	13,1	58,6	27,7	0,7	100,0	193 874	17,2	64,8	17,7	0,3	100,0	138 254
Manica	9,9	58,8	30,7	0,6	100,0	187 950	13,7	66,1	19,9	0,3	100,0	126 194
Sofala	9,4	55,8	34,0	0,8	100,0	245 503	14,5	63,0	22,1	0,3	100,0	131 030
Inhambane	9,8	62,0	27,9	0,3	100,0	183 127	12,1	67,6	20,1	0,1	100,0	63 123
Gaza	12,4	61,5	25,9	0,3	100,0	174 881	16,3	67,2	16,3	0,1	100,0	63 882
Maputo	5,2	52,5	41,2	1,0	100,0	281 737	7,2	59,5	32,7	0,6	100,0	82 902
Cidade de Maputo	3,1	44,4	50,5	2,1	100,0	198 072	3,9	52,8	41,9	1,5	100,0	38 605
Moçambique	10,9	57,6	30,8	0,7	100,0	2 355 881	16,4	65,4	18,0	0,2	100,0	1 555 810

Fonte: INE, Censo 2017.

secundário concluído, em contrapartida, entre as jovens esta percentagem na mesma condição de solteira baixa para cerca de 40%. Quando se toma em conta o facto de ter estado alguma vez unidos somente 31% dos jovens do sexo masculino concluíram o nível secundário contra 23% das jovens. Entre as províncias as disparidades mais acentuadas observam-se entre os jovens alguma vez unidos quer entre os do sexo masculino assim como do sexo feminino. A província de Maputo e Cidade de Maputo destacam-se como aquelas onde há maior percentagem de jovens que solteiros ou alguma vez unidos concluíram o ensino superior. Nestas duas províncias, entre os jovens do sexo masculino, os alguma vez unidos oscilam entre 42 e 46% e entre os solteiros varia de 45% a 52%. Estas ultimas, são muito próximas das do resto das províncias. Para as jovens do sexo feminino, alguma vez unidas em Maputo e Cidade de Maputo registam-se

percentagens de conclusão do ensino secundário de entre 36% e 43%, respectivamente quando em nenhuma das outras províncias esta percentagem ultrapassa 27%.

Em relação ao ensino superior, o grupo de idades 25-35 permite que se façam análises mais consistentes. Sobretudo porque é entre estas idades que os jovens concluem o ensino superior, comparando com a idade 15-24 anos. É novamente entre os jovens solteiros que as percentagens de jovens que concluíram este nível são relativamente mais elevadas. A nível nacional entre os solteiros cerca de 6% concluíram o ensino superior contra 2,7% entre os alguma vez unidos. É importante notar que nas províncias do sul esta disparidade não é acentuada contrariamente ao que sucede nas províncias do centro e norte do país.

Quadro 6-4: Distribuição percentual dos jovens (25-35) anos por nível de educação e estado civil segundo província, Moçambique 2017.

HOMENS - 25-35 ANOS											
Província	Solteiros por nível de educação (%)				Total		Alguma vez unidos por nível de educação (%)				Total
	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	%	Nº de casos	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	% Nº de casos
Niassa	9,4	39,5	46,8	4,3	100,0	8 035	12,2	54,8	30,8	2,2	100,0 59 937
Cabo Delgado	9,9	44,9	42,1	3,0	100,0	15 114	13,2	56,9	28,6	1,4	100,0 86 126
Nampula	8,7	39,6	45,9	5,8	100,0	23 474	12,6	57,5	27,9	1,9	100,0 209 687
Zembézia	9,9	37,9	45,4	6,7	100,0	18 261	16,4	60,7	20,9	1,9	100,0 182 060
Tete	7,7	39,6	46,8	5,9	100,0	14 219	13,3	55,5	29,1	2,1	100,0 105 091
Manica	6,7	42,5	45,9	5,0	100,0	15 230	9,5	51,4	36,4	2,7	100,0 83 502
Sofala	5,9	36,4	51,9	5,8	100,0	24 038	8,8	50,2	37,6	3,4	100,0 94 317
Inhambane	11,6	46,4	36,0	6,1	100,0	15 126	14,0	56,8	26,1	3,1	100,0 46 832
Gaza	14,8	48,7	31,4	5,1	100,0	18 772	18,4	55,5	23,0	3,1	100,0 43 715
Maputo	6,9	42,2	45,1	5,8	100,0	44 214	6,5	44,7	42,9	5,8	100,0 100 792
Cidade de Maputo	3,8	33,0	51,9	11,3	100,0	45 692	3,8	38,8	46,7	10,7	100,0 48 937
Moçambique	7,8	40,0	45,6	6,6	100,0	242 175	12,1	54,3	30,6	3,0	100,0 1 060 996
MULHERES - 25-35 ANOS											
Província	Solteiros por nível de educação (%)				Total		Alguma vez unidos por nível de educação (%)				Total
	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	%	Nº de casos	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	% Nº de casos
Niassa	12,5	47,1	37,1	3,3	100,0	7 391	21,2	56,9	20,4	1,5	100,0 50 157
Cabo Delgado	10,5	49,4	37,6	2,6	100,0	11 551	21,5	57,2	20,1	1,2	100,0 63 516
Nampula	12,1	52,7	31,5	3,7	100,0	20 678	20,9	59,0	18,6	1,5	100,0 167 854
Zembézia	13,1	50,4	32,5	4,1	100,0	19 198	25,8	59,1	14,0	1,1	100,0 155 930
Tete	10,5	42,0	42,3	5,2	100,0	8 756	19,7	58,4	20,3	1,6	100,0 85 172
Manica	8,0	44,7	43,2	4,1	100,0	9 164	17,0	58,9	22,6	1,5	100,0 82 034
Sofala	6,9	38,7	48,5	6,0	100,0	14 846	15,6	54,5	26,7	3,2	100,0 80 864
Inhambane	13,8	45,8	38,0	2,3	100,0	18 258	18,8	58,4	21,2	1,6	100,0 59 771
Gaza	13,5	49,7	33,6	3,2	100,0	22 557	21,7	57,5	19,5	1,3	100,0 60 934
Maputo	8,0	45,8	41,8	4,4	100,0	44 029	8,3	51,1	36,1	4,5	100,0 123 151
Cidade de Maputo	4,0	36,5	49,7	9,9	100,0	40 335	6,2	41,3	43,0	9,5	100,0 56 867
Moçambique	9,5	45,1	40,4	5,0	100,0	216 763	18,4	56,2	23,0	2,4	100,0 986 250
JOVENS - 25-35 ANOS											
Província	Solteiros por nível de educação (%)				Total		Alguma vez unidos por nível de educação (%)				Total
	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	%	Nº de casos	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	% Nº de casos
Niassa	10,9	43,1	42,1	3,8	100,0	15 426	16,3	55,8	26,1	1,9	100,0 110 094
Cabo Delgado	10,1	46,9	40,2	2,8	100,0	26 665	16,7	57,0	25,0	1,3	100,0 149 642
Nampula	10,3	45,7	39,2	4,8	100,0	44 152	16,3	58,2	23,8	1,7	100,0 377 541
Zembézia	11,5	44,3	38,8	5,3	100,0	37 459	20,8	60,0	17,7	1,5	100,0 337 990
Tete	8,8	40,5	45,0	5,6	100,0	22 975	16,1	56,8	25,2	1,9	100,0 190 263
Manica	7,2	43,3	44,8	4,7	100,0	24 394	13,2	55,1	29,5	2,1	100,0 165 536
Sofala	6,2	37,2	50,6	5,9	100,0	38 884	11,9	52,1	32,6	3,3	100,0 175 181
Inhambane	12,8	46,1	37,1	4,0	100,0	33 384	16,7	57,7	23,3	2,3	100,0 106 603
Gaza	14,1	49,3	32,6	4,0	100,0	41 329	20,3	56,6	21,0	2,1	100,0 104 649
Maputo	7,4	44,0	43,5	5,1	100,0	88 243	7,5	48,2	39,2	5,1	100,0 223 943
Cidade de Maputo	3,9	34,6	50,9	10,7	100,0	86 027	5,1	40,2	44,7	10,1	100,0 105 804
Moçambique	8,6	42,4	43,1	5,9	100,0	458 938	15,1	55,2	26,9	2,7	100,0 2 047 246

Fonte: INE, Censo 2017.

Quanto as disparidades na conclusão do ensino superior por sexo, não se notam grandes variações. As variações mais expressivas ocorrem entre pessoas do mesmo sexo, mas com estado civil diferente, isto é, entre homens solteiros (6,6%) e alguma vez unidos (3%) e entre as mulheres solteiras (5%) e as alguma vez unidas (2,4%).

O Quadro 6.5 apresenta a o nível de educação concluído por condição de maternidade entre as jovens 15-24. Os resultados são consistentes com os resultados apresentados na secção anterior. Cerca de 16,9% das mulheres que já tiveram filhos não concluíram nenhum nível de ensino, contra 12,2% das que nunca tiveram filhos.

Entre as adolescentes (15-19) que nunca tiveram filhos, cerca 57% completou o ensino primário contra 60% entre as que já tiveram filho. Todavia, o factor de diferenciação mais evidente parece ser o facto de ter concluído do ensino secundário. Entre aquelas que nunca tiveram filhos 29,2% concluíram o ensino secundário contra 21,7% entre aquelas

que já tem filhos. Portanto, a permanência e a conclusão do ensino secundário pode ser um factor relevante no que diz respeito a retardar o início da maternidade e sobretudo evitar a maternidade precoce ou vice-versa.

As disparidades interprovinciais mostram que nas províncias do sul, nomeadamente Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo é entre as mulheres que nunca tiveram filhos que se observa maior percentagem de conclusão quer do ensino secundário assim como superior. Nas províncias do norte, concretamente Niassa, Cabo Delgado e Nampula, a frequência do ensino secundário também é o factor de diferenciação mais importante. A percentagem das adolescentes que concluíram o ensino secundário é mais elevada entre as que nunca tiveram filhos contra as que já são mães.

Entre as mulheres 20-24 cerca de 62,6% das jovens que já tiveram filhos concluíram o ensino primário contra 47,5% das que nunca tiveram filhos. Entretanto, nota-se que 21,8%

Quadro 6-5: Distribuição percentual das mulheres jovens (15-24) por condição de maternidade e nível de educação concluído segundo província, Moçambique 2017.

MULHERES- 15-19 ANOS												
Província	Nunca teve filho(s) por nível de educação (%)				Total		Já teve filho(s) por nível de educação (%)				Total	
	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	%	Nº de casos	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	%	Nº de casos
Niassa	14,8	53,6	31,6	0,0	100,0	305	18,6	60,8	19,7	0,9	100,0	21 255
Cabo Delgado	14,5	61,7	23,8	0,0	100,0	1 406	20,2	61,0	18,1	0,7	100,0	138 281
Nampula	13,1	62,6	23,4	0,9	100,0	4 721	19,4	62,7	17,1	0,8	100,0	351 871
Zembézia	16,5	64,0	19,1	0,4	100,0	2 764	23,2	62,8	13,4	0,6	100,0	334 000
Tete	8,3	60,0	29,1	2,6	100,0	1 581	18,6	61,2	19,4	0,9	100,0	162 349
Manica	17,9	49,3	32,8	0,0	100,0	748	15,7	62,4	21,1	0,9	100,0	158 100
Sofala	7,0	52,3	39,5	1,2	100,0	868	15,1	58,3	24,8	1,8	100,0	159 597
Inhambane	13,2	57,3	27,9	1,6	100,0	623	14,7	62,1	22,4	0,8	100,0	123 809
Gaza	8,0	58,8	33,3	0,0	100,0	400	17,9	60,8	20,5	0,8	100,0	125 410
Maputo	4,1	39,1	53,4	3,4	100,0	1 484	8,0	54,6	34,7	2,7	100,0	214 999
Cidade de Maputo	8,4	26,9	49,2	15,6	100,0	726	5,2	46,9	42,5	5,4	100,0	112 717
Moçambique	12,2	56,8	29,3	1,7	100,0	16 286	16,9	60,1	21,7	1,3	100,0	1 988 969
MULHERES - 20-24 ANOS												
Província	Nunca teve filho(s) por nível de educação (%)				Total		Já teve filho(s) por nível de educação (%)				Total	
	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	%	Nº de casos	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	%	Nº de casos
Niassa	11,7	30,6	57,7	0,0	100,0	153	16,0	62,6	21,2	0,3	100,0	8 011
Cabo Delgado	8,4	61,0	30,5	0,0	100,0	367	19,2	62,0	18,5	0,4	100,0	46 346
Nampula	15,9	53,6	28,1	2,4	100,0	1 267	17,2	63,8	18,8	0,2	100,0	125 497
Zembézia	12,3	63,1	24,6	0,0	100,0	659	21,0	64,6	14,2	0,2	100,0	122 720
Tete	13,3	42,3	42,3	2,2	100,0	459	17,1	63,2	19,3	0,3	100,0	59 098
Manica	5,1	42,8	52,1	0,0	100,0	215	13,4	64,8	21,5	0,3	100,0	54 275
Sofala	7,1	42,9	50,0	0,0	100,0	282	13,9	61,6	24,1	0,5	100,0	57 403
Inhambane	14,5	47,7	33,2	4,7	100,0	214	10,1	66,1	23,7	0,1	100,0	39 842
Gaza	14,1	57,7	28,2	0,0	100,0	71	13,4	64,4	22,0	0,2	100,0	37 700
Maputo	3,2	29,0	58,3	9,6	100,0	314	6,7	57,1	35,7	0,5	100,0	56 483
Cidade de Maputo	0,0	9,4	67,9	22,8	100,0	224	4,1	50,6	44,2	1,1	100,0	30 308
Moçambique	11,3	47,5	38,2	3,0	100,0	4 337	15,2	62,6	21,8	0,3	100,0	667.501
MULHERES - 15-24 ANOS												
Província	Nunca teve filho(s) por nível de educação (%)				Total		Já teve filho(s) por nível de educação (%)				Total	
	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	%	Nº de casos	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	%	Nº de casos
Niassa	15,5	55,0	29,5	0,0	100,0	233	16,9	65,0	18,0	0,2	100,0	10 399
Cabo Delgado	15,0	61,1	23,9	0,0	100,0	1 017	20,0	64,9	14,9	0,2	100,0	75 929
Nampula	13,9	64,5	20,9	0,8	100,0	3 936	18,4	66,0	15,4	0,1	100,0	190 642
Zembézia	14,4	67,5	18,0	0,0	100,0	2 244	21,5	66,4	12,0	0,1	100,0	183 425
Tete	7,3	61,5	30,4	0,8	100,0	1 241	17,6	64,9	17,3	0,2	100,0	79 916
Manica	18,1	49,2	32,7	0,0	100,0	624	14,3	66,8	18,7	0,2	100,0	77 099
Sofala	8,8	56,5	34,7	0,0	100,0	697	15,1	63,3	21,2	0,4	100,0	79 129
Inhambane	7,7	63,4	27,0	1,9	100,0	530	10,7	68,0	21,2	0,1	100,0	55 642
Gaza	3,3	60,2	36,5	0,0	100,0	304	14,6	66,0	19,2	0,2	100,0	52 952
Maputo	4,1	36,5	56,3	3,1	100,0	972	6,9	60,2	32,6	0,4	100,0	71 032
Cidade de Maputo	9,2	27,5	52,0	11,4	100,0	448	4,3	54,5	40,3	0,9	100,0	37 137
Moçambique	12,1	59,1	27,8	1,0	100,0	12 804	16,3	64,9	18,5	0,2	100,0	960 664

Fonte: INE, Censo 2017.

das que já tiveram filhos concluíram o nível secundário, contra 38,2% das que nunca tiveram filhos. Em relação ao ensino superior, para aquelas que já tiveram filhos menos de 1% concluíram este nível de ensino diferentemente de 3% entre aquelas que nunca tiveram filhos. As disparidades são grandes e com padrão similar ao apresentado na secção anterior. Por exemplo, na Cidade de Maputo, 67% das que nunca tiveram filhos concluíram o ensino secundário e 22,8% o ensino superior. No resto do país estas cifras não passam de 60% entre aquelas com ensino secundário e menos de 4% para aquelas com ensino superior, com excepção da província de Maputo com 9,6%.

Em geral, para as mulheres 15-24, ter tido filho parece influenciar negativamente a conclusão de nível de ensino secundário e superior.

6.1.3. DESIGUALDADE DE GÉNERO NA EDUCAÇÃO

Os resultados apresentados na secção anterior mostram que existem disparidade entre homens e mulheres nas taxas de analfabetismo bem como no nível concluído, com as mulheres em clara desvantagem em relação aos homens. Um indicador importante para medir o grau de desigualdade de género é o chamado índice de disparidade de género na educação (IDGE) (Jejeebhoy 1995), ou seja, o número de jovens mulheres escolarizadas por cada 1000 jovens homens escolarizados na mesma faixa etária. Numa situação de igualdade este índice é igual a 1000 e valores abaixo de 1000

indicam uma desvantagem para as mulheres em comparação com os homens e valores acima de 1000 uma desvantagem dos homens. Quanto mais distante de 1000 maior é a desigualdade entre os dois sexos.

A tendência do IDGE entre 1997 e 2017 é apresentado nos Quadros 6.6 e 6.7 entre os jovens 15-35 anos. Os resultados mostram, no geral, que em Moçambique as desigualdades entre homens e mulheres têm estado a reduzir em todos grupos de idades considerados, nomeadamente 15-24, 25-35 e 15-35. Considerando toda a população jovem (15-35), o IDGE passou de 655 por mil em 1997 para 962 por mil em 2017. Esta tendência mostra que houve uma redução substancial da desigualdade de género na educação. Entretanto, desagregando esta evolução por grupos etários nota-se que estes ganhos estão mais concentrados nos níveis de ensino básico, cuja capacidade emancipatória para as mulheres é muito reduzida. Como discutido acima a tendência da maternidade precoce é tanto mais elevada onde e quando o acesso ao ensino se limita ao primário. Assim, para o grupo 15-24, o IDGE passou de 737 por mil em 1997 para 1054 por mil em 2017. Esta grande evolução sugere que é no nível primário onde os ganhos foram significativos. Já para o grupo etário 25-35, o IDGE passou de 547 por mil em 1997 para 834 por mil em 2017, o que revela que os desafios estão concentrados em assegurar o acesso a permanência e a conclusão nos níveis secundário e superior.

Quadro 6-6: Índice de desigualdade de género na literacia entre os jovens, Moçambique 1997, 2007 e 2017.

	15-24			25-35			15-35		
Província	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Niassa	517	666	1 055	341	437	711	431	568	908
Cabo Delgado	452	639	1 024	294	415	639	371	543	845
Nampula	478	647	1 021	309	443	687	395	559	878
Zembézia	479	635	965	313	385	696	404	527	861
Tete	595	732	997	423	481	705	522	624	870
Manica	688	812	1 070	488	600	852	606	728	982
Sofala	625	743	947	427	539	727	540	660	861
Inhambane	1 122	1 123	1 234	1 039	1 174	1 223	1 092	1 141	1 230
Gaza	1 205	1 118	1 243	1 247	1 097	1 284	1 219	1 110	1 258
Maputo	1 052	1 054	1 171	930	1 006	1 131	1 003	1 033	1 153
Cidade de Maputo	1 032	1 025	1 117	998	1 021	1 016	1 019	1 023	1 071
Moçambique	737	811	1 054	547	641	834	655	740	962

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Quadro 6-7: Índice de desigualdade de género na educação por província e nível de ensino, Moçambique 1997, 2007 e 2017

PRIMÁRIO				SECUNDÁRIO			SUPERIOR		
Jovens 15-24 anos									
Provincia	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Niassa	665	933	1 184	331	529	894	182	383	1 172
Cabo Delgado	646	877	1 135	332	545	868	412	615	1 391
Nampula	652	870	1 140	409	530	875	531	628	905
Zembézia	639	928	1.117	452	522	790	500	637	915
Tete	678	869	1 096	523	626	891	333	607	1 022
Manica	772	1 016	1 194	428	559	874	381	500	789
Sofala	692	902	1 043	517	600	831	432	650	838
Inhambane	1 182	1 271	1 251	711	891	1 289	400	534	1 355
Gaza	1 265	1 172	1 250	864	1 065	1 384	600	510	1 509
Maputo	1 120	1 152	1 135	838	973	1 258	357	682	1 235
Cidade de Maputo	1 097	1 113	1 067	910	979	1 181	517	869	1 070
Moçambique	825	974	1 138	635	723	987	485	726	1 037

PRIMÁRIO				SECUNDÁRIO			SUPERIOR		
Jovens 25-35 anos									
Provincia	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Niassa	521	665	888	185	414	584	220	392	620
Cabo Delgado	525	663	753	181	428	552	189	494	654
Nampula	520	671	845	211	416	545	243	505	614
Zembézia	499	661	868	249	443	604	156	498	519
Tete	541	608	835	290	446	564	303	349	599
Manica	612	781	1 061	240	399	602	336	367	543
Sofala	535	670	888	278	459	601	231	462	743
Inhambane	1 173	1 336	1 288	445	770	1 112	333	389	574
Gaza	1 453	1 246	1 384	586	872	1 219	269	447	663
Maputo	1 154	1 223	1 305	483	796	994	248	562	888
Cidade de Maputo	1 301	1 266	1 122	634	871	955	405	722	904
Moçambique	702	806	969	370	587	724	345	591	725

PRIMÁRIO				SECUNDÁRIO			SUPERIOR		
Jovens 15-24 anos									
Provincia	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Niassa	598	812	1 070	253	487	746	215	389	696
Cabo Delgado	589	779	973	244	501	693	220	527	760
Nampula	590	778	1 023	301	489	718	292	542	663
Zembézia	579	805	1 026	355	497	713	206	547	580
Tete	623	758	993	413	559	736	309	423	687
Manica	710	920	1 146	338	502	749	346	416	596
Sofala	627	803	990	407	549	730	270	531	764
Inhambane	1 179	1 296	1 263	601	860	1 220	352	445	655
Gaza	1 323	1 201	1 295	747	1 010	1 317	343	470	751
Maputo	1 132	1 185	1 204	664	904	1 126	274	596	940
Cidade de Maputo	1 168	1 182	1 089	787	939	1 076	434	770	933
Moçambique	774	900	1 074	508	675	865	379	635	778

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

A análise das disparidades territoriais sugere que as províncias do sul têm menores níveis de desigualdade de género na educação que as restantes províncias. Em todas as províncias do sul os índices oscilam entre 930 e 1200 por mil. Já nas províncias do norte e centro, com a excepção de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Manica para o grupo 15-24 em 2017, nenhuma outra província regista valores acima de 1000. É importante notar que nestes casos há possibilidade é de estarmos perante o acesso a educação primária cujo poder emancipatório é fraco, como anteriormente referido.

A desagregação por idade e por nível de ensino (Quadro 6.7) mostra que os ganhos observados em relação a tendência da redução da IDGE estão concentrados no ensino primário. Em todas as províncias observa-se que é no ensino primário que o IDGE é superior a 1000 indicando mais raparigas que rapazes. Entretanto o problema da retenção e da progressão da rapariga no sistema de ensino torna-se evidente a medida que se progride para os níveis acima do primário. Com a excepção das províncias do sul e das idades (15-24) não se observam IDGEs acima de 1000 nas demais províncias.

Os dados mostram que no ensino primário entre 1997 e 2017, a nível do país e em todas províncias há evidências da tendência de se atingir a paridade entre rapazes e raparigas. De taxas próximas de 500 por mil em 1997, sobretudo nas províncias do norte de Moçambique as taxas evoluíram para mais de 1000 em 2017 no ensino primário.

Independentemente do grupo de idade que se tome como referência, isto é, quer se tome o grupo 15-24, ou 25-35 ou ainda 15-35 há constância na tendência da variação dos dados em termos IDGE. Porém a desigualdade de género na educação, permanece mais elevada no norte e centro e nos níveis mais elevados, concretamente no secundário e no superior.

Quando se observam os dados de forma não desagregada, do ponto de vista das idades, isto é, o grupo 15-35, apesar da clara tendência de redução das disparidades de género na educação é importante realçar que no grupo de idade 15-24, em todos os níveis de ensino é possível observar uma tendência para paridade do género da educação. Esta tendência sugere que as gerações mais novas tendem a desfrutar de melhor acesso a educação em todos os níveis quando comparadas com as gerações anteriores. Porém, é preciso não perder de vista que a maior parte deste acesso tem lugar no ensino básico, o tal que não permite emancipação da rapariga de forma substancial. Nas idades mais avançadas notam-se disparidades que parecem ser consistentes com os pressupostos expostos acima. No grupo 25-35 as disparidades no ensino secundário emergem de forma pronunciada em relação ao grupo 15-24. A título ilustrativo enquanto no grupo 15-24 o IDGE no secundário passou de 635 para 987 por mil, no grupo 25-35 passou de 370 para 724 por mil. Estas disparidades por grupo e por nível são de interesse na medida que revelam que a tendência geral de redução do

Quadro 6-8: Índice de desigualdade de género na educação por quintil de riqueza e nível de ensino, Moçambique 2017.

Nível de ensino	Quintil de riqueza	15-24	25-35	15-35
Primário	Muito baixo	986	649	852
	Baixo	1021	674	886
	Médio	1097	783	976
	Alto	1138	1027	1097
	Muito alto	1052	1273	1129
Secundário	Muito baixo	759	196	609
	Baixo	759	249	595
	Médio	801	337	627
	Alto	894	551	752
	Muito alto	1084	918	1008
Superior	Muito baixo	500	250	357
	Baixo	N/A	214	609
	Médio	792	400	527
	Alto	945	351	452
	Muito alto	1017	727	779

Fonte: INE, Censo 2017.

IDGE que se observa oculta as assimetrias em termos de o acesso aos níveis mais avançados comparados com os níveis elementares ao mesmo tempo que oculta as disparidades territoriais.

Sobre o acesso ao ensino superior o IDGE mostra que as gerações mais novas (15-24) têm menor desigualdade que as gerações mais velhas. Para o grupo 15-24 o IDGE no ensino superior passou de 485 para 1037 por mil entre 1997 e 2017. Para o grupo de idade 25-35 o IDGE no ensino superior passou de 345 para 725 por mil entre 1997 e 2017, respectivamente. Em geral, entre os jovens moçambicanos o acesso ao ensino superior continua desigual em função do género. Há ainda jovens do sexo feminino que veem a oportunidade de ingressar, frequentar e concluir o ensino secundário e sobretudo o superior vedado.

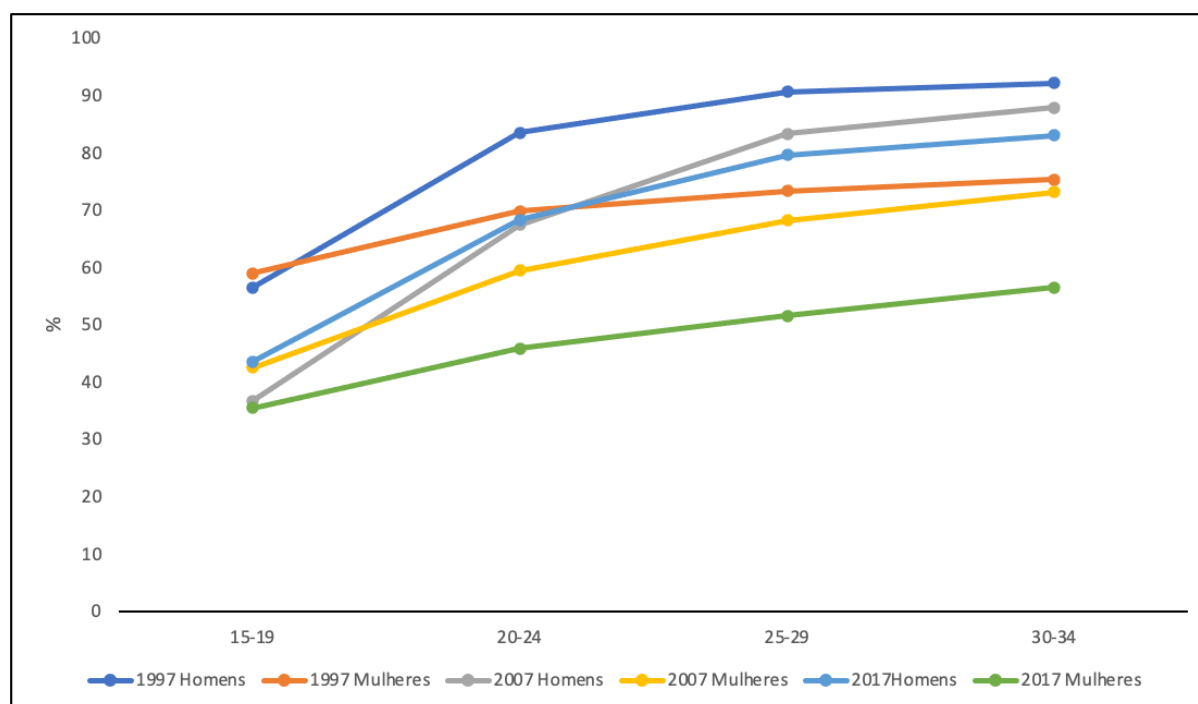
O acesso a educação é mais desigual entre as comunidades com menos recursos económicos (Quadro 6.8). Considerando os grupos de idades, o nível de ensino e estatuto económico, constata-se que é entre os jovens nos quintis de riqueza mais elevados que há menor desigualdade de género na educação. Em todos os níveis de ensino, nomeadamente, primário, secundário e superior as pessoas com estatuto económico mais elevado apresentam IDGE menos assimétrico. Para o primário no grupo 15-24 o IDGE é 1052 por mil, sendo 1273 no grupo 25-35 e no cômputo geral (15-35) é de 1129 por mil. Para o quintil de riqueza mais baixo, os dados mostram que as assimetrias são expressivas. No geral (15-35) o IDGE é de 852 por mil. Para o grupo 25-35 passa para 646 por mil e para o grupo 15-25 atinge os 986 por mil. O mesmo padrão de disparidades é notável no ensino secundário e superior.

Em relação ao ensino superior é entre as gerações mais recentes do quantil de riqueza muito alto que a desigualdade é menos pronunciada (1017 por mil). Para os grupos de idade menos recentes e sobretudo mais pobres as desigualdades são muito claras atingindo 250 por mil no grupo etário 25-35. O que estes dados mostram é que o estatuto económico do indivíduo é determinante para as possibilidades de este aceder, frequentar e concluir o ensino. Quanto menos rico, menos possibilidades de aceder ao ensino existem e vice-versa. Em suma, a redução das desigualdades económicas pode ter um efeito importante na redução do IDGE.

6.2. PARTICIPAÇÃO NA ACTIVIDADE ECONÓMICA

A estrutura etária da população de Moçambique, por ser jovem, produz um elevado número de jovens que anualmente procuram ingressar no mercado laboral. Em 2017, do total dos 14.4 milhões de habitantes que compunham a força de trabalho (população em idade activa e disponível para trabalhar), 8.7 milhões (61%) eram jovens (15-35 anos). As taxas de participação, que indicam a proporção da população em idade activa incorporada no mercado de trabalho como ocupada ou desempregada, são altas entre os jovens. O Gráfico 6.2, mostra que as taxas de participação dos homens em 1997 andaram acima de 80% e das mulheres por volta dos 70%. Em 2007 reduziram, sobretudo nas idades mais jovens, para baixo de 80% (homens) e 70% (mulheres), para depois reduzir ainda mais para as mulheres em 2017, para níveis abaixo de 50%.

Gráfico 6-2: Taxas de participação na actividade por sexo, Moçambique 1997, 2007 e 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Estas tendências podem ser interpretadas de duas formas. Por um lado, a juventude vem apostando mais na sua formação, adiando desta forma a sua entrada no mercado de trabalho, ou, por outro lado há problemas na qualidade dos dados sobre emprego, sobretudo no último censo (2017). Os resultados do Estudo A desta série (Turra et al. 2022), mostram “ter havido algum tipo de problema na coleta [recolha] de informações sobre a situação ocupacional de um contingente bastante significativo da população, possivelmente pessoas com vínculos frágeis ou ocasionais com o mercado de trabalho, que, com os recursos da pesquisa do censo, não puderam ser devidamente classificados, provavelmente, inflacionando indevidamente o contingente de inativos”.

A maioria da população jovem que anualmente atinge a idade para entrada no mercado laboral nem sempre é absorvida. Os dados do Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares (INCAF, 2012/13), mostram que a taxa de desemprego foi 22,5% para toda a população, sendo maior nas mulheres que nos homens (INE 2013). As maiores taxas de desemprego registam-se na população jovem e as mais baixas nas idades mais avançadas (Gráfico 6.3). A taxa de desemprego atinge 46,6% entre os jovens de 15 a 19 anos, sendo 49,7% para homens e 44,1% para mulheres. Nos grupos etários 20-

24 e 25-29 a taxa de desemprego foi de 31,6% e 22,8% respectivamente, e no grupo etário 30-34 de 16,2%, sendo igualmente mais elevada as mulheres que entre os homens.

A incapacidade do mercado de trabalho em absorver a força de trabalho jovem, relega-os a ocupações precárias e vulneráveis, trabalhando por conta própria e com rendimentos baixos e instáveis. Em 2017 menos de 15% da população jovem ocupada era assalariada e a restante 85% trabalhavam por conta própria (54%) ou eram trabalhadores familiares sem remuneração (32%). Em relação a 2007, houve redução da percentagem por conta própria e um ligeiro aumento dos trabalhadores familiares sem remuneração, enquanto a percentagem dos assalariados manteve-se. As mulheres são mais propensas a trabalharem por conta própria ou para familiares que os homens (Gráfico 6.4). De salientar que o trabalho familiar, sobretudo doméstico, e por conta própria são classificados como emprego vulnerável pela Organização Internacional de Trabalho (OIT), por sujeitar as pessoas envolvidas a circunstâncias precárias por estarem fora do regime formal de trabalho, de acesso aos benefícios ou aos programas de segurança social, para além de serem mais susceptíveis a sofrer as consequências negativas dos ciclos económicos (OIT 2009).

Quadro 6-9: Distribuição percentual de número médio horas trabalhadas, por sexo, segundo tipo de ocupação, Moçambique 2007 e 2017.

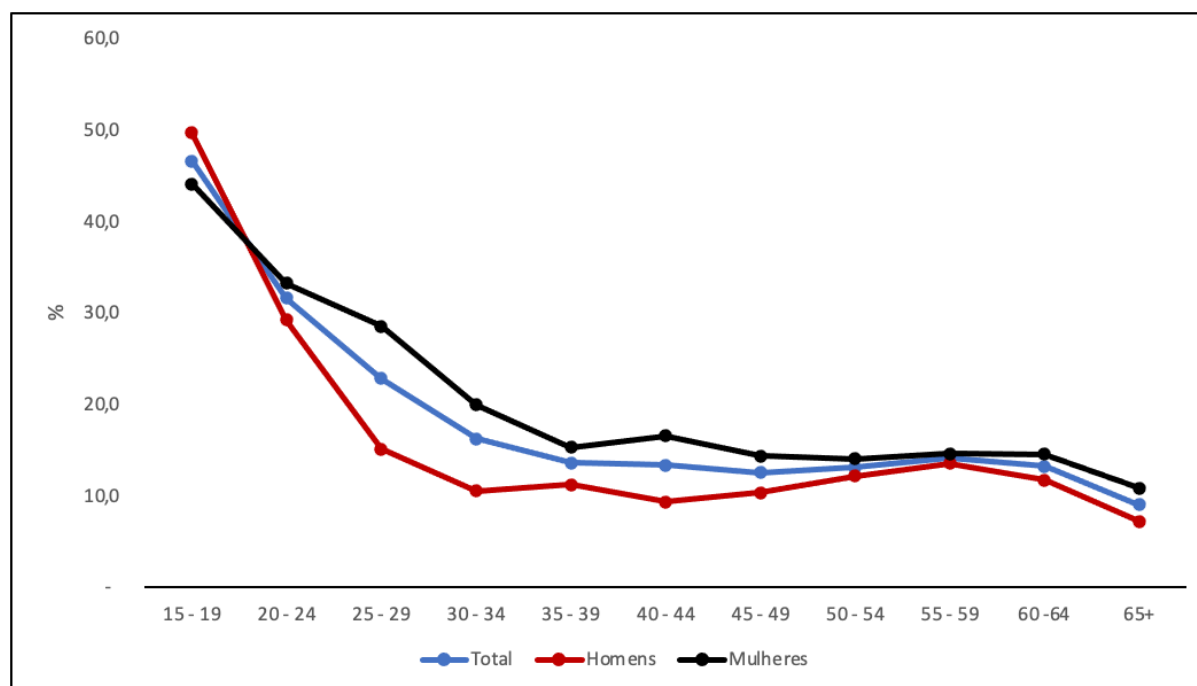
Tipo de ocupação	Sexo	2007		2017	
		Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
Trabalhador assalariado	Masculino	8,37	2,352	9,20	3,000
	Feminino	7,82	2,461	8,55	2,600
	Total	8,23	2,392	9,00	2,897
Trabalhador por conta própria	Masculino	6,42	2,672	7,86	3,211
	Feminino	5,50	2,372	6,92	3,204
	Total	5,91	2,553	7,37	3,241
Trabalhador familiar sem remuneração	Masculino	5,41	2,423	6,86	3,156
	Feminino	5,12	2,192	6,50	3,134
	Total	5,23	2,292	6,65	3,149
Total	Masculino	6,74	2,737	7,86	3,254
	Feminino	5,60	2,433	6,91	3,177
	Total	6,15	2,647	7,38	3,250

Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

A população jovem envolvida no trabalho por conta própria ou familiar sem remuneração trabalha, em média, ligeiramente menos tempo por dia em comparação com os que tem trabalho assalariado. O Quadro 6.9 mostra que aqueles trabalham em média, menos 2 a 3 horas por dia que os assalariados, o que os podem colocar numa situação de subemprego. Uma pessoa está na condição de subempregada se tiver um emprego remunerado ou pertencer à categoria de

trabalhador por conta própria com ou sem trabalhadores, e involuntariamente tenha trabalhado menos horas em relação à jornada de trabalho convencional (40 horas semanais) e que procura ou está disponível para trabalhar mais horas no período de referência. De acordo com os dados do censo 2017 cerca de 44,9% dos jovens ocupados trabalhavam menos de 8 horas por dia, sendo 36,3% dos homens e 54,2% das mulheres.

Gráfico 6-3: Taxa de Desemprego por grupos de idade e sexo, Moçambique 2012/13.



Fonte: INE 2013.

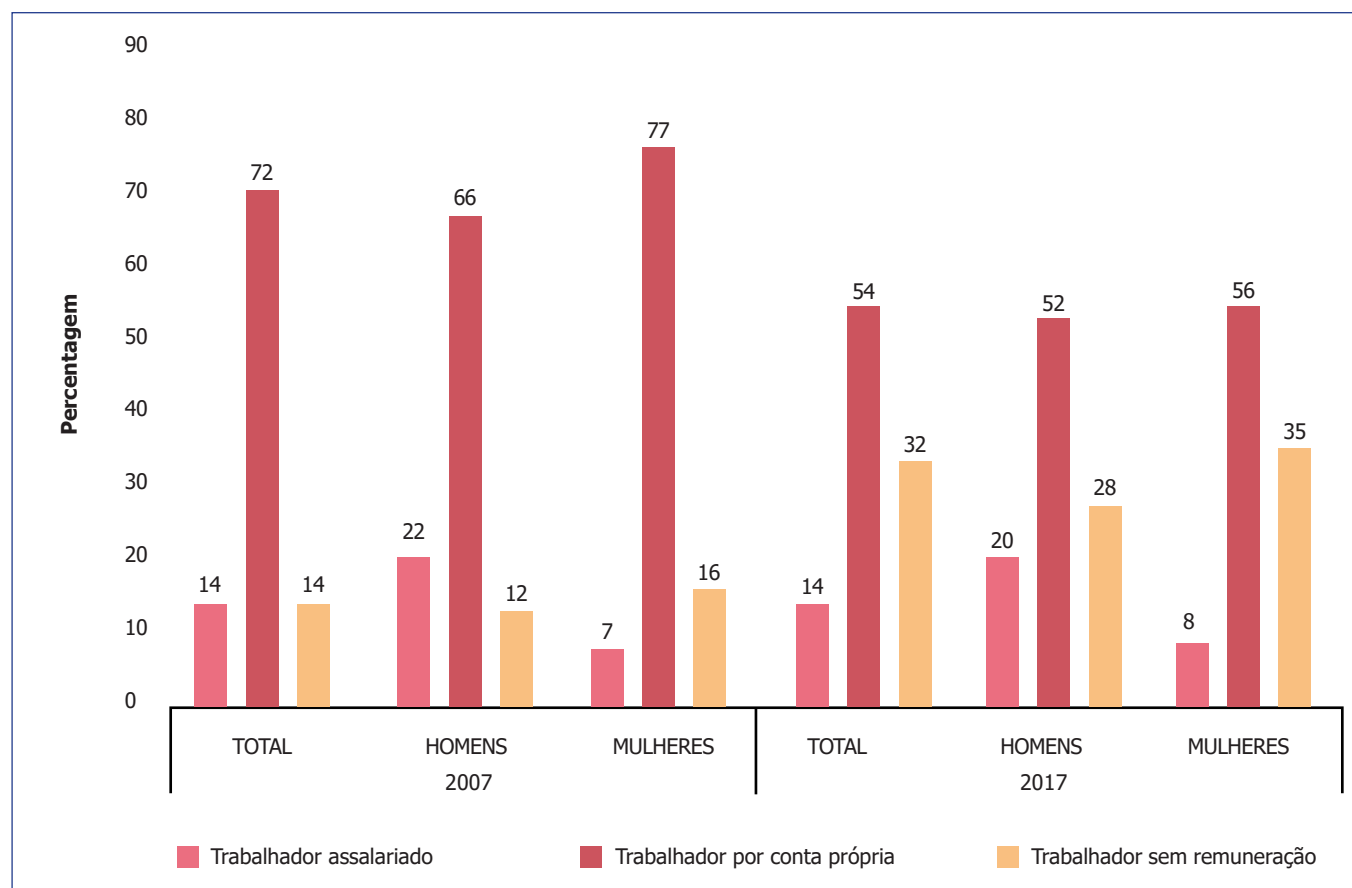
É importante ressaltar que pelo facto de a definição de subemprego não incluir o trabalho doméstico, incluindo o cuidado das crianças, ela subestima de forma significativa o tempo que as mulheres dedicam a estas actividades. Um estudo em alguns bairros desfavorecidos das cidades da Beira e Maputo, constatou que 93% das raparigas usavam o seu tempo para realizarem trabalhos domésticos contra 68% dos rapazes (MUVA 2018). O estudo também constatou que metade das raparigas (48%) usavam o seu tempo para cuidar crianças contra 11% dos rapazes. Enquanto as raparigas gastavam em média 6,2 horas por dia em actividades económicas assim como trabalhos domésticos, incluindo cuidado de menores e idosos, os rapazes gastavam em média 4,3 horas. O estudo também mostra que enquanto 78% das mulheres trabalharam em casa ou no seu bairro, entre os rapazes a percentagem foi de 54%.

Em Moçambique, as taxas de desemprego estão mais concentradas nas idades mais novas, isto é, entre os jovens

que os níveis de desemprego são mais elevados. Por um lado, esta situação pode ser o reflexo do facto de os jovens estarem em fase preparação para a entrada no mercado de trabalho. Por outro lado, ela também pode ser o reflexo de limitada capacidade do mercado laboral em absorver a elevada oferta de mão-de-obra. A estrutura da população Moçambicana dominada por uma elevada proporção da população jovem exerce uma elevada pressão sobre o mercado laboral que nem sempre oferece oportunidades para todos os que procuram entrar nele. Consequentemente nem sempre as ofertas de trabalho são decentes e seguras devido a elevada demanda. O emprego vulnerável e precário, que pode ser por conta de outrem ou conta própria, faz parte das ofertas disponíveis e que parte da juventude tem acesso, geralmente, como a única alternativa.

Para as idades 15-19 os níveis de desemprego chegam a atingir 50% independentemente do género. Há medida que se avança nas idades o desemprego vai diminuindo. Esta redução é consistente com o pressuposto de que os jovens transitam

Gráfico 6-4: Jovens 15-35 por categoria de ocupação por sexo, Moçambique 2007-2017.



Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

do processo de formação para o mercado de trabalho. O facto interessante é a diferença por sexo. Enquanto os jovens do sexo masculino experimentam uma redução acentuada dos níveis de desemprego, atingindo 10% nas idades 30-35 e se mantendo baixa até aos 50-54, para as jovens do sexo feminino os níveis de desemprego reduzem-se apenas até aos 20%. Estas disparidades são, por um lado, consistentes com as desigualdades no acesso, frequência, permanência e conclusão de níveis de ensino mais avançados em particular o ensino secundário que tem um papel mais emancipatório. Por outro lado, as desigualdades podem reflectir práticas socioculturais ligadas com as expectativas dos papéis de género. Nesse sentido, enquanto os jovens são induzidos a procurar emprego fora do ambiente doméstico as jovens podem ser socializadas a se concentrar no papel reprodutivo e a cuidar do espaço doméstico.

Os dados sobre a natureza das categorias de ocupação dos jovens (15-35) de 2007 e 2017 mostram que a percentagem de jovens com trabalho assalariado é mais alta entre os jovens do sexo masculino que feminino (Gráfico 6.4). Em 2007 cerca de 22% dos jovens do sexo masculino tinham um trabalho assalariado contra apenas 7% do sexo feminino, isto é, uma taxa três vezes menor entre as jovens do sexo feminino. Em 2017 não se verificou alteração substancial destes indicadores. Enquanto entre os jovens era de 20% para as jovens apenas 8% estavam na categoria de trabalhadoras assalariadas. Outrossim, é importante ter em conta que entre 2007 e 2017 a percentagem de jovens nesta categoria não sofreu

alteração mantendo-se em 14%. Esta hipótese é consistente com a noção de que a pressão sobre o mercado de trabalho leva a que a oferta de emprego vulnerável, inseguro, precário e indecente esteja a aumentar entre os jovens.

O trabalho por conta própria aparece como a alternativa para a maior parte da juventude. Os dados disponíveis mostram que é entre as jovens mulheres que entre os jovens homens onde o trabalho por conta própria emerge como uma saída para obter rendimentos. Em 2007, cerca de 77% das jovens mulheres trabalhavam por conta própria enquanto entre os homens 66% também trabalhavam por conta própria. Em 2017 a percentagem de jovens nesta categoria reduziu passando para 54%. O que é preocupante é que esta redução se fez à custa do aumento de trabalhadores sem remuneração que passaram de 14% em 2007 para 32% em 2017, ou seja, duplicou a percentagem de jovens trabalhando sem remuneração. Tanto entre homens assim como mulheres a percentagem de trabalhadores sem remuneração aumentou substancialmente entre 2007 e 2017. Entre os jovens homens o aumento foi de 12% para 28% e entre as jovens mulheres foi de 16% para 35%. Em resumo de 2007 para 2017 as condições de emprego em termos de categoria de ocupação não se alteraram qualitativamente. Em 2007, cerca de 86% dos jovens se encontravam em situação de emprego precário ou vulnerável porque trabalhavam por conta própria ou sem salário. Em 2017, a situação permanece a mesma, havendo exactamente 86% de jovens a trabalhar por conta própria ou sem remuneração, com o agravante de o número de jovens

Quadro 6-10: Distribuição percentual de jovens 15-35 por categoria de ocupação, segundo sexo e província, Moçambique 2017.

HOMENS						MULHERES						TOTAL					
Jovens 15-24 anos																	
Província	Trabalhador assalariado	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar sem remuneração	Total		Trabalhador assalariado	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar sem remuneração	Total		Trabalhador assalariado	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar sem remuneração	Total			
				%	Nº de casos				%	Nº de casos				%	Nº de casos		
Niassa	5,4	50,3	44,2	100,0	54 050	2,1	64,5	33,4	100,0	71 671	3,5	58,4	38,0	100,0	125 721		
Cabo Delgado	6,0	48,6	45,4	100,0	77 360	1,6	56,4	42,0	100,0	105 182	3,5	53,1	43,5	100,0	182 542		
Nampula	7,1	51,6	41,4	100,0	188 496	2,0	58,8	39,2	100,0	234 229	4,3	55,6	40,2	100,0	422 725		
Zembézia	4,9	48,3	46,8	100,0	186 253	1,5	54,3	44,2	100,0	258 651	2,9	51,8	45,3	100,0	444 904		
Tete	6,2	36,6	57,1	100,0	101 278	2,3	49,8	47,9	100,0	119 201	4,1	43,7	52,2	100,0	220 479		
Manica	15,1	34,5	50,4	100,0	56 424	4,4	40,8	54,8	100,0	64 911	9,4	37,8	52,8	100,0	121 335		
Sofala	22,0	33,1	44,9	100,0	70 763	5,5	39,4	55,1	100,0	78 824	13,3	36,4	50,3	100,0	149 587		
Inhambane	20,1	30,7	49,2	100,0	48 750	7,0	27,2	65,8	100,0	59 332	12,9	28,8	58,3	100,0	108 082		
Gaza	25,9	30,3	43,8	100,0	40 346	7,0	23,1	70,0	100,0	50 717	15,4	26,3	58,4	100,0	91 063		
Maputo	52,0	34,5	13,5	100,0	52 656	38,5	32,3	29,2	100,0	33 524	46,8	33,6	19,6	100,0	86 180		
Cidade de Maputo	57,5	36,0	6,5	100,0	30 278	63,4	29,1	7,6	100,0	18 180	59,7	33,4	6,9	100,0	48 458		
Moçambique	13,8	42,8	43,3	100,0	906 654	4,9	49,7	45,3	100,0	1 094 422	9,0	46,6	44,4	100,0	2 001 076		
Jovens 25-35 anos																	
Província	Trabalhador assalariado	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar sem remuneração	Total		Trabalhador assalariado	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar sem remuneração	Total		Trabalhador assalariado	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar sem remuneração	Total			
				%	Nº de casos				%	Nº de casos				%	Nº de casos		
Niassa	13,1	72,7	14,2	100,0	68 994	6,9	72,9	20,2	100,0	68 368	10,5	72,8	17,2	100,0	137 362		
Cabo Delgado	11,3	67,8	20,9	100,0	105 619	4,7	67,4	28,0	100,0	103 865	8,0	67,6	24,4	100,0	209 484		
Nampula	14,0	68,5	17,5	100,0	219 049	4,8	68,9	26,3	100,0	210 398	9,5	68,7	21,8	100,0	429 447		
Zembézia	10,7	69,9	19,5	100,0	183 739	4,3	68,7	27,0	100,0	212 648	7,2	69,2	23,5	100,0	396 387		
Tete	14,9	66,7	18,5	100,0	116 057	5,9	65,6	28,5	100,0	102 821	10,6	66,2	23,2	100,0	218 878		
Manica	25,4	56,8	17,8	100,0	72 672	10,6	59,0	30,4	100,0	63 691	18,5	57,8	23,7	100,0	136 363		
Sofala	38,5	48,4	13,2	100,0	88 557	13,7	57,5	28,8	100,0	74 913	27,1	52,5	20,4	100,0	163 470		
Inhambane	31,3	53,9	14,8	100,0	50 037	12,9	56,2	30,8	100,0	68 983	20,7	55,2	24,1	100,0	119 020		
Gaza	38,9	45,0	16,1	100,0	45 272	13,1	49,5	37,4	100,0	62 352	23,9	47,6	28,4	100,0	107 624		
Maputo	59,1	38,2	2,7	100,0	108 128	41,3	49,7	8,9	100,0	77 990	51,7	43,0	5,3	100,0	186 118		
Cidade de Maputo	64,1	34,4	1,5	100,0	65 883	60,6	37,3	2,1	100,0	46 737	62,7	35,6	1,7	100,0	2 216 773		
Moçambique	24,9	59,9	15,2	100,0	1 124 007	11,8	62,7	25,5	100,0	1 092 766	18,5	61,2	20,3	100,0	2 001 076		
Jovens 15-35 anos																	
Província	Trabalhador assalariado	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar sem remuneração	Total		Trabalhador assalariado	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar sem remuneração	Total		Trabalhador assalariado	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar sem remuneração	Total			
				%	Nº de casos				%	Nº de casos				%	Nº de casos		
Niassa	9,7	62,9	27,4	100,0	123 044	4,5	68,6	26,9	100,0	140 039	6,9	65,9	27,2	100,0	263 083		
Cabo Delgado	9,0	59,7	31,3	100,0	182 979	3,1	61,8	35,0	100,0	209 047	5,9	60,8	33,3	100,0	392 026		
Nampula	10,8	60,7	28,5	100,0	407 545	3,3	63,6	33,1	100,0	444 627	6,9	62,2	30,9	100,0	852 172		
Zembézia	7,8	59,0	33,2	100,0	369 992	2,8	60,8	36,5	100,0	471 299	5,0	60,0	35,0	100,0	841 291		
Tete	10,8	52,7	36,5	100,0	217 335	4,0	57,1	38,9	100,0	222 022	7,4	54,9	37,7	100,0	439 357		
Manica	20,9	47,0	32,1	100,0	129 096	7,5	49,8	42,7	100,0	128 602	14,2	48,4	37,4	100,0	257 698		
Sofala	31,1	41,6	27,3	100,0	159 320	9,5	48,2	42,3	100,0	153 737	20,5	44,8	34,7	100,0	313 057		
Inhambane	25,8	42,5	31,7	100,0	98 787	10,2	42,8	47,0	100,0	128 315	17,0	42,6	40,4	100,0	227 102		
Gaza	32,8	38,1	29,1	100,0	85 618	10,3	37,7	52,0	100,0	113 069	20,0	37,8	42,2	100,0	198 687		
Maputo	56,8	37,0	6,3	100,0	160 784	40,5	44,5	15,0	100,0	111 514	50,1	40,0	9,9	100,0	272 298		
Cidade de Maputo	62,0	34,9	3,1	100,0	96 161	61,4	35,0	3,6	100,0	64 917	61,8	34,9	3,3	100,0	161 078		
Moçambique	20,0	52,3	27,8	100,0	2 030 661	8,4	56,2	35,4	100,0	2 187 188	14,0	54,3	31,7	100,0	4 217 849		

Fonte: INE, Censo 2017.

sem remuneração ter duplicado entre os dois censos. Uma explicação possível é o facto de a economia Moçambicana ter entrada em recessão devido a decisão de doadores e outros parceiros internacionais de suspender o apoio financeiro ao Estado Moçambicano.

Por província (Quadro 6.10), as disparidades por categoria de ocupação revelam um padrão com muitas assimetrias. Por um lado, as assimetrias por género são comuns em todas as províncias. Estas caracterizam-se por um padrão onde as jovens mulheres estão concentradas nas categorias trabalhadoras sem remuneração e trabalhadoras por conta própria. A título ilustrativo, no grupo de idade 15-24 as trabalhadoras sem remuneração (45,3%) e por conta própria (49,7%) ambas representando 95% é superior a 85% entre os jovens do sexo masculino no mesmo grupo etário que resulta de 43,3% para os sem remuneração e 42,8% daqueles por conta própria. Ou seja, apenas 5% das jovens nas idades 15-24 tinham um emprego assalariado contra 13,8% entre os jovens do sexo masculino. Nas idades 25-35 jovens do sexo masculino assalariado correspondem a 25% e na categoria 15-35 representam 20%. Para as jovens do sexo feminino na categoria 25-35 apenas 11,8% e na categoria 15-35 somente 8,4%. Este padrão de desigualdade de género já foi discutido acima.

Partindo das províncias do sul em direcção as do centro e norte este padrão de desigualdade de género torna-se mais crítico em todos os grupos de idade. A província e cidade de Maputo destacam-se com índices de empregados assalariados mais elevados que as restantes províncias. Quer entre as mulheres assim como entre os jovens, a percentagem de jovens assalariados nunca é, nas duas províncias em causa, inferior a 45%, chegando a atingir 62% na cidade de Maputo para o grupo 25-35 anos. Na categoria de trabalhador sem remuneração ambas províncias tem números muito baixos oscilando entre 20% no grupo de idades 15-24 até 1,7% no grupo de idade 25-35 anos. Entretanto para as províncias do norte, combinando a categoria de trabalhadores por conta própria e sem remuneração ambas juntas acabam por representar cerca de 95% das categorias ocupacionais para os jovens entre 15-24 anos e cerca de 90% nos grupos de idades 25-35 e 15-35 anos.

6.3. MOBILIDADE ESPACIAL

A mobilidade da população no espaço é um fenómeno comum entre a população jovem. Teoricamente a probabilidade de movimentar-se de uma unidade administrativa para outra e aí fixar residência por períodos relativamente longos ou então permanentemente, tende a ser sistematicamente mais elevada entre a população jovem. Por um lado, a localização dos serviços educacionais de nível secundário e superior fora do local de residência, geralmente em centros urbanos, pode levar que haja necessidade de mobilidade para dar seguimento a formação. Estando a população jovem em processo de formação é expectável que entre esta a mobilidade, por motivos de formação, seja mais frequente relativamente aos demais grupos etários, como crianças e idosos. A procura por oportunidades para ingressar no mercado laboral é sem dúvida outro motivo que juntamente com a procura por

acesso a educação ou necessidade de refúgio em face de instabilidades motivadas por acções políticas ou climáticas podem ser determinantes na mobilidade da população, incluindo a juvenil.

Independentemente da causa ou das causas associadas com a mobilidade entre a população jovem há importantes assimetrias relacionadas com o género. No contexto sociocultural moçambicano, a natureza das causas da migração e dos processos associados a ela entre a população jovem leva que o grau de exposição ao risco de migrar possa ser semelhante entre homens e mulheres. Porém, a capacidade de escolha pela migração, é, na prática muito diferente em função do género do indivíduo. Entre os homens a migração individual e de forma independente pode ser incentivada inclusive como um ritual de passagem para a vida adulta. O mesmo incentivo enquanto mecanismo que facilita a migração não parece existir no mesmo grau de importância entre as mulheres. Estas podem, em determinadas ocasiões migrar de forma individual sobretudo no que a procura de oportunidades de acesso a educação diz respeito. Do ponto de vista laboral as jovens mulheres podem migrar como prestadoras de cuidados, sobretudo, no ambiente doméstico e possivelmente sem remuneração.

Os Quadros 6.11 e 6.12 sugerem que há um padrão assimétrico entre as províncias quanto a migração estimada para o período de um ano antes da data do censo de 2017. A taxa líquida de migração, isto é, aquela que mostra os ganhos (quando positivo) ou perdas (quando negativo) da população em função das entradas e saídas da população por via da migração indicam que os ganhos parecem estar concentrados apenas em duas províncias do sul, nomeadamente Maputo (0,3 por mil) e Cidade de Maputo (0,2 por mil). Os grandes centros urbanos, nomeadamente Cidade de Maputo e da Matola e a respectiva área metropolitana que além das cidades indicadas inclui as Vilas de Boane e Marracuene podem explicar a atractividade destas províncias para a população jovem.

Entre as províncias com taxa de migração líquida negativa destacam-se Inhambane (-0,2 por mil) Gaza e Zambézia (-0,1 por mil para cada). Em relação as províncias de Inhambane e Gaza, além do padrão histórico da migração laboral para a África do Sul, o efeito atractivo da área metropolitana do grande Maputo e a sua proximidade a ela podem ser factores que explicam as taxas líquidas nestas províncias. Esta é uma hipótese consistente com a noção de que as distâncias curtas entre o local de origem e de destino podem ser um factor que pode propiciar uma maior mobilidade. Para a província da Zambézia a hipótese mais consistente seria a de redes sociais que incluem familiares e conhecidos que migram para centros urbanos como Maputo e Matola e aí se estabelecem. Uma hipótese explicativa que seria consistente com o reconhecido papel das redes familiares e de conhecidos como factor relevante na migração seria considerar que os migrantes da Zambézia podem facilitar a disseminação de informação sobre as oportunidades e riscos entre potenciais jovens migrantes e sobretudo facilitar a integração destes no local de chegada. Sobre as diferenças de género elas parecem evidentes

em todas as idades mostrando que entre os jovens do sexo masculino há maior mobilidade que entre as do sexo feminino. As assimetrias observadas estão mais concentradas nas províncias do sul. Por exemplo, na Cidade de Maputo entre os jovens do sexo masculino nas idades 15-19 e 20-24 as taxas líquidas de migração foram 0,8 por mil e 0,9 por mil respectivamente, contra 0,1 e 0,8 entre as mulheres nos mesmos grupos etários. Naturalmente com o aumento da idade a tendência da mobilidade parece reduzir. Por um lado, uma vez concluída a formação e não encontrando alternativas para retornar imediatamente é possível que os jovens optem por se estabelecer no local onde já se encontram e a medida que encontrem oportunidades profissionais e iniciem o processo de formação de família, é também provável que o interesse pela mobilidade perca o seu valor e a capacidade de escolha para tal seja reduzida por envolver a mobilidade familiar e não apenas individual.

No caso da província de Gaza, para ambos grupos de idades, a migração feminina parece ser relativamente maior que a migração masculina. É possível que esta migração de mulheres tenha como destino a província e cidade de Maputo, dada a proximidade geográfica.

Quanto a migração estimada para o período de 5 anos antes da data do censo (Quadro 6.12), isto é, entre 2012 e 2017, por um lado, verifica-se alguma consistência em relação aos dados da migração de um ano antes da data do censo, e, por outro lado, mostram que o diferencial da migração por sexo é uma realidade no contexto Moçambicano. Uma vez mais os destaques vão para a cidade e província de Maputo. Entre 2012 e 2017 o saldo migratório para estas duas províncias foi positivo, sendo para a primeira de 2,4 por mil e para a segunda 1,4 por mil. As demais províncias com saldo migratório positivo não passam de 0,5 por mil. Quanto as

Quadro 6-11: Taxa líquida de migração interprovincial do período 2016-2017 por sexo e idade segundo província, Moçambique 2017.

Província	Sexo	15-19	20-24	25-29	30-34	Sub-Total	Total
Niassa	Homens	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Mulheres	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Cabo Delgado	Homens	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,0
	Mulheres	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	
Nampula	Homens	0,0	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	0,0
	Mulheres	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Zembézia	Homens	-0,4	-0,5	-0,4	-0,2	-0,1	-0,1
	Mulheres	-0,2	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	
Tete	Homens	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Mulheres	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Manica	Homens	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0
	Mulheres	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	
Sofala	Homens	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0
	Mulheres	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	
Inhambane	Homens	-0,9	-1,0	-0,5	-0,3	-0,2	-0,2
	Mulheres	-1,0	-0,9	-0,6	-0,3	-0,2	
Gaza	Homens	-0,4	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
	Mulheres	-0,6	-0,5	-0,3	-0,2	-0,1	
Maputo	Homens	1,0	0,9	0,5	0,5	0,3	0,3
	Mulheres	1,1	0,8	0,6	0,4	0,3	
Cidade de Maputo	Homens	0,8	0,9	0,3	-0,2	0,2	0,2
	Mulheres	1,0	0,8	0,1	-0,1	0,2	

Nota: Taxa líquida de migração = Saldo migratório do período 2016-2017 / População observada em 2017

Fonte: INE, Censo 2017.

províncias com saldo migratório negativo o destaque vai, mais uma vez, para Inhambane, Gaza e Zambézia. As razões, pelo menos no sentido hipotético, para estes destaques foram discutidas acima. O mesmo pode-se dizer em relação as disparidades por sexo. Com a excepção da província de Gaza, nas demais províncias são os jovens do sexo masculino que migraram mais. A situação excepcional de Gaza pode ser, por hipótese, explicada pela proximidade desta em relação a área metropolitana de Maputo e a atractividade que esta exerce.

Quadro 6-12: Saldos migratórios do quinquénio 2012-2017 por província, sexo e idade, Moçambique 2017.

Província	Sexo	15-19	20-24	25-29	30-34	Sub-Total	Total
Niassa	Homens	0,3	0,4	0,3	0,4	0,1	0,1
	Mulheres	0,2	0,3	0,3	0,2	0,1	
Cabo Delgado	Homens	0,8	1,1	1,3	1,0	0,3	0,2
	Mulheres	0,4	0,4	0,5	0,3	0,1	
Nampula	Homens	-0,1	-0,5	-0,8	-0,6	-0,1	-0,1
	Mulheres	-0,2	-0,3	0,3	-0,2	-0,1	
Zambézia	Homens	-2,3	-4,1	-3,2	-1,9	-0,9	-0,7
	Mulheres	-1,4	-2,0	-1,2	-0,9	-0,5	
Tete	Homens	0,0	0,5	0,5	0,4	0,1	0,1
	Mulheres	-0,1	0,2	0,3	0,1	0,0	
Manica	Homens	1,2	0,6	1,1	1,4	0,4	0,4
	Mulheres	1,2	1,2	0,9	0,8	0,4	
Sofala	Homens	1,0	1,5	0,2	-0,1	0,3	0,1
	Mulheres	0,3	0,3	-0,3	-0,2	0,0	
Inhambane	Homens	-5,2	-10,5	-7,0	-4,1	-2,0	-1,9
	Mulheres	-6,1	-8,4	-6,0	-3,3	-1,9	
Gaza	Homens	-2,6	-3,4	-2,1	-0,9	-0,8	-0,9
	Mulheres	-3,5	-4,1	-3,0	-1,9	-1,0	
Maputo	Homens	6,2	8,7	6,4	5,3	2,4	2,4
	Mulheres	6,7	7,4	6,0	4,5	2,4	
Cidade de Maputo	Homens	4,1	7,5	3,8	-1,9	1,6	1,4
	Mulheres	5,2	6,1	1,0	-1,6	1,3	

Nota: Taxa líquida de migração = Saldo migratório do período 2012-2017 / População observada em 2017

Fonte: INE, Censo 2017.

7. JOVENS QUE NÃO ESTÃO NO EMPREGO, NÃO ESTUDAM E NÃO ESTÃO EM NENHUM TREINAMENTO (NEET)

7.1. NÍVEL E TENDÊNCIA DE JOVENS EM NEET

O NEET é um indicador que na sigla inglesa significa “Neither in Employment nor in Education or Training”, isto é, nem empregado(a), nem estudando ou em formação profissional. Do ponto de vista conceptual, é um indicador que procura interpretar uma das características da população jovem associada com a sua condição transitória para a vida adulta (Contini, Filandri e Pacelli 2019). Como indicador, o NEET é relativamente novo. Ele surgiu como alternativa para analisar a desistência escolar. Todavia, desde o início dos anos 2000 foi ganhando popularidade, sobretudo no contexto das organizações internacionais devido ao potencial do indicador para se referir de forma ampla, mas com alguma objectividade, as vulnerabilidades da população jovem, de forma específica aquelas

associadas com o desemprego, a desistência escolar e, insatisfação com o mercado laboral (Elder 2015).

A pesar da sua popularidade, não existe uma definição internacionalmente padronizada o que leva a interpretações e classificações erróneas. Para a OIT (2015), o NEET define-se como uma taxa que indica a percentagem da população de uma certa idade (ou grupo etário) por sexo que não está empregada, nem está a estudar ou a realizar alguma formação profissional. Sendo uma taxa o seu numerador deve incluir população da idade ou grupo de idade (ou sexo) em causa que satisfaça duas condições: (i) não estar empregado, isto é, desempregado ou inactivo e (ii) não ter estado a estudar ou envolvido em algum tipo de formação profissional no período de referência antes da data do inquérito ou censo (Elder 2015: 1).

Para esta análise, foram considerados como não estando no emprego, nem na escola ou em treinamento, todos que na semana de referência estavam nas seguintes categorias de ocupação: procuravam emprego, não estavam disponíveis para trabalhar ou não queriam trabalhar ou só cuidaram da casa ou crianças (Quadro 7.1).

Quadro 7-1: Identificação de jovens na condição de NEET a partir do Censo 2017.

P31. Na semana de 25 a 31 de Julho trabalhou?	1.Trabalhou			
	2.Não trabalhou (P32. Não trabalhou na semana de 25 a 31 de Julho porque:)			
		1.Estrava de férias		
		2.Procurava novo emprego		NEET
		3.Foi doméstico(a) (P33. Se foi doméstico(a), diga se na semana de 25 a 31 de Julho:)	1.Foi à machamba	
			2.Produziu ou vendeu produtos	
			3.Ajudou familiares na produção / no negócio	
			4.Só cuidou da casa / crianças	NEET
		4.Procurava emprego pela primeira vez		NEET
		5.Foi somente estudante		
		6.Estava reformado / reserva		
		7. É incapacitado(a)		
		8.Não estava disponível / não queria		NEET
		9.Outra		

Os resultados dos censos de 1997, 2007 e 2017 (Quadro 7.2) mostram que há uma tendência crescente de jovens (15-35 anos) na condição de NEET. Em 1997 cerca de 20% dos jovens estavam nessa condição. Dez anos depois (2007), 18% encontravam-se na situação de NEET e, em 2017, cerca de 1/3 (33,2%) da população jovem em Moçambique estava na condição de NEET. Tanto para o grupo de idades 15-24 assim como 25-35 a tendência é semelhante. Uma ligeira redução entre 1997 e 2007 e um notável aumento entre 2007 e 2017. Para o grupo 15-24, a taxa foi 21,4% em 1997, 19,5% em 2007 e, finalmente, 33,2% em 2017. No grupo 25-35 a taxa foi de 18,5%, 17,9% em 2007 e 34,4% em 2017.

Em relação as disparidades por género, embora haja maior percentagem NEET entre as jovens do sexo feminino, a variação temporal obedece a mesma tendência de ligeira redução entre 1997 e 2007 e um rápido aumento entre 2007 e 2017. Se entre as jovens no grupo etário 15-35 o NEET passou de 26% em 1997, 25,1% em 2007 e 39,5% em 2017, entre os jovens o NEET passou de 13,3% em 1997, para 11,4% em 2007 e 26,5% em 2017. As disparidades de género mostram que entre as jovens as taxas do NEET são duas vezes mais elevadas que entre os jovens. Estas assimetrias são consistentes com possíveis limitações resultantes de limitado acesso das raparigas a educação aos níveis mais elevados de ensino, com

Quadro 7-2: Jovens fora do emprego, da educação e treinamento segundo província, Moçambique 1997, 2007 e 2017.

		HOMENS			MULHERES			TOTAL		
Província	Ano	15-24	25-35	15-35	15-24	25-35	15-35	15-24	25-35	15-35
	1997	17,7	15,2	16,6	33,6	31,2	32,5	26,2	23,5	25,0
Niassa	2007	10,8	8,7	9,8	28,2	26,3	27,3	20,2	17,8	19,1
	2017	31,0	28,3	29,8	42,6	41,3	42,1	37,5	35,4	36,6
	1997	13,7	8,7	11,4	20,9	17,5	19,4	17,5	13,4	15,6
Cabo Delgado	2007	9,9	7,1	8,6	19,4	16,7	18,1	15,0	12,1	13,6
	2017	27,3	23,4	25,5	36,0	33,8	35,1	32,2	28,9	30,7
	1997	13,7	8,1	11,2	26,2	22,5	24,6	20,4	15,5	18,2
Nampula	2007	12,0	9,2	10,6	28,2	25,4	26,9	20,7	17,7	19,2
	2017	28,5	27,0	27,8	41,5	41,3	41,5	35,8	34,7	35,4
	1997	16,6	12,1	14,7	23,1	20,7	22,0	20,1	16,8	18,7
Zembézia	2007	13,5	12,1	12,8	21,3	19,6	20,5	17,8	16,1	17,0
	2017	28,0	28,7	28,3	36,2	35,2	35,8	32,6	32,3	32,5
	1997	15,2	12,0	13,8	24,8	24,7	24,7	20,4	18,9	19,7
Tete	2007	11,0	8,9	10,1	24,4	24,1	24,3	18,1	16,7	17,5
	2017	28,9	28,4	28,6	39,9	42,4	40,9	34,9	35,7	35,2
	2007	16,9	13,7	15,6	34,9	34,1	34,6	26,7	25,1	26,1
Manica	2007	8,8	8,3	8,6	27,5	25,0	26,4	18,7	17,3	18,1
	2017	25,7	28,3	26,8	45,1	50,7	47,3	36,5	40,6	38,2
	1997	16,5	10,9	14,2	29,7	29,2	29,5	23,5	20,7	22,3
Sofala	2007	10,9	7,6	9,4	25,0	21,8	23,6	18,3	15,1	16,9
	2017	25,7	27,7	26,5	41,8	46,9	43,7	34,4	37,9	35,8
	1997	11,6	9,9	11,0	18,4	16,9	17,8	15,6	14,3	15,1
Inhambane	2007	11,4	12,9	12,0	17,1	16,5	16,8	14,6	15,1	14,8
	2017	22,0	23,4	22,5	28,2	31,1	29,4	25,4	28,0	26,4
	1997	15,9	15,2	15,6	17,1	15,7	16,6	16,6	15,5	16,2
Gaza	2007	19,0	17,6	18,5	20,6	18,7	19,8	19,9	18,3	19,2
	2017	26,8	29,6	27,8	32,1	36,0	33,8	29,7	33,4	31,2
	1997	15,3	10,0	13,2	36,6	37,9	37,2	26,7	25,3	26,2
Maputo	2007	16,4	12,3	14,5	39,1	43,5	41,1	28,4	28,9	28,6
	2017	21,7	21,5	21,6	38,8	50,5	44,3	30,9	37,3	33,9
	1997	14,1	8,5	12,0	41,3	45,6	43,0	28,2	28,2	28,2
Cidade de Maputo	2007	13,0	10,2	11,8	34,7	41,5	37,7	24,1	26,4	25,1
	2017	19,5	21,2	20,3	32,3	43,8	37,4	26,3	32,8	29,2
	1997	15,1	10,7	13,3	26,7	25,0	26,0	21,4	18,5	20,2
Moçambique	2007	12,4	10,2	11,4	25,6	24,5	25,1	19,5	17,9	18,7
	2017	26,6	26,4	26,5	38,5	41,0	39,5	33,2	34,4	33,7

Fonte: INE, Censo 2017.

destaque para o ensino secundário e superior. Por outro lado, práticas socioculturais relacionadas com casamentos precoces e os papéis de género que estabelecem que as mulheres devem estar restritas ao espaço doméstico, podem explicar as elevadas taxas de NEET entre as raparigas. É preciso ter em conta que a percepção de que o trabalho de cuidados em particular o doméstico, sobretudo quando não remunerado, não constitui actividade laboral também pode ter influência na elevada taxa de NEET entre as jovens. Estas são, no contexto cultural moçambicano, aquelas que mais horas despendem no trabalho de cuidados sobretudo o doméstico não remunerado. Assim podem auto declarar-se ou ser classificadas como desempregadas ou não economicamente activas se apenas forem prestadores de cuidados no ambiente doméstico.

Por província, a tendência temporal (1997-2017) é similar a tendência nacional. Entre 1997 e 2007 há um ligeiro decréscimo de jovens em situação de NEET em todas as províncias. Entre 2007 e 2017 a percentagem de jovens em situação de NEET aumenta de forma muito pronunciada em todas as províncias. É uma possibilidade explicativa o facto de a economia moçambicana ter experimentado níveis de recessão assinaláveis a partir de 2015 devido a suspensão da ajuda financeira internacional ao país. As assimetrias da percentagem em NEET por províncias não são substancialmente pronunciadas. Apesar da Cidade de Maputo ter níveis relativamente menores tais como 29% em 2017 para o grupo 15-35, na província do Niassa, a percentagem em NEET no mesmo ano e no mesmo grupo etário é de 36%. Em todas as demais províncias a percentagem em NEET, para o mesmo grupo etário e no mesmo ano está acima de 30%. Os níveis tanto por sexo, assim como ao longo do tempo não substancialmente díspares com a excepção da Cidade de Maputo que apresenta níveis relativamente baixos. Portanto, em termos de desafios que a juventude enfrenta no que diz respeito ao desemprego, a desistência escolar e insatisfação com o mercado laboral, a situação do país não parece satisfatória. A confirmar esta hipótese está o facto de em termos de grupos etários, 15-24, 25-35 e 15-35 as disparidades não parecerem substanciais. Em resumo, o último censo mostrou que cerca de 1/3 da juventude moçambicana (15-35 anos) em todas as províncias, se encontrava numa situação de não estar a estudar, não estar a trabalhar e nem estar envolvida em algum processo de formação profissional, pelo menos no período de referência do censo.

A condição da juventude moçambicana em termos de desemprego, desistência escolar e insatisfação com o mercado laboral pode ser influenciada por outras características tais como o estatuto económico, o nível de educação, religião, língua materna e estado civil.

Os dados mostram que das características sócio-económicas em causa, o nível de educação e o estado civil são aquelas que introduzem variações importantes no indicador NEET (Quadro 7.3). Relativamente ao nível de educação é entre os jovens sem nenhuma formação (38,2%) ou apenas com nível primário (31,0%) que encontramos elevada proporção de jovens na condição de NEET. Entre os jovens com ensino superior a percentagem em NEET baixa para 16,9%. As disparidades por género seguem a mesma tendência por nível de ensino, porém com mais jovens do sexo feminino na condição de NEET que os

do sexo masculino. Entre estes últimos, no grupo de idade 15-35 entre os sem nenhuma educação 33,9% estão na condição de NEET, contra 40,6% entre as jovens do sexo feminino. Para os que tem o nível primário e são do sexo masculino 23,2% estão na condição de NEET contra 38,7% entre as jovens do sexo feminino. Disparidades de grandezas semelhantes observam-se para os níveis secundário e superior, sendo 37,3% contra 22% e 22% contra 13,1%, respectivamente.

Relativamente ao estado civil, a principal diferença é observada entre solteiro(a)s e as demais categorias, nomeadamente casado(a), unidos maritalmente, separado(a)/divorciado(a) e viúvo(a). Para o grupo de idades 15-35 há menos jovens na condição de NEET (29,1%). Nas outras categorias o indicador oscila entre 33,5% para casado(a)s e 37,1% para unidos maritalmente, separado(a)/divorciado(a) na mesma faixa etária, 15-35 anos. Por género há mais jovens do sexo feminino na condição de NEET independentemente do seu estado civil que entre os jovens do sexo masculino. O que é notável é que em relação ao estado civil, na faixa etária 25-35 registam-se valores elevados de jovens na condição de NEET em comparação com faixa de 15-24.

Em suma como afirmamos anteriormente em média 1/3 dos jovens moçambicanos estão na condição de NEET, com excepção das variações introduzidas pela província de residência, escolarização e estado civil que levam a flutuações significativas.

7.2. FACTORES ASSOCIADOS A CONDIÇÃO DE NEET

Esta secção complementa a anterior onde foi feita uma análise bivariada sobre a condição de NEET (nem empregad(o)a, nem estudando ou em formação profissional) dos jovens em Moçambique. Aqui aplica-se o modelo de regressão logística para avaliar a chance de um jovem (entre os 15 e 35 anos) com determinadas características sociodemográficas estar em situação de NEET contra a chance de não estar nessa situação, controlando pelas restantes características incluídas no modelo. A variável dependente é estar em situação de NEET vs não estar em situação de NEET. As variáveis independentes incluem: idade em grupos etários, sexo, província, local de residência, estado civil, nível de educação concluído, filiação religiosa, língua materna, quintil de riqueza e relação com o chefe do agregado familiar.

O Quadro 7.4 apresenta a chance de jovens entre 15 e 35 anos estarem em situação de NEET em relação a não estarem nessa situação em Moçambique, em 2017, para o país como um todo. As mesmas chances são apresentadas por cada província no Quadro A1, no anexo.

Os resultados por grupo etário mostram que quanto mais elevada a idade do jovem, menor é a sua chance de estar em situação de NEET, controlando pelas outras variáveis do modelo. Este padrão repete-se em todas as províncias do país. No entanto, as razões de chance são maiores em Maputo e na Cidade de Maputo, onde as razões de chance para os grupos de idade 20-24, 25-29 e 30-35 são pelo menos duas vezes a dos jovens no grupo etário 15-19.

Quadro 7-3: Jovens fora do emprego, da educação e treinamento por quintil de riqueza, Moçambique 2017.

CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS		HOMENS			MULHERES			TOTAL		
		15-24	25-35	15-35	15-24	25-35	15-35	15-24	25-35	15-35
QUINTIL DE RIQUEZA	Mais baixo	29,3	25,1	27,6	35,9	31,9	34,3	33,0	28,8	31,3
	Baixo	29,8	26,2	28,3	37,9	34,1	36,4	34,3	30,4	32,7
	Medio	28,8	28,1	28,5	40,0	37,8	39,1	35,0	33,2	34,3
	Alto	26,6	28,8	27,5	41,6	44,4	42,7	34,7	37,1	35,7
	Mais alto	21,2	23,3	22,1	35,5	48,4	41,1	28,6	36,4	32,0
NÍVEL DE EDUCAÇÃO	Nenhum	38,0	29,4	33,9	43,2	38,1	40,6	41,3	35,1	38,2
	Primário	21,9	25,3	23,2	36,2	43,8	38,7	29,3	34,2	31,0
	Secundário	22,6	23,4	22,9	34,0	43,7	37,3	28,2	31,7	29,5
	Superior	14,6	12,8	13,1	23,2	21,6	22,0	19,0	16,4	16,9
RELIGIÃO	Católica	24,1	24,5	24,2	34,0	36,2	34,9	29,6	30,8	30,1
	Anglicana	26,3	26,8	26,5	36,2	41,2	38,3	31,9	34,9	33,1
	Islâmica	28,9	27,1	28,1	42,2	42,4	42,3	36,2	35,1	35,7
	Zione/Sião	25,8	25,7	25,8	39,7	42,3	40,8	33,7	35,6	34,5
	Evangélica/Pentecostal	22,6	23,8	23,1	37,2	43,7	39,9	30,8	35,2	32,6
	Sem religião	31,6	29,6	30,7	45,0	44,6	44,8	37,3	35,5	36,5
	Outra	21,8	23,0	22,3	33,7	39,4	36,0	28,4	32,1	29,9
LÍNGUA MATERNA	Emakhuwa	28,1	24,8	26,7	39,5	37,3	38,6	34,4	31,5	33,2
	Português	20,3	25,8	22,5	32,9	47,9	38,7	26,7	36,4	30,5
	Xichangana	26,4	26,8	26,5	37,2	43,1	39,9	32,1	36,0	33,8
	Elomwue	27,9	26,1	27,2	37,1	35,9	36,7	33,1	31,5	32,5
	Cinyanja	27,0	24,0	25,7	34,3	33,4	33,9	31,0	28,8	30,1
	Cisena	28,3	28,0	28,2	41,6	42,3	41,9	35,5	35,9	35,6
	Echuabo	24,5	26,3	25,3	34,3	32,9	33,7	29,9	29,8	29,8
	Cindau	30,8	30,9	30,8	44,7	47,0	45,6	38,7	40,2	39,3
	Xitswa	23,5	23,5	23,5	34,9	36,2	35,4	29,6	30,8	30,1
	Outra	28,1	26,9	27,6	42,5	42,4	42,4	35,9	35,3	35,7
ESTADO CIVIL	Solteiro(a)	26,0	34,6	27,3	29,1	41,8	31,5	27,3	38,1	29,1
	Casado(a)	27,1	23,5	24,6	42,4	36,9	39,4	37,8	30,8	33,5
	União marital	28,1	24,7	25,9	46,9	42,7	44,8	41,2	34,0	37,1
	Separado(a)/divorciado(a)	33,8	32,0	32,6	40,6	35,9	38,1	39,5	35,1	37,1
	Viúvo/a	36,2	31,6	33,2	39,3	37,0	37,5	38,6	36,4	36,9

Fonte: INE, Censo 2017.

A chance de as jovens do sexo feminino estarem em situação de NEET é 52,7% (1,5268-1) maior que a dos jovens do sexo masculino. Com a excepção das províncias de Zambézia, Inhambane e Gaza, em todas as outras províncias esta chance é igual ou superior a 50%. Isto sugere que existe uma desvantagem das jovens mulheres em participarem no mercado de trabalho ou estarem em formação em comparação com os jovens homens.

Os resultados também mostram que a chance de estar em NEET é maior nos jovens que vivem em todas as províncias comparadas com a Cidade de Maputo, excepto para os jovens de Inhambane, que apresentam uma chance 20% menor que a dos jovens de Cidade de Maputo.

No geral, e em todas as províncias, a chance de um jovem estar em NEET é maior no meio urbano que no meio rural. A chance é particularmente maior (duas vezes ou mais) nas províncias de Cabo Delgado e Tete, o que pode significar que a descoberta e início de exploração de recursos minerais e petrolíferos nestas duas províncias tem levado vários jovens a imigrar para essas províncias na procura de oportunidades de emprego, o que aumenta competitividade no mercado de trabalho.

Em relação ao estado civil, os resultados mostram que não existe uma grande diferença por estado civil. No geral, com a excepção do estado de casado, todas as outras categorias de estado civil estão associadas com uma maior chance de estar em NEET que o estado de solteiro. Os jovens casados têm uma chance de estar em NEET muito próxima da dos solteiros, exceptuando-se em Sofala onde a chance dos casados é 14% mais elevada que a dos solteiros.

Quanto mais escolarizado for o jovem, menor é a chance de estar em NEET, no geral e em todas as províncias (p-value <0,0001). A chance é ainda mais baixa para os jovens com nível superior, pelo menos 60% mais baixa.

Os resultados mostram também uma variação da chance de estar em NEET por filiação religiosa e língua materna. Os jovens de todas as religiões têm maior chance de estar em NEET que os jovens que professam a religião católica. Este padrão, varia ligeiramente de acordo com as províncias,

revelando, talvez, a distribuição dos jovens que professam as diferentes religiões por província.

Em relação a língua materna, com a excepção dos jovens que têm Cinyanja e Echuabo como língua materna, os jovens das demais línguas maternas têm maior chance de estar em NEET que os que têm o português como sua língua materna. A chance dos jovens de língua cinyanja e Echaubo estarem em NEET é menor que a dos jovens de língua materna portuguesa. A interpretação deste resultado não é fácil, mas pode revelar outras diferenças entre os jovens destas línguas que não puderam ser controladas no nosso modelo.

Outra variável investigada foi o quintil de riqueza, construída com base na posse de bens usando a metodologia do Inquérito Demográfico e de Saúde (Rutsein e Johnson 2004). Os resultados mostram que, no geral, os jovens dos quintis baixo, médio e alto têm maior chance de estar em NEET que os do quintil muito baixo, enquanto os do quintil mais alto, têm menor chance. Este resultado não é uniforme em todas as províncias. Nas províncias de Zambézia, Sofala e Gaza os jovens de todos os quatro quintis mais altos têm menor chance de estar em NEET que os do quintil mais baixo; nas restantes províncias o padrão é variado, mas as diferenças entre quintis não são muito expressivas e nem sempre são significativas.

A última variável investigada foi a relação de parentesco. No geral, os jovens de outras relações de parentesco têm maior chance de estar em NEET que os jovens que são chefes de agregado familiar. Isto pode revelar que os jovens que são chefes de agregados familiares são sempre obrigados a ter alguma actividade de rendimento para sustentar as suas famílias em relação aqueles que não têm essa responsabilidade. Este padrão acontece em todas as províncias, embora em algumas não seja estatisticamente significativo.

Quadro 7-4: Razões de chance de regressão logística dos jovens entre 15 e 35 anos estarem na condição de NEET (não estão no emprego, escola ou formação profissional) por características socioeconómicas, Moçambique 2017.

CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS		MOÇAMBIQUE	
		RAZÃO DE CHANCE	P-VALUE
Grupo de idade	15-19	1,0000	
	20-24	1,3615	0,0000
	25-29	1,2794	0,0000
	30-34	1,0741	0,0000
Sexo	Masculino	1,0000	
	Feminino	1,5268	0,0000
Província	Niassa	1,5733	0,0000
	Cabo Delgado	1,2210	0,0000
	Nampula	1,5446	0,0000
	Zambézia	1,3305	0,0000
	Tete	1,5625	0,0000
	Manica	1,4240	0,0000
	Sofala	1,2990	0,0000
	Inhambane	0,8061	0,0000
	Gaza	1,0638	0,0000
	Maputo	1,3003	0,0000
	Cidade de Maputo	1,0000	
Lugar de residência	Urbana	1,7604	0,0000
	Rural	1,0000	
Estado civil	Solteiro(a)	1,0000	
	Casado(a)	0,9710	0,0060
	União marital	1,1337	0,0000
	Separado(a)/divorciado(a)	1,1959	0,0000
	Viúvo/a	1,1499	0,0000
Nível de educação	Nenhum	1,0000	
	Primário	0,7535	0,0000
	Secundário	0,6776	0,0000
	Superior	0,3354	0,0000
Religião	Católica	1,0000	
	Anglicana	1,1399	0,0000
	Islâmica	1,2053	0,0000
	Zione/Sião	1,1556	0,0000
	Evangélica/Pentecostal	1,0694	0,0000
	Sem religião	1,3293	0,0000
	Outra	1,0053	0,7320
Língua materna	Emakhuwa	0,9607	0,0000
	Português	1,0000	
	Xichangana	1,2802	0,0000
	Elomwue	1,1293	0,0000
	Cinyanja	0,8606	0,0000
	Cisena	1,1634	0,0000
	Echuabo	0,9232	0,0000
	Cindau	1,3729	0,0000
	Xitswa	1,4281	0,0000
	Outra	1,1729	0,0000
Quintil de riqueza	Mais baixo	1,0000	
	Baixo	1,0297	0,0010
	Medio	1,0663	0,0000
	Alto	1,1139	0,0000
	Mais alto	0,8968	0,0000
Relação com chefe do agregado familiar	Chefe	1,0000	
	Marido/esposa	1,4561	0,0000
	Filho(a) biológico(a)	1,1397	0,0000
	Pai/Mae	1,3909	0,0240
	Eanteado(a)	1,3068	0,0000
	Filho(a) adoptivo(a)	1,3936	0,0000
	Genro/Nora	2,0835	0,0000
	Neto(a)	1,1449	0,0000
	Outro parantesco	1,2270	0,0000
	Sem parantesco	1,4538	0,0000
Modelo	Constante	0,1576	0,0000
	Log likelihood	-519 965	
	Qui- quadrado	47 416,3	0,0000
	No. casos	858 952	

Fonte: INE, Censo 2017.

8. CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DOS JOVENS EM MOÇAMBIQUE

8.1. AGREGADOS FAMILIARES ONDE VIVEM OS JOVENS

O agregado familiar é todo o grupo de pessoas ligadas ou não por laços de parentesco, que vivem na mesma casa e compartilham as refeições (comida da mesma panela) e a maior parte das despesas da casa. O seu tamanho e composição determinam, em grande medida, as condições de vida das pessoas que nele vivem. Desta forma, esta secção analisa a posição dos jovens no agregado familiar como forma de entender o papel que os mesmos desempenham na estratégia de sobrevivência do mesmo.

O Quadro 8.1 mostra que a maior parte dos jovens (15-35 anos) moçambicanos vivem na condição de chefes de agregado familiar (45,1% entre homens) ou de esposa (45,4% entre mulheres). Estes dados são consistentes com o facto de cerca 80% dos jovens moçambicanos entre os 15-35 anos estarem unidos (maritalmente) ou casados. A condição de filho é a segunda categoria em termos de relação do jovem com chefe do agregado familiar, sendo 33,9% entre os homens e 22,0% entre as mulheres. Nas províncias do norte, metade dos jovens do sexo masculino são chefes de agregados familiares, oscilando entre 49,3% no Niassa e 56% em Nampula. A proporção das jovens na categoria de esposa é igualmente próxima dos 50%, estando em 49,7% no Niassa e 55,4% em Nampula. Nas províncias do sul, metade dos jovens eram filhos biológicos do chefe do agregado familiar. Em relação as jovens, cerca de 30% estavam nessa condição.

A desagregação por idade mostra que entre os jovens 15-24 há disparidades de género expressivas. Enquanto entre jovens do sexo masculino cerca de metade (49,4%) tem uma relação de filho biológico com o chefe, entre o género feminino a maior parte, (37,0%) se encontrava na condição de esposa do chefe do agregado familiar. Estas disparidades são indicativas do facto de a entrada na união ser mais precoce entre as raparigas que entre os rapazes.

As disparidades por província são muito expressivas. A realidade do casamento precoce nas províncias do norte é confirmada pelos dados. Nas idades 15-24 cerca de 1/3 dos adolescentes e jovens nestas províncias estão na condição chefes do agregado familiar. Entre as adolescentes e jovens na mesma idade cerca de metade em Nampula e pouco mais de 43% no Niassa e Cabo Delgado tem uma relação de esposa em relação ao chefe do agregado familiar. Esta é uma situação preocupante em virtude das consequências que tem para a emancipação da mulher, em particular, e, em geral, para o desenvolvimento do país.

Entre os jovens nas idades 25-35 a condição de chefe do agregado familiar entre os homens (73%) e esposa (57,2%) são as categorias mais expressivas. Seguem-se as categorias de filho biológico (12,4%) entre os homens e chefe do agregado (25,5%) entre as mulheres. Os dados mostram que a maior parte dos jovens moçambicanos vivem na condição de unidos

matrimonialmente e quando não estão nessa condição estes vivem com os seus progenitores.

Em relação aos jovens que vivem com os seus progenitores, esta parece ser uma situação mais frequentemente observada entre os jovens adultos (25-35) nas províncias do sul que nas do norte. A título ilustrativo, na Cidade de Maputo 37,8% dos jovens (25-35 anos) eram filhos biológicos do chefe do agregado familiar. Entre as mulheres a cifra atingia 25,6%. Nas demais províncias do país entre os jovens (25-35 anos) a percentagem mais baixa registou-se na província de Inhambane (23,8%) e a mais elevada na Cidade de Maputo (37,8%). Entre as mulheres, novamente, Inhambane com 12,9% e Cidade de Maputo com 25,6% são os extremos. Nas províncias do norte, entre os 25-35 anos menos de 10% dos jovens vivem com os seus progenitores.

8.2. ESTRUTURA DOS AGREGADOS FAMILIARES ONDE VIVEM OS JOVENS

O Quadro 8.2 mostra o tipo de agregados familiares onde vivem os jovens. O tipo de agregado familiar predominante entre os jovens (15-35 anos) é o de família alargada. Estas, além dos progenitores e seus descendentes directos, inclui os demais membros como avós, primos, tios entre outros. Nesta condição estão cerca de 52,2% dos jovens do sexo masculino e 54,6% dos do sexo feminino. Relativamente a famílias nucleares, isto é, constituída por progenitores e seus descendentes, para os jovens do género feminino assim como do masculino 38,7% estão nesta condição. A nível das províncias a proporção de jovens que reside em famílias alargadas aumentam do norte para a sul, sendo em Nampula 50,1% contra 73% na Cidade de Maputo. No sentido inverso estão os jovens que residem em família nuclear com filhos. Se para a Cidade de Maputo a proporção é de 20% para Niassa esta percentagem chega a 46,9%.

Desagregando este indicador por grupos de idade, concretamente 15-24 e 25-35, notamos que no primeiro grupo (15-24), a maior parte dos jovens vivem em famílias alargadas, sendo 59,8% entre homens e 56,3% entre mulheres. Nas famílias nucleares nas idades 15-24 encontramos 32% entre os jovens e 36,1% entre as jovens. Tal como a tendência geral (15-35 anos), do sul para o norte a proporção de jovens (15-24 anos) nas famílias alargadas aumenta. No Niassa cerca de 51,5% dos jovens estão nesta condição contra 77,4% na Cidade de Maputo. O mesmo sucede entre as jovens (15-24) onde no Niassa temos 46,1% contra 77,4% entre as mulheres. As diferenças por sexo não são muito pronunciadas.

O facto de muitos jovens viverem em famílias alargadas pode ser indicativo dos elevados níveis de dependência económica face aos seus progenitores. É um efeito típico dada estrutura demográfica moçambicana. Com elevadas taxas de fecundidade é expectável que as famílias alberguem membros que ainda não dispõem de fontes de renda para o próprio sustento e que lhes garantam independência económica. Possivelmente esta situação se verifique nos grandes centros urbanos. Aqui aliado a pressão económica que caracterizou o período de recolha de dados (Censo 2017) muitos jovens poderão ter tido dificuldades de se autossustentarem e para tal poderão ter permanecido na casa dos seus progenitores.

Quadro 8-1: Distribuição percentual dos jovens (15-35) anos por relação de parentesco dos com o chefe do agregado familiar, por sexo, grupo de idades, segundo província, Moçambique 2017.

JOVENS 15-24 ANOS																		
HOMENS										MULHERES								
Província	Chefe	Marido/Esposa	Filho(a) biológico(a)	Enteado/filho adoptivo	Genro/Nora	Neto(a)	Outro	TOTAL		Chefe	Marido/Esposa	Filho(a) biológico(a)	Enteado/filho adoptivo	Genro/Nora	Neto(a)	Outro	TOTAL	
								%	Nº de casos								%	Nº de casos
Niassa	29,0	3,7	45,8	3,3	0,6	4,8	12,9	100,0	138 271	16,6	44,5	25,3	1,5	0,8	2,8	8,6	100,0	179 695
Cabo Delgado	30,3	2,3	36,8	5,1	2,0	6,6	16,8	100,0	174 086	13,1	42,8	24,7	3,2	1,4	4,6	10,2	100,0	224 203
Nampula	36,8	2,3	34,9	4,2	0,6	4,4	16,7	100,0	440 791	13,7	49,5	21,0	2,3	0,7	2,7	10,1	100,0	561 812
Zambézia	34,4	2,5	42,2	2,9	1,1	3,5	13,4	100,0	421 971	14,8	44,6	26,7	1,6	1,0	2,4	8,9	100,0	543 014
Tete	25,0	1,8	56,8	2,3	0,5	3,9	9,7	100,0	234 659	10,7	44,0	33,1	1,2	1,1	2,5	7,4	100,0	279 907
Manica	15,5	0,5	61,8	2,3	0,2	5,2	14,5	100,0	168 739	8,6	35,3	34,0	1,2	8,6	3,0	9,3	100,0	210 871
Sofala	16,2	0,5	58,5	2,4	0,2	5,1	17,1	100,0	218 010	7,3	32,4	37,9	1,4	7,4	3,4	10,3	100,0	256 669
Inhambane	8,6	0,6	63,1	3,1	0,4	10,5	13,6	100,0	122 062	6,2	15,5	43,4	2,5	12,7	7,5	12,2	100,0	151 686
Gaza	7,7	0,8	64,9	2,5	0,3	10,2	13,7	100,0	121 952	6,6	12,9	42,3	1,6	17,2	7,5	12,0	100,0	147 648
Maputo	12,0	0,5	59,9	2,3	0,2	7,8	17,2	100,0	179 434	3,8	18,3	47,0	1,9	7,4	6,1	15,4	100,0	210 602
Cidade de Maputo	8,2	0,4	57,5	1,7	0,3	12,2	19,7	100,0	117 253	2,7	11,0	47,6	1,2	8,2	10,7	18,5	100,0	131 193
Moçambique	24,5	1,7	49,4	3,1	0,7	5,8	14,9	100,0	2 337 228	10,8	37,0	31,6	1,8	4,3	4,0	10,5	100,0	2 897 300
JOVENS 25-35 ANOS																		
HOMENS										MULHERES								
Província	Chefe	Marido/Esposa	Filho(a) biológico(a)	Enteado/filho adoptivo	Genro/Nora	Neto(a)	Outro	TOTAL		Chefe	Marido/Esposa	Filho(a) biológico(a)	Enteado/filho adoptivo	Genro/Nora	Neto(a)	Outro	TOTAL	
								%	Nº de casos								%	Nº de casos
Niassa	76,0	12,2	6,4	0,4	0,4	0,6	4,0	100,0	104 834	32,3	57,2	5,1	0,3	0,1	0,3	4,7	100,0	124 759
Cabo Delgado	75,5	8,2	6,7	1,0	1,3	0,9	6,5	100,0	150 725	25,6	59,6	7,1	0,7	0,5	0,8	5,7	100,0	167 762
Nampula	83,2	7,4	3,8	0,4	0,4	0,3	4,3	100,0	331 108	26,1	64,0	4,1	0,4	0,2	0,3	4,9	100,0	386 437
Zambézia	82,0	7,7	5,2	0,3	0,6	0,3	4,0	100,0	277 140	30,0	59,9	4,6	0,2	0,2	0,2	4,8	100,0	346 934
Tete	81,9	6,7	7,0	0,3	0,3	0,4	3,4	100,0	174 910	25,3	64,8	4,4	0,2	0,2	0,2	4,9	100,0	189 741
Manica	75,1	2,6	15,5	0,4	0,1	0,6	5,5	100,0	115 238	25,0	58,6	8,1	0,3	2,3	0,4	5,1	100,0	141 473
Sofala	72,6	2,3	16,7	0,5	0,3	0,8	6,8	100,0	140 074	22,7	58,4	10,6	0,4	2,2	0,4	5,2	100,0	160 319
Inhambane	61,5	5,6	23,8	1,3	0,1	1,3	6,4	100,0	72 994	25,9	48,2	12,9	0,5	4,6	1,1	6,7	100,0	108 345
Gaza	50,0	4,8	32,4	1,2	0,2	1,7	9,6	100,0	74 702	28,5	38,2	14,0	0,8	10,0	1,1	7,5	100,0	107 960
Maputo	63,1	3,8	21,7	0,7	0,2	1,2	9,4	100,0	157 929	18,7	54,2	13,9	0,6	3,6	0,9	8,2	100,0	189 078
Cidade de Maputo	41,5	2,1	37,8	0,9	0,3	2,8	14,6	100,0	100 027	13,4	37,1	25,6	0,7	8,9	2,1	12,2	100,0	104 961
Moçambique	73,6	6,2	12,4	0,6	0,4	0,8	6,0	100,0	1 699 681	25,5	57,2	8,3	0,4	2,0	0,6	5,9	100,0	2 027 769
JOVENS 15-35 ANOS																		
HOMENS										MULHERES								
Província	Chefe	Marido/Esposa	Filho(a) biológico(a)	Enteado/filho adoptivo	Genro/Nora	Neto(a)	Outro	TOTAL		Chefe	Marido/Esposa	Filho(a) biológico(a)	Enteado/filho adoptivo	Genro/Nora	Neto(a)	Outro	TOTAL	
								%	Nº de casos								%	Nº de casos
Niassa	49,3	7,4	28,8	2,0	0,5	3,0	9,0	100,0	243 105	23,0	49,7	17,0	1,0	0,5	1,8	7,0	100,0	304 454
Cabo Delgado	51,2	5,1	22,8	3,2	1,7	3,9	12,0	100,0	324 811	18,4	50,0	17,2	2,1	1,0	3,0	8,3	100,0	391 965
Nampula	56,7	4,5	21,6	2,6	0,5	2,7	11,4	100,0	771 899	18,7	55,4	14,1	1,5	0,5	1,7	8,0	100,0	948 249
Zambézia	53,3	4,5	27,5	1,9	0,9	2,2	9,6	100,0	699 111	20,7	50,6	18,1	1,1	0,7	1,6	7,3	100,0	889 948
Tete	49,3	3,9	35,5	1,5	0,4	2,4	7,0	100,0	409 569	16,6	52,4	21,5	0,8	0,7	1,6	6,3	100,0	469 648
Manica	39,7	1,4	43,0	1,5	0,2	3,4	10,9	100,0	283 977	15,2	44,7	23,6	0,8	6,1	2,0	7,6	100,0	352 344
Sofala	38,3	1,2	42,1	1,6	0,2	3,5	13,1	100,0	358 084	13,2	42,4	27,4	1,0	5,4	2,2	8,4	100,0	416 988
Inhambane	28,4	2,5	48,4	2,4	0,3	7,0	10,9	100,0	195 056	14,4	29,1	30,7	1,7	9,3	4,8	9,9	100,0	260 031
Gaza	23,8	2,3	52,6	2,0	0,2	6,9	12,2	100,0	196 654	15,9	23,6	30,3	1,3	14,1	4,8	10,1	100,0	255 608
Maputo	35,9	2,1	42,0	1,5	0,2	4,7	13,5	100,0	337 363	10,8	35,3	31,4	1,3	5,6	3,7	12,0	100,0	399 680
Cidade de Maputo	23,6	1,2	48,5	1,3	0,3	7,9	17,3	100,0	217 280	7,5	22,6	37,8	1,0	8,5	6,9	15,7	100,0	236 154
Moçambique	45,1	3,6	33,9	2,0	0,6	3,7	11,2	100,0	4 036 909	16,8	45,4	22,0	1,2	3,4	2,6	8,6	100,0	4 925 069

Fonte: INE, Censo 2017.

8.3. ESTRUTURA DE AGREGADOS FAMILIARES CHEFIADOS POR JOVENS

A condição dos jovens (15-35 anos) no agregado familiar varia. Há jovens que são chefes de agregado e outros que são apenas membros do agregado na condição de dependentes. Em termos de jovens que são chefes de agregados (Quadro

8.4), a maioria destes, quando do sexo masculino, chefiam famílias nucleares (51,8%) e famílias alargadas (29,3%). Quanto as jovens do sexo feminino, a maioria chefia famílias alargadas (74,3%) seguida de nucleares (15,0%). Em termos de assimetrias provinciais, no que aos agregados familiares nucleares e chefiados por jovens do sexo masculino diz respeito, nas províncias do norte apresentam percentagens mais elevadas que as do sul. Enquanto na província do Niassa,

Quadro 8-2: Distribuição percentual de tipos de agregados familiares onde vivem os jovens, por sexo, grupo de idades, segundo província, Moçambique 2017.

JOVENS 15-24 ANOS												
HOMENS							MULHERES					
Província					TOTAL						TOTAL	
	Unipessoal	Nuclear	Nuclear	Família	%	Nº de casos	Unipessoal	com filhos	Nuclear	Família	%	Nº de casos
	com filhos	sem filhos	alargada						sem filhos	alargada		
Niassa	2,1	38,1	8,3	51,5	100,0	138 272	1,0	43,7	9,2	46,1	100,0	179 694
Cabo Delgado	3,9	30,1	6,3	59,7	100,0	174 084	1,3	35,1	7,8	55,8	100,0	224 202
Nampula	4,4	30,8	8,4	56,4	100,0	435 088	1,3	36,0	9,3	53,4	100,0	554 375
Zambézia	2,2	39,7	8,8	49,3	100,0	421 972	1,4	42,6	8,7	47,3	100,0	543 013
Tete	1,9	46,1	6,3	45,7	100,0	234 660	0,9	52,1	7,9	39,1	100,0	279 908
Manica	1,6	31,0	2,8	64,5	100,0	168 738	1,4	36,4	4,5	57,7	100,0	210 871
Sofala	2,1	30,8	2,7	64,5	100,0	218 011	1,2	35,5	4,3	59,0	100,0	256 670
Inhambane	1,5	21,5	1,0	76,0	100,0	122 062	0,7	21,4	1,7	76,3	100,0	151 685
Gaza	1,8	16,6	0,8	80,8	100,0	121 832	0,8	16,6	1,5	81,1	100,0	147 471
Maputo	3,8	23,5	1,5	71,2	100,0	179 433	0,6	27,6	3,1	68,8	100,0	210 602
Cidade de Maputo	2,4	19,2	1,0	77,4	100,0	117 254	0,7	19,6	2,3	77,4	100,0	131 193
Moçambique	2,7	32,0	5,5	59,8	100,0	2 331 406	1,1	36,1	6,6	56,3	100,0	2 889 684

JOVENS 25-35 ANOS												
HOMENS							MULHERES					
Província					TOTAL						TOTAL	
	Unipessoal	Nuclear	Nuclear	Família	%	Nº de casos	Unipessoal	com filhos	Nuclear	Família	%	Nº de casos
	com filhos	sem filhos	alargada						sem filhos	alargada		
Niassa	3,3	58,4	6,4	31,9	100,0	104 834	1,4	49,3	2,8	46,6	100,0	124 758
Cabo Delgado	5,2	45,0	7,5	42,3	100,0	150 726	1,8	40,4	5,2	52,6	100,0	167 763
Nampula	4,0	47,2	7,1	41,7	100,0	327 504	1,6	41,9	4,1	52,5	100,0	382 253
Zambézia	2,9	58,6	5,8	32,7	100,0	277 141	1,8	47,9	3,3	47,0	100,0	346 936
Tete	3,2	67,3	5,1	24,3	100,0	174 912	1,1	59,6	1,9	37,4	100,0	189 742
Manica	3,6	51,7	4,8	40,0	100,0	115 237	1,4	45,8	1,8	51,1	100,0	141 473
Sofala	4,6	46,2	4,9	44,2	100,0	140 074	1,6	43,6	2,4	52,5	100,0	160 320
Inhambane	5,7	36,7	3,9	53,8	100,0	72 994	2,5	33,2	2,6	61,6	100,0	108 345
Gaza	5,7	28,0	3,5	62,8	100,0	74 655	2,2	26,0	2,3	69,5	100,0	107 811
Maputo	7,9	36,3	5,6	50,2	100,0	157 927	2,3	38,9	4,4	54,4	100,0	189 079
Cidade de Maputo	6,3	20,9	4,2	68,7	100,0	100 027	2,1	24,6	3,8	69,4	100,0	104 961
Moçambique	4,5	48,0	5,7	41,8	100,0	1 696 031	1,7	42,8	3,3	52,1	100,0	2 023 441

JOVENS 15-35 ANOS												
HOMENS							MULHERES					
Província					TOTAL						TOTAL	
	Unipessoal	Nuclear	Nuclear	Família	%	Nº de casos	Unipessoal	com filhos	Nuclear	Família	%	Nº de casos
	com filhos	sem filhos	alargada						sem filhos	alargada		
Niassa	2,6	46,9	7,5	43,0	100,0	243 106	1,1	46,0	6,6	46,3	100,0	304 452
Cabo Delgado	4,5	37,0	6,9	51,6	100,0	324 810	1,5	37,4	6,7	54,5	100,0	391 965
Nampula	4,2	37,9	7,8	50,1	100,0	762 592	1,4	38,4	7,2	53,0	100,0	936 628
Zambézia	2,4	47,2	7,6	42,7	100,0	699 113	1,5	44,6	6,6	47,2	100,0	889 949
Tete	2,5	55,2	5,8	36,6	100,0	409 572	1,0	55,1	5,5	38,4	100,0	469 650
Manica	2,4	39,4	3,6	54,6	100,0	283 975	1,4	40,1	3,4	55,1	100,0	352 344
Sofala	3,1	36,8	3,6	56,5	100,0	358 085	1,3	38,6	3,6	56,5	100,0	416 990
Inhambane	3,1	27,2	2,1	67,7	100,0	195 056	1,4	26,3	2,1	70,2	100,0	260 030
Gaza	3,3	20,9	1,8	74,0	100,0	196 487	1,4	20,6	1,8	76,2	100,0	255 282
Maputo	5,7	29,5	3,4	61,3	100,0	337 360	1,4	32,9	3,7	62,0	100,0	399 681
Cidade de Maputo	4,2	20,0	2,5	73,4	100,0	217 281	1,4	21,8	3,0	73,8	100,0	236 154
Moçambique	3,5	38,7	5,6	52,2	100,0	4 027 437	1,4	38,8	5,2	54,6	100,0	4 913 125

Fonte: INE, Censo 2017.

56,7% dos homens chefiam agregados nucleares na Cidade de Maputo a cifra é de 33,3%. Relativamente a famílias alargadas chefiadas por jovens as assimetrias entre as províncias são também muito pronunciadas. Tete com 17,7% tem a menor proporção enquanto Cidade de Maputo, com 39,7%, tem a maior proporção.

Um facto que chama atenção nestes resultados é o facto de nas províncias do sul a percentagem de jovens que chefiam famílias unipessoais ser relativamente mais elevada que nas províncias do centro e do norte. Enquanto nas províncias do sul

a percentagem de homens que chefiam família unipessoais varia de 10,8% em Inhambane a 17,8% na Cidade de Maputo, no resto das províncias a percentagem não supera 10%, atingindo o valor mais baixo de 4,6% na província da Zambézia. Pelo facto de o casamento ser relativamente precoce nas províncias do centro e norte, os jovens dessas províncias apresentam maior percentagem de chefia de agregados nucleares com ou sem filhos que a sua contraparte do sul do país.

Entre jovens do sexo feminino o principal tipo de família por elas chefiado é a família alargada, com cerca de 74,3%.

Quadro 8-3: Distribuição percentual de tipos de agregados familiares chefiados por jovens e não jovens, por sexo, grupo de idades, segundo província, Moçambique 2017.

JOVENS CHEFES 15-35 ANOS												
HOMENS							MULHERES					
Província	Unipessoal	Nuclear com filhos	Nuclear sem filhos	Família alargada	TOTAL		Unipessoal	Nuclear com filhos	Nuclear sem filhos	Família alargada	TOTAL	
					%	Nº de casos					%	Nº de casos
Niassa	5,3	56,7	13,2	24,8	100,0	119.781	4,9	25,2	3,7	66,2	100,0	70.096
Cabo Delgado	8,8	47,5	11,9	31,8	100,0	166.458	8,2	18,4	3,8	69,5	100,0	72.136
Nampula	7,4	44,8	12,6	35,1	100,0	432.594	7,4	15,1	3,1	74,4	100,0	174.856
Zambézia	4,6	57,2	12,9	25,3	100,0	372.399	7,5	15,3	2,8	74,4	100,0	184.232
Tete	5,0	66,7	10,6	17,7	100,0	201.852	6,0	20,5	2,8	70,6	100,0	77.861
Manica	6,1	57,9	8,7	27,3	100,0	112.686	8,9	6,4	0,9	83,8	100,0	53.650
Sofala	8,0	52,8	8,7	30,5	100,0	137.112	10,1	6,9	1,1	81,9	100,0	55.128
Inhambane	10,8	46,2	6,4	36,5	100,0	55.401	9,9	10,9	1,2	78,0	100,0	37.475
Gaza	13,9	40,3	6,6	39,3	100,0	46.746	8,6	9,2	1,0	81,2	100,0	40.451
Maputo	15,9	45,1	8,4	30,6	100,0	121.263	12,7	13,2	2,7	71,4	100,0	43.181
Cidade de Maputo	17,8	33,3	9,1	39,7	100,0	51.194	18,2	9,4	3,9	68,5	100,0	17.628
Moçambique	7,7	51,8	11,2	29,3	100,0	1.817.486	8,1	15,0	2,6	74,3	100,0	826.694
CHEFES 36 ANOS E MAIS												
HOMENS							MULHERES					
Província	Unipessoal	Nuclear com filhos	Nuclear sem filhos	Família alargada	TOTAL		Unipessoal	Nuclear com filhos	Nuclear sem filhos	Família alargada	TOTAL	
					%	Nº de casos					%	Nº de casos
Niassa	4,7	53,1	6,7	35,6	100,0	117 410	14,6	10,2	1,7	73,5	100,0	77 064
Cabo Delgado	6,3	39,1	13,1	41,5	100,0	194 901	19,4	5,5	2,7	72,4	100,0	113 121
Nampula	5,2	42,5	9,4	42,8	100,0	460 126	20,9	5,1	1,7	72,2	100,0	229 130
Zambézia	4,7	52,4	9,7	33,2	100,0	379 992	21,1	5,3	1,4	72,2	100,0	219 101
Tete	4,3	63,7	6,0	26,0	100,0	192 008	19,3	6,6	1,0	73,1	100,0	108 407
Manica	4,9	53,9	4,8	36,5	100,0	131 518	16,4	1,9	0,4	81,3	100,0	87 520
Sofala	5,2	49,8	5,9	39,2	100,0	170 267	17,0	2,2	0,6	80,2	100,0	99 266
Inhambane	10,0	32,0	9,0	49,0	100,0	129 091	26,6	2,2	1,1	70,1	100,0	120 671
Gaza	10,3	33,3	5,9	50,5	100,0	97 834	18,5	2,3	0,8	78,5	100,0	114 170
Maputo	8,8	41,2	6,3	43,6	100,0	177 844	16,1	3,4	1,2	79,4	100,0	112 471
Cidade de Maputo	6,7	34,6	5,1	53,6	100,0	104 079	9,7	2,7	0,8	86,8	100,0	64 079
Moçambique	6,0	46,1	8,1	39,7	100,0	2 155 070	19,1	4,4	1,3	75,2	100,0	1 345 000

Fonte: INE, Censo 2017.

Segue-se a família nuclear com filhos representando 15,0%, a unipessoal com 8,1% e, finalmente, a nuclear sem filhos com 2,6%. Por província, não se notam grandes disparidades em relação ao género feminino, com a excepção das famílias unipessoais. Neste caso, os dados, de forma similar aos dados referentes aos homens, mostram que nas províncias do sul, concretamente na Cidade de Maputo, há uma percentagem considerável de jovens do sexo feminino que chefiam agregados familiares unipessoais.

As tendências em termos de assimetrias territoriais nestes dados parecem ser consistentes com as tendências das assimetrias territoriais dos dados sobre a idade média a entrada na união assim como ao primeiro nascimento. Ambos indicadores são mais elevados nas províncias do sul que do norte. Hipoteticamente, o adiamento da entrada na união ou do início da procriação pode não significar necessariamente residir com os progenitores. Neste caso os jovens podem optar

por residir individualmente como uma etapa de preparação para a entrada na união, ou essencialmente optar por residir sozinhos como um estilo de vida urbano contemporâneo associado a mais liberdade e, portanto, melhores oportunidades económicas como terá sido constatado por Manuel (2014), para o caso da Cidade de Maputo.

A tendência e as disparidades observadas na população jovem no que ao tipo de agregado familiar em relação a chefia diz respeito, não parece se alterar com a idade. Inclusive entre a população considerada não jovem, 36 anos e mais, o padrão de tipo de família em relação a chefia das mesmas mostra-se similar ao padrão observado entre os jovens 15-35. Para os homens acima dos 36 anos a chefia de agregados familiares nucleares com filhos (46,1%) supera a chefia de agregados familiares alargados (39,7%). Esta tendência é similar a observada nos jovens 15-35. Em relação as mulheres, a chefia de famílias alargada (75,2%) é seguida da chefia de

famílias unipessoais (19,1%), contrariamente aos jovens de 15-35, em que no segundo lugar viria família nuclear com filhos (Quadro 8.3).

A desagregação em grupos de idades, concretamente 15-24 e 25-35 em relação ao tipo de agregados familiares chefiados por jovens mostra que não há disparidades significativas. Nos dois grupos etários a maior parte dos jovens do sexo masculino chefia agregados familiares nucleares com filhos. Entre os de 15-24 cerca de 41,2% estão nesta condição e entre os de 25-35 cerca de 56,7% se encontram na mesma situação. A segunda categoria é da família alargada. Nesta categoria 27,3% entre os 15-24 e 30,3% entre 25-35 anos. Entre jovens do sexo feminino a maioria chefia famílias alargadas. No grupo 15-24 cerca de 68,3% se encontravam nessa situação enquanto no grupo 25-35 estavam 77,9%. A segunda categoria é de famílias nucleares sem filhos. Nessa categoria estão cerca de 16,8% de famílias chefiadas por jovens do grupo de idade 15-24 e 13,9% chefiadas por jovens de grupo 25-35.

As disparidades por províncias mostram que entre os jovens 15-24 anos (sexo masculino), a maior proporção dos que chefiam famílias nucleares com filhos se encontram nas províncias do centro e norte com as percentagens a volta de 52,4% em Tete, e 45,6% em Niassa. Nas províncias do sul a percentagem de jovens nesta condição de chefe de agregado familiar nuclear com filhos é relativamente mais baixa variando entre 18,8% na cidade de Maputo e 30,7% em Inhambane.

Há uma elevada proporção de jovens do sexo masculino (15-24 anos) na condição de chefe de agregados de famílias alargadas nas províncias do sul, nomeadamente Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo. Nestas, a proporção de jovens chefes de famílias alargadas atinge os 40% variando de 34,3% na província de Maputo a 47,2% em Gaza. Nas províncias do norte e centro a proporção de jovens na condição de chefes de famílias alargadas oscila entre 21,8% no Niassa a 31,4% em Nampula. O mesmo sucede nas províncias do centro com variações entre 17,2% em Manica e 30,8% em Sofala.

Um facto curioso em relação aos jovens do sexo masculino por condição de chefia de tipo de agregado familiar é o facto de no sul do país existir uma proporção considerável de chefes de agregados unipessoais. Na Cidade de Maputo a proporção chega a atingir 29,6% sendo menor em Inhambane com 17,6%. Em nenhuma outra província este indicador supera 13,0% que se regista em Cabo Delgado.

Em relação ao sexo feminino (15-24 anos) no que as disparidades por províncias dizem respeito em todas as províncias há uma elevada proporção de jovens chefiando agregados familiares alargados. Os dados mostram que a proporção dos jovens nessa condição está acima de 55% em todas as províncias com maior destaque em Gaza (77,2%), Manica (76,5%) e Inhambane (75,8%). As menores proporções registam-se na Cidade de Maputo, (56,5%), Niassa (60,7%) e Tete (69,9%). Nas províncias do sul há uma elevada proporção de jovens do sexo feminino que chefiam agregados familiares unipessoais com destaque para a Cidade de Maputo onde a proporção chega aos 27,5%. Sofala, Manica e Maputo também se destacam com percentagens em torno de 15% e 16%. Finalmente nas províncias do norte e centro há uma elevada proporção de jovens do sexo feminino (15-24 anos) que chefiam famílias nucleares com filhos. Nestas províncias a percentagem de jovens nesta condição chega a atingir 26,9% no Niassa e 24,6% em Tete. Nas províncias do sul o destaque vai para a província de Maputo que atinge 14,9%.

Nas idades 25-35 anos a tendência das disparidades é semelhante à das idades 15-24. Entre os jovens do sexo masculino há mais chefes de famílias nucleares com filhos (56,7%) e de seguida os que chefiam famílias alargadas (30,3%). Nas jovens a situação é inversa, havendo mais chefes entre famílias alargadas (77,9%) relativamente a famílias nucleares com filhos (13,9%). No que concerne as disparidades provinciais entre os jovens do sexo masculino a percentagem destes chefiando famílias nucleares com filho é mais elevada nas províncias do centro e norte, atingindo 72,6% em Tete e 62,3% no Niassa contra 36% da Cidade de Maputo e 49,8% da província de Maputo. Em relação as disparidades na chefia de família alargadas a mais baixa se regista em Tete (17,9%) e a mais elevada na Cidade de Maputo (39,2%). Em relação a chefia de familiares unipessoais a percentagem é mais elevada no sul (15,1%) na Cidade de Maputo que representa o valor mais elevado contra o centro e norte (3,5% Zambézia e 4,3% Niassa).

Entre as jovens do sexo feminino as disparidades por província em termos de condição de chefia de agregado familiar alargado, não são substanciais. A percentagem mais elevada regista-se em Manica (87,5%) e a mais baixa na província do Niassa (70,3%). Relativamente a famílias nucleares com filhos, no norte a proporção é maior que no sul. Em Niassa a proporção chega a atingir 24% contra os 9,2% da Cidade de Maputo. A chefia de agregados unipessoais é mais alta no sul (18,2% na Cidade de Maputo) que no norte (4,9%).

Quadro 8-4: Distribuição percentual de tipos de agregados familiares chefiados por jovens, por província, Moçambique 2017.

JOVENS 15-24 ANOS												
	HOMENS						MULHERES					
Província	Unipessoal	Nuclear com filhos	Nuclear sem filhos	Família alargada	TOTAL		Unipessoal	Nuclear com filhos	Nuclear sem filhos	Família alargada	TOTAL	
					%	Nº de casos					%	Nº de casos
Niassa	7,2	45,6	25,3	21,8	100,0	40 147	6,0	26,9	6,5	60,7	100,0	29 740
Cabo Delgado	13,0	40,5	18,7	27,8	100,0	52 726	9,8	20,0	5,5	64,7	100,0	29 263
Nampula	11,9	35,5	21,2	31,4	100,0	160 076	9,3	15,9	5,0	69,9	100,0	75 414
Zambézia	6,3	47,8	23,4	22,6	100,0	145 123	9,3	16,6	4,8	69,3	100,0	80 110
Tete	7,6	52,4	22,9	17,2	100,0	58 688	8,7	24,6	5,9	60,9	100,0	29 867
Manica	10,3	43,0	17,7	29,0	100,0	26 118	15,6	6,4	1,5	76,5	100,0	18 214
Sofala	12,8	41,3	15,1	30,8	100,0	35 382	16,4	7,0	2,2	74,3	100,0	18 709
Inhambane	17,6	30,7	9,6	42,1	100,0	10 512	10,8	11,0	2,4	75,8	100,0	9 368
Gaza	23,8	20,6	8,4	47,2	100,0	9 386	11,6	9,3	1,9	77,2	100,0	9 791
Maputo	31,7	23,3	10,7	34,3	100,0	21 581	15,3	14,9	4,6	65,2	100,0	7 913
Cidade de Maputo	29,6	18,8	9,7	41,9	100,0	9 660	27,5	10,2	5,8	56,5	100,0	3 519
Moçambique	11,1	41,2	20,4	27,3	100,0	569 399	10,2	16,8	4,7	68,3	100,0	311 908
JOVENS 25-35 ANOS												
	HOMENS						MULHERES					
Província	Unipessoal	Nuclear com filhos	Nuclear sem filhos	Família alargada	TOTAL		Unipessoal	Nuclear com filhos	Nuclear sem filhos	Família alargada	TOTAL	
					%	Nº de casos					%	Nº de casos
Niassa	4,3	62,3	7,1	26,4	100,0	79 634	4,2	24,0	1,5	70,3	100,0	40 353
Cabo Delgado	6,9	50,8	8,7	33,6	100,0	113 731	7,2	17,3	2,6	72,8	100,0	42 874
Nampula	4,8	50,3	7,6	37,3	100,0	272 517	6,0	14,4	1,6	77,9	100,0	99 442
Zambézia	3,5	63,1	6,2	27,1	100,0	227 276	6,0	14,3	1,3	78,3	100,0	104 123
Tete	4,0	72,6	5,6	17,9	100,0	143 164	4,4	18,0	0,9	76,7	100,0	47 995
Manica	4,8	62,4	6,0	26,8	100,0	86 568	5,4	6,4	0,6	87,5	100,0	35 436
Sofala	6,4	56,8	6,4	30,4	100,0	101 731	6,8	6,8	0,5	85,9	100,0	36 418
Inhambane	9,3	49,9	5,6	35,3	100,0	44 888	9,6	10,9	0,7	78,8	100,0	28 105
Gaza	11,3	45,2	6,2	37,2	100,0	37 360	7,6	9,2	0,7	82,5	100,0	30 661
Maputo	12,5	49,8	7,9	29,8	100,0	99 683	12,1	12,8	2,3	72,8	100,0	35 269
Cidade de Maputo	15,1	36,7	9,0	39,2	100,0	41 533	15,9	9,2	3,4	71,5	100,0	14 108
Moçambique	6,1	56,7	6,9	30,3	100,0	1 248 085	6,8	13,9	1,4	77,9	100,0	514 784
JOVENS 15-35 ANOS												
	HOMENS						MULHERES					
Província	Unipessoal	Nuclear com filhos	Nuclear sem filhos	Família alargada	TOTAL		Unipessoal	Nuclear com filhos	Nuclear sem filhos	Família alargada	TOTAL	
					%	Nº de casos					%	Nº de casos
Niassa	5,3	56,7	13,2	24,8	100,0	119 781	4,9	25,2	3,7	66,2	100,0	70 093
Cabo Delgado	8,8	47,5	11,9	31,8	100,0	166 457	8,2	18,4	3,8	69,5	100,0	72 137
Nampula	7,4	44,8	12,6	35,1	100,0	432 593	7,4	15,1	3,1	74,4	100,0	174 856
Zambézia	4,6	57,2	12,9	25,3	100,0	372 399	7,5	15,3	2,8	74,4	100,0	184 233
Tete	5,0	66,7	10,6	17,7	100,0	201 852	6,0	20,5	2,8	70,6	100,0	77 862
Manica	6,1	57,9	8,7	27,3	100,0	112 686	8,9	6,4	0,9	83,8	100,0	53 650
Sofala	8,0	52,8	8,7	30,5	100,0	137 113	10,1	6,9	1,1	81,9	100,0	55 127
Inhambane	10,8	46,2	6,4	36,5	100,0	55 400	9,9	10,9	1,2	78,0	100,0	37 473
Gaza	13,9	40,3	6,6	39,3	100,0	46 746	8,6	9,2	1,0	81,2	100,0	40 452
Maputo	15,9	45,1	8,4	30,6	100,0	121 264	12,7	13,2	2,7	71,4	100,0	43 182
Cidade de Maputo	17,8	33,3	9,1	39,7	100,0	51 193	18,2	9,4	3,9	68,5	100,0	17 627
Moçambique	7,7	51,8	11,2	29,3	100,0	1 817 484	8,1	15,0	2,6	74,3	100,0	826 692

Fonte: INE, Censo 2017.

Quadro 8-5: Distribuição do tamanho médio dos agregados familiares chefiados por jovens, por sexo do chefe, grupos de idade, segundo província, Moçambique 2017.

JOVENS CHEFES 15-24 ANOS					JOVENS CHEFES 25-35 ANOS			
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES	
Província	Tamanho medio	Desvio padrao	Tamanho medio	Desvio padrao	Tamanho medio	Desvio padrao	Tamanho medio	Desvio padrao
Niassa	3,02	0,01	3,26	0,02	4,47	0,01	4,64	0,02
Cabo Delgado	3,04	0,01	3,17	0,02	4,26	0,01	4,29	0,02
Nampula	3,03	0,01	3,14	0,01	4,41	0,01	4,17	0,01
Zambézia	3,12	0,01	3,12	0,01	4,70	0,01	4,33	0,01
Tete	2,90	0,01	3,00	0,02	4,35	0,01	4,36	0,02
Manica	3,13	0,02	2,94	0,03	4,55	0,01	4,46	0,02
Sofala	3,08	0,02	2,85	0,02	4,47	0,01	4,29	0,02
Inhambane	3,29	0,04	3,41	0,04	4,41	0,02	4,14	0,03
Gaza	3,14	0,05	3,42	0,04	4,45	0,03	4,21	0,03
Maputo	2,61	0,03	3,07	0,04	3,79	0,01	3,58	0,02
Cidade de Maputo	2,66	0,04	2,64	0,06	3,66	0,02	3,37	0,04
Moçambique	3,03	0,00	3,12	0,01	4,39	0,00	4,23	0,01
JOVENS CHEFES 15-35 ANOS					ADULTOS CHEFES 36 E MAIS ANOS			
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES	
Província	Tamanho medio	Desvio padrao	Tamanho medio	Desvio padrao	Tamanho medio	Desvio padrao	Tamanho medio	Desvio padrao
Niassa	3,97	0,01	4,05	0,02	5,42	0,02	4,08	0,02
Cabo Delgado	3,87	0,01	3,84	0,02	4,73	0,01	3,73	0,02
Nampula	3,90	0,01	3,72	0,01	4,92	0,01	3,42	0,01
Zambézia	4,08	0,01	3,80	0,01	5,20	0,01	3,54	0,01
Tete	3,93	0,01	3,84	0,01	5,48	0,01	3,69	0,02
Manica	4,22	0,01	3,94	0,02	6,09	0,02	4,27	0,02
Sofala	4,10	0,01	3,80	0,02	5,94	0,02	4,18	0,02
Inhambane	4,20	0,02	3,96	0,02	5,17	0,02	3,48	0,02
Gaza	4,19	0,02	4,01	0,02	5,73	0,03	4,29	0,02
Maputo	3,58	0,01	3,48	0,02	4,94	0,01	4,02	0,02
Cidade de Maputo	3,47	0,02	3,22	0,03	5,28	0,02	4,69	0,03
Moçambique	3,96	0,00	3,81	0,01	5,25	0,00	3,82	0,00

Fonte: INE, Censo 2017.

9.1 COMPORTAMENTO SEXUAL E REPRODUTIVO DOS ADOLESCENTES E JOVENS

A juventude também pode ser caracterizada como a fase de início da actividade sexual e por vezes associada a reprodutiva de forma voluntária ou não. Dependendo das condições e do contexto em que este início é feito, a saúde e a participação dos jovens na vida produtiva do país pode ser afectada. Numa estrutura populacional jovem como a que caracteriza a população de Moçambique, há um elevado contingente de jovens que atingem a idade reprodutiva por ano. Esta tendência coloca desafios ao Estado para prover os serviços necessários para um início da vida sexual e reprodutiva, informado, consentido, livre de abuso e violência, saudável, responsável e sustentável.

O comportamento sexual e reprodutivo é melhor estudado a partir de inquéritos específicos, como são os casos dos Inquéritos Demográficos e de Saúde, que a partir de dados do censo. Por isso, a análise nesta secção irá se concentrar em dois aspectos relevantes da saúde sexual e reprodutiva, a entrada à união conjugal e o início da procriação, cujos dados são recolhidos pelo censo. No entanto, alguma referência será feita aos dados provenientes do inquérito supracitado, para melhor enquadramento dos resultados obtidos a partir do censo.

9.1. IDADE À PRIMEIRA UNIÃO

Embora o censo não inclua uma pergunta a partir da qual se pode obter a idade de entrada numa união conjugal, recolhe a informação sobre o estado civil no dia do censo que pode ser usada para calcular a idade média à primeira união. Este procedimento foi desenvolvido por Hajnal (1953). O procedimento usa as proporções das pessoas ainda solteiras, isto é, que nunca entraram em uma união para, de forma indirecta, calcular o número médio de anos passados em estado de solteiro(a), a idade média à primeira união. O resultado deste cálculo é apresentado por sexo e província no Quadro 9.1.

A idade média à primeira união é cerca de 4 anos mais tarde nos jovens do sexo masculino que nas jovens do sexo feminino e esta diferença manteve-se entre os três censos. A idade média à primeira união dos jovens a nível nacional é de cerca de 23 anos nos três censos, não mostrando, por isso, uma variação notável ao longo do tempo. O padrão provincial mostra que os jovens das províncias do norte do país entram mais cedo nas uniões, por volta dos 21 e 22 anos, e os do sul mais tarde, entre os 24 e 28 anos. A província de Maputo e a Cidade de Maputo destacam-se das restantes províncias por apresentarem idade média à primeira união mais elevada, entre 26,9 em 1997 e 28,0 anos em 2017. Outro aspecto relevante é a pequena mudança na idade à primeira união entre os três censos, que variou entre 1 e 2 anos.

No que diz respeito às jovens, em média, estas entram na primeira união por volta dos 18 a 19 anos. No entanto, ao contrário dos jovens do sexo masculino, existe maior variação provincial na idade à primeira união das jovens do sexo

feminino. Por exemplo, em 1997, a província de Nampula, apresentou a idade média mais baixa (16,0 anos) e a Cidade de Maputo a mais alta, situada nos 22,8 anos, portanto, uma diferença de 6,8 anos. Esta diferença aumentou para 7,3 anos em 2017, fruto do aumento de 1 ano na idade média de Nampula contra um aumento de 1,5 anos na Cidade de Maputo. No geral, o padrão provincial é similar ao dos jovens do sexo masculino, mas com diferenças mais pronunciadas entre as províncias. As jovens do norte do país unem-se pela primeira vez por volta dos 17 anos, as do centro entre os 18 e 19 anos e as do sul depois dos 21 anos.

Os Gráficos 9.1 e 9.2 apresentam a proporção das pessoas por sexo alguma vez unido(a)s (unido(a)s + separado(a)s/divorciado(a)s + viúvo(a)s) por idade na faixa etária jovem, dos 15 aos 35 anos. Em relação aos homens, Gráfico 9.1, nas províncias do centro e norte, as linhas que representam os três censos estão quase sobrepostas, significando que houve pouca ou nenhuma mudança. Pelo contrário, nas províncias do sul, as linhas que representam os três censos, sobretudo a que representa o censo de 2017, está mais baixa que a linha de 1997, mostrando ter havido uma diminuição da proporção de unidos e, conseqüentemente, um aumento da idade média à primeira união.

Para as jovens do sexo feminino, Gráfico 9.2, em todas as províncias, excepto na Cidade de Maputo, as linhas de 1997 e 2007 estão quase sobrepostas, mostrando pouca alteração entre os dois censos. No entanto, em quase todas as províncias, com maior destaque em Maputo e Cidade de Maputo, a linha que define o censo de 2017 está separada das restantes, mostrando uma redução na proporção de mulheres unidas e, conseqüentemente, uma subida da idade à primeira união.

Os resultados do Quadro 9.1 e dos Gráficos 9.1 e 9.2, mostram que os jovens em Moçambique, em particular as jovens do sexo feminino, passam maior parte da sua juventude em estado de união conjugal, o que pode comprometer a sua adequada preparação, através de uma maior permanência na escola, para uma vida adulta bem-sucedida. Como foi apresentado na secção 6.1, a entrada precoce na união conjugal ou o início precoce da procriação enquanto jovem vedam a possibilidade de estes prosseguirem com a sua formação, sobretudo para os níveis secundário e superior. Desta forma, para as jovens, a entrada precoce na união conjugal expõe-nas desde muito novas e por longo tempo ao risco de engravidar e produzir nascimentos, o que pode ter consequências negativas na sua saúde e a dos seus filhos, por um lado, e, por outro lado, comprometer a sua carreira estudantil e, por conseguinte, a sua vida profissional e as suas possibilidades de emancipação económica.

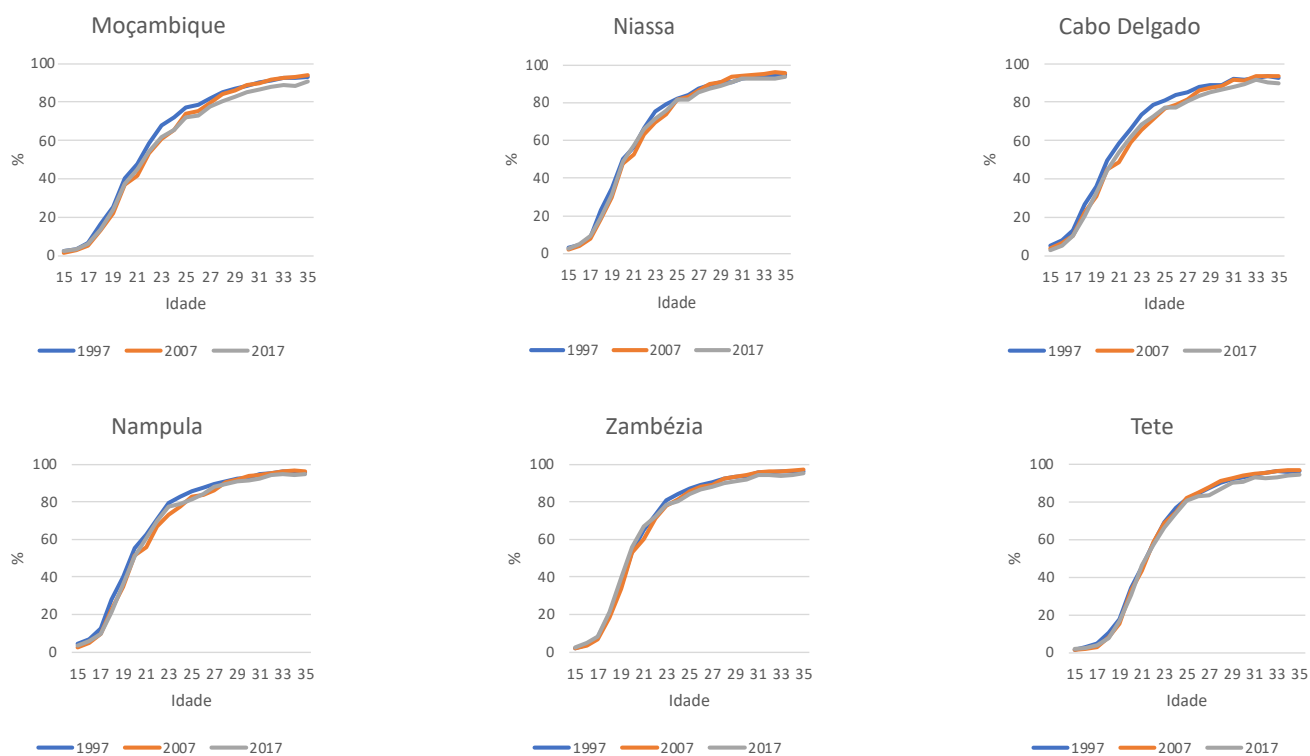
Como afirmamos acima, não é apenas a idade a entrada na união que é determinante no que ao nível e tendências da fecundidade dizem respeito. A proporção, isto é, o peso de pessoas unidas é igualmente importante. Se acima analisamos a situação no que se refere a idade a entrada na primeira união e constatamos que esta tem permanecido praticamente inalterada desde 1997, os dados sobre a percentagem de jovens unidos mostram que a tendência também é de estagnação, com a excepção habitual das províncias do sul.

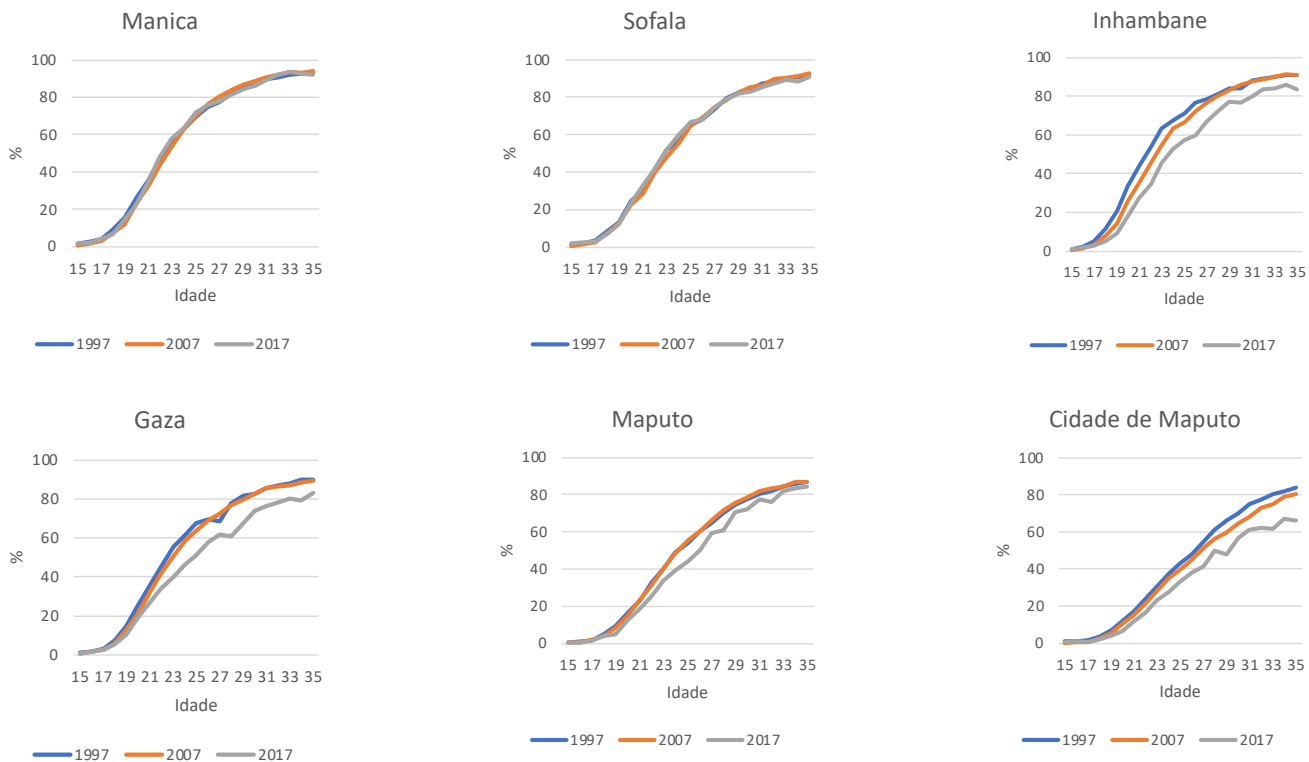
Quadro 9-1: Idade média a primeira união por sexo, segundo província, Moçambique 1997, 2007 e 2017.

	1997		2007		2017	
Província	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Niassa	21,9	16,4	22,3	16,8	21,8	17,4
Cabo Delgado	21,7	16,3	22,6	17,0	22,0	17,3
Nampula	21,2	16,0	22,0	17,1	21,4	17,0
Zambézia	21,4	17,7	21,7	17,7	21,2	17,6
Tete	22,8	18,4	22,7	18,4	22,7	18,4
Manica	24,0	18,3	24,0	18,5	23,7	18,8
Sofala	24,5	18,8	24,5	19,2	24,0	19,6
Inhambane	23,4	20,4	24,2	20,6	25,0	21,0
Gaza	24,2	20,7	24,8	20,8	25,4	21,3
Maputo	25,6	21,3	25,4	21,2	26,1	21,1
Cidade de Maputo	26,9	22,8	27,2	23,6	27,9	24,3
Moçambique	22,8	18,4	23,3	18,8	23,0	18,6

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

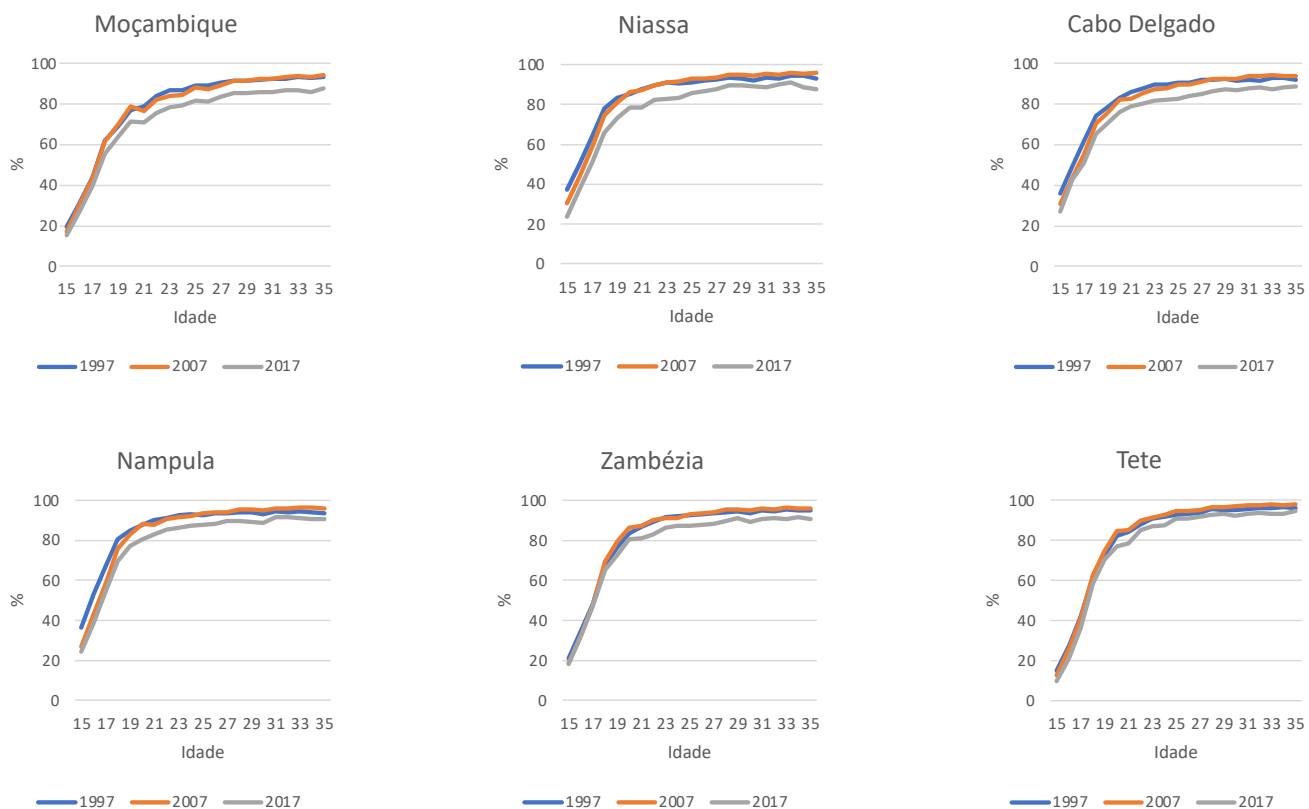
Gráfico 9-1: Distribuição percentual de homens jovens alguma vez unidos por idade segundo província, Moçambique 1997, 2007 e 2017.

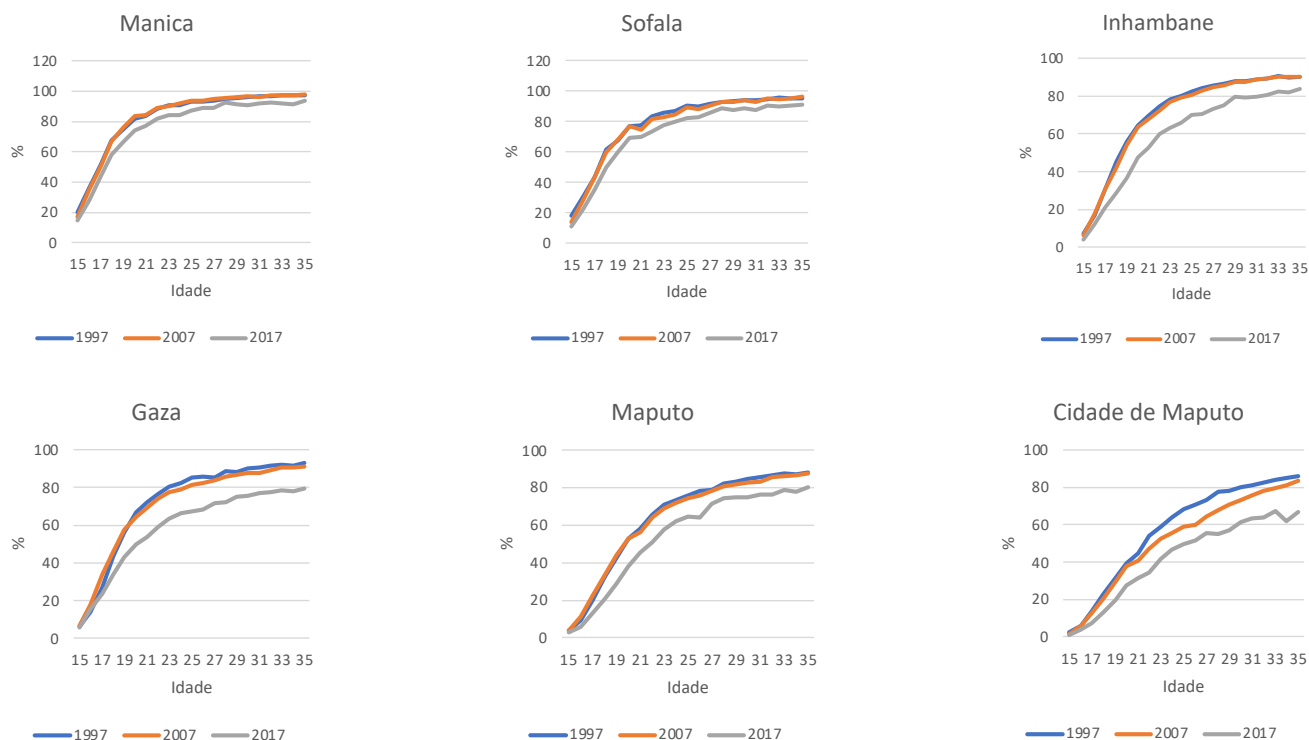




Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 9-2: Distribuição percentual de mulheres jovens alguma vez unidas por idade segundo província, Moçambique 1997, 2007 e 2017.





Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Os dados indicam que em Moçambique até aos 35 anos, mais de 95% dos jovens do sexo masculino estão unidos (maritalmente). O que é particularmente interessante é esta tendência que se pode afirmar universal do casamento, começar a se notar pouco depois dos 25 anos. A tendência de redução da percentagem de jovens unidos somente aparece de forma clara na província de Maputo e na Cidade de Maputo. Nestas províncias a proporção chega a atingir 80% e, no caso da Cidade de Maputo, os dados de 1997 mostram que se aproxima de 60%. Esta tendência é consistente com o comportamento reprodutivo desta cidade caracterizado por uma fecundidade baixa e em declínio.

As tendências em Inhambane, Gaza e Maputo mostram que a percentagem de jovens do sexo masculino (15-35 anos) unidos (maritalmente) tem vindo a decrescer tendo passado de cerca de 90% em 1997 para cerca de 80% em 2017. Em contraste, nas demais províncias os três censos mostram que cerca de 95% dos jovens (sexo masculino) tem estado na situação de unidos maritalmente. Nestas províncias além da entrada precoce na união, quase todos os jovens estão unidos.

Em relação as jovens do sexo feminino, a nível nacional, há uma tendência, ainda que incipiente, de redução da proporção das que estão unidas (maritalmente). Os dados do censo de 1997 mostravam que cerca de 95% das jovens estavam na situação de unidas. Os dados de 2017 mostram um ligeiro decréscimo passando para perto 85%. Esta tendência é observável em todas as províncias, mas com maior nitidez e magnitude nas províncias do sul, nomeadamente Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo. Especialmente na Cidade de Maputo, a redução foi considerável tendo a proporção das casadas passado de 80% em 1997 para cerca de 65% em 2017. Nas demais províncias a redução passou de níveis próximos a 95 para 85%.

A dinâmica temporal da redução da fecundidade na Cidade de Maputo é particularmente interessante pelo facto de indicar que a proporção de jovens alguma vez unidas tem estado a decrescer rapidamente. Nas demais províncias, excluindo as do sul, a proporção de jovens alguma vez unidas não mostra sinais de alteração ao longo do tempo. É entre os 17 e 19 anos que a percentagem de unidas (maritalmente) atinge mais de 80%. Esta observação é importante na medida que mostra que não é apenas uma entrada precoce na união por parte das jovens que continua sendo um desafio. A constância desta proporção nos três censos sugere que não ter ocorrido alterações importantes nos mecanismos socioculturais e factores motivacionais da entrada precoce na união.

A comparação entre sexos mostra que o padrão de entrada na união (marital) além de tardio entre os jovens do sexo masculino é um padrão com um ritmo paulatino. Isto é, há uma entrada gradual à medida que as idades aumentam. Este padrão é mais nítido nas províncias do sul do país. Pode observar-se um aumento suave a gradual da proporção de jovens unidos em todos os censos. Entre as raparigas e jovens mulheres a entrada faz-se de forma abrupta a partir dos 17 anos. Neste contexto observa-se um súbito incremento de jovens unidas a partir de 17 anos passando de menos de 20% entre os 15 anos para mais de 80% até aos 17 anos. Portanto, se até aos 15 anos mais de 80% das adolescentes estão fora da união, cerca de dois anos depois, isto é, ao atingir 17 anos apenas 20% delas continuam fora da união.

9.2 FECUNDIDADE NA ADOLESCÊNCIA

Uma das consequências de uma entrada precoce nas uniões conjugais é a elevada prevalência da fecundidade na adolescência. A pesar de um aumento relativo dos níveis de educação, o início da procriação ainda ocorre muito

cedo em Moçambique, em parte devido ao início precoce da actividade sexual (idade mediana de 16 anos) e baixo uso de métodos de prevenção de gravidezes indesejadas (Arnaldo, Frederico e Dade 2014).

A fecundidade na adolescência é um problema com implicações estruturais e sistémicas. O início precoce da reprodução está associado com uma elevada incidência de problemas na saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Por outro lado, a maternidade precoce pode ter implicações negativas na educação das jovens mães o que, por seu lado, pode levar a limitada capacidade de inserção no mercado laboral e consequente dependência económica.

Níveis elevados de fecundidade na adolescência podem ser indicativos de desafios relacionados com limitado acesso a serviços de saúde e sobretudo acesso limitado a informação e meios diversificados de contracepção. Práticas socioculturais discriminatórias contra a rapariga que podem levar ao abandono precoce da educação e entrada precoce na união também contribuem para elevada incidência da fecundidade na adolescência.

O Quadro 9.2 apresenta a idade média a primeira união comparada com a idade média ao primeiro filho, calculada a partir das proporções das mulheres que ainda não têm filhos, seguindo o mesmo procedimento da idade média à primeira

Quadro 9-2: Idade média à primeira união e ao primeiro filho por província, Moçambique 1997, 2007 e 2017.

	1997		2007		2017	
PROVÍNCIA	UNIÃO	1º FILHO	UNIÃO	1º FILHO	UNIÃO	1º FILHO
Niassa	16,4	18,4	16,8	17,9	17,4	18,3
Cabo Delgado	16,3	19,0	17,0	18,1	17,3	17,8
Nampula	16,0	17,5	17,1	18,0	17,0	17,9
Zambézia	17,7	18,8	17,7	18,5	17,6	18,4
Tete	18,4	19,7	18,4	18,8	18,4	19,2
Manica	18,3	19,8	18,5	19,7	18,8	19,6
Sofala	18,8	19,8	19,2	20,1	19,6	20,3
Inhambane	20,4	19,5	20,6	19,7	21,0	19,9
Gaza	20,7	20,9	20,8	20,6	21,3	20,6
Maputo	21,3	20,3	21,2	20,6	21,1	21,4
Cidade de Maputo	22,8	21,2	23,6	22,4	24,3	23,0
Moçambique	18,4	19,2	18,8	19,2	18,6	19,3

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

união. Os dados mostram que tanto a idade média a entrada da união assim como ao nascimento do primeiro filho não tem estado a experimentar alteração substancial. Em 1997 a idade média a entrada na união era de 18,4 tendo passado para 18,8 em 2007 e finalmente 18,6 em 2017. Durante o mesmo período a idade média ao nascimento do primeiro filho passou de 19,2 em 1997 para 19,3 em 2017 depois de ter permanecido inalterada em 2007 com 19,2 anos. Como afirmamos, há razões de vária ordem para esta situação e as consequências tem um carácter estrutural no que a condição da rapariga diz respeito.

As disparidades provinciais mostram um claro desnível entre o norte e o centro. Se para as 4 províncias do sul, nomeadamente, Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo as idades médias a entrada na união e ao nascimento do primeiro filho estão próximo dos 20 anos. Regra geral, as idades são superiores aos 20 anos chegando aos 24,3 anos (idade média a união em 2017) e 23 (idade média ao nascimento do primeiro filho) na Cidade de Maputo. Nas províncias do norte e centro, dificilmente as idades médias a entrada na união e ao nascimento do primeiro filho superam os 20 anos. Embora ao nível das províncias do norte se observe que a idade média a entrada na união tenha

aumentado em pelo menos 1(um) ano entre 1997 e 2017, com províncias como Niassa a passando de 16,4 para 17,4 anos a idade média ao nascimento do primeiro filho, não se alterou de forma significativa entre 1997 e 2017 em todas províncias do norte e centro.

Comparando a idade média à primeira união e aquela ao primeiro filho, nota-se que nas províncias do centro e norte, a idade ao primeiro filho é consistentemente maior que a idade à primeira união. Pelo contrário, nas províncias do sul, a idade média ao primeiro filho é menor que a idade média à primeira união, significando que nesta região, as mulheres têm o primeiro filho antes de entrarem em alguma união conjugal. Isto pode refletir o facto de a união ser tardia, o que faz com que o período de exposição (período entre o início da actividade sexual e a união) para uma gravidez antes da união seja maior nesta região.

A diferença entre a idade média a entrada na união e a idade média ao nascimento do filho é uma aspecto que merece atenção do ponto de vista de comparação entre as províncias. Entre as províncias do norte e centro o padrão mostra que o primeiro nascimento é precedido da entrada na união. Assim, para províncias como Niassa, Cabo Delgado e Nampula a

Quadro 9-3: Distribuição percentual de adolescentes de 15-19 anos por número de filhos segundo província, Moçambique 2007 e 2017.

TOTAL												
	2007-Adolescentes por número de filhos (%)				Total		2017-Adolescentes por número de filhos (%)				Total	
PROVÍNCIA	0	1	2	3 ou +	%	Nº de casos	0	1	2	3 ou +	%	Nº de casos
Niassa	57,1	27,3	10,1	5,5	100,0	5 444	63,1	25,6	7,9	3,3	100,0	9 400
Cabo Delgado	58,5	27,8	9,5	4,2	100,0	7 909	58,2	28,4	9,9	3,5	100,0	11 611
Nampula	61,1	24,9	9,3	4,8	100,0	18 319	63,3	24,2	8,4	4,0	100,0	29 091
Zambézia	64,6	22,8	8,3	4,3	100,0	17 405	66,9	22,7	7,4	3,0	100,0	28 406
Tete	71,3	21,0	5,7	2,0	100,0	8 830	74,4	19,6	4,4	1,6	100,0	14 192
Manica	70,2	21,6	6,1	2,1	100,0	8 061	73,9	20,0	4,8	1,3	100,0	11 244
Sofala	71,1	20,4	6,1	2,3	100,0	8 557	76,7	17,7	4,3	1,4	100,0	13 576
Inhambane	79,2	21,8	4,1	0,9	106,0	6 754	79,2	17,6	2,5	0,7	100,0	8 438
Gaza	78,1	18,5	2,7	0,7	100,0	6 308	79,4	17,8	2,4	0,4	100,0	8 233
Maputo	78,7	18,0	2,8	0,6	100,0	6 535	85,5	13,0	1,1	0,4	100,0	10 865
Cidade de Maputo	84,0	14,0	1,7	0,3	100,0	6 545	88,9	9,8	1,0	0,3	100,0	6 360
Moçambique	68,3	22,1	6,7	3,0	100,0	100 667	71,1	20,9	5,8	2,3	100,0	151 416

URBANA												
	2007-Adolescentes por número de filhos (%)				Total		2017-Adolescentes por número de filhos (%)				Total	
PROVÍNCIA	0	1	2	3 ou +	%	Nº de casos	0	1	2	3 ou +	%	Nº de casos
Niassa	59,3	26,9	9,2	4,6	100,0	1 450	68,8	22,8	6,3	2,1	100,0	2 609
Cabo Delgado	60,1	28,2	8,8	2,8	100,0	2 019	65,7	24,8	7,2	2,3	100,0	3 067
Nampula	66,6	23,0	7,5	2,9	100,0	6 309	70,9	20,2	6,2	2,7	100,0	10 267
Zambézia	68,0	22,2	6,5	3,3	100,0	3 761	72,3	19,3	6,3	2,1	100,0	5 652
Tete	72,4	22,0	4,5	1,1	100,0	1 404	79,6	16,1	3,0	1,2	100,0	2 921
Manica	68,3	23,7	6,2	1,8	100,0	2 295	78,1	16,7	3,9	1,2	100,0	3 876
Sofala	74,5	19,6	4,8	1,2	100,0	3 752	81,0	14,9	3,2	0,9	100,0	5 503
Inhambane	77,7	17,7	4,1	0,5	106,0	1 833	84,7	13,4	1,6	0,3	100,0	2 582
Gaza	81,2	16,5	2,0	0,3	100,0	1 890	83,6	14,2	2,0	0,2	100,0	2 644
Maputo	81,0	16,1	2,4	0,5	100,0	4 683	88,0	10,8	0,9	0,3	100,0	7 364
Cidade de Maputo	84,0	14,0	1,7	0,3	100,0	6 545	88,9	9,8	1,0	0,3	100,0	6 360
Moçambique	73,6	19,9	4,9	1,6	100,0	35 941	78,6	16,2	3,8	1,3	100,0	52 845

RURAL												
	2007-Adolescentes por número de filhos (%)				Total		2017-Adolescentes por número de filhos (%)				Total	
PROVÍNCIA	0	1	2	3 ou +	%	Nº de casos	0	1	2	3 ou +	%	Nº de casos
Niassa	56,3	27,4	10,4	5,9	100,0	3 994	61,0	26,7	8,5	3,8	99,9	6 791
Cabo Delgado	57,9	27,7	9,8	4,6	100,0	5 890	55,5	29,7	10,9	4,0	100,0	8 544
Nampula	58,2	25,8	10,2	5,8	100,0	12 010	59,2	26,4	9,7	4,7	100,0	18 824
Zambézia	63,6	22,9	8,8	4,6	100,0	13 644	65,6	23,5	7,6	3,3	100,0	22 754
Tete	71,1	20,8	6,0	2,2	100,0	7 426	73,0	20,6	4,8	1,7	100,0	11 271
Manica	70,9	20,8	6,1	2,2	100,0	5 766	71,7	21,7	5,3	1,3	100,0	7 368
Sofala	68,5	21,1	7,2	3,2	100,0	4 805	73,8	19,6	5,0	1,7	100,0	8 073
Inhambane	71,4	23,3	4,1	1,1	106,0	4 921	76,7	19,5	3,0	0,9	100,0	5 856
Gaza	76,8	19,4	2,9	0,8	100,0	4 418	77,4	19,5	2,6	0,5	100,0	5 589
Maputo	72,8	22,6	3,7	0,9	100,0	1 852	80,5	17,6	1,5	0,5	100,0	3 501
Cidade de Maputo												
Moçambique	65,3	23,4	7,7	3,7	100,0	64 726	67,1	23,3	6,8	2,8	100,0	98 571

Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

idade média ao nascimento do primeiro filho é geralmente 1 ano a mais que a idade a entrada na união. Isto sugere que os nascimentos têm lugar dentro dum contexto marital que além de ser precoce culmina com nascimentos precoces. Tais nascimentos estendem-se por todo o período reprodutivo da mulher que tendo entrado precocemente na união e usando todo o seu período reprodutivo, inevitavelmente, tende a culminar com uma elevada fecundidade. Este padrão também é típico das províncias do centro com a idade média ao nascimento do primeiro filho a ser menor que a idade média a entrada na união. Em contraste nas províncias do sul a idade média ao nascimento do primeiro filho tende a ser menor que a idade média a entrada na união. Por exemplo, na Cidade de Maputo, a idade média ao nascimento do primeiro filho em 1997 era de 21,2 sendo a idade média a entrada na união de 22,8. Em 2007 a idade média ao primeiro nascimento era de 22,4 sendo a idade a entrada na união de 23,6 e, finalmente, em 2017 enquanto a idade ao primeiro nascimento era de 23 anos a idade a entrada na união era de 24,3 anos. Esta disparidade sugere que os nascimentos podem ser pré-maritais ou que na definição de união marital haja outras formas de uniões (maritais) que não sendo reconhecidas são os contextos onde os nascimentos têm lugar. Este padrão de nascimentos pré-maritais é observado em todas as províncias do sul do país. Uma possível explicação é o facto de além de gravidezes não-planeadas as uniões e/ou casamentos nestas províncias só terem lugar mediante o pagamento do lobolo. Nessas circunstâncias tem sido observado que há adolescentes e jovens que tendo concebido podem coabitar, mas somente se unirão ou casarão uma vez que o lobolo for devidamente pago a família da noiva.

A fecundidade na adolescência sugere que a situação é um dos maiores desafios do país. Em 2007 cerca de 22,1% das adolescentes já eram mães de pelo menos um filho e em 2017 a percentagem situava-se em torno de 20,9%. Entre a população adolescente residente nos espaços urbanos cerca de 19,9% já eram mães de pelo menos um filho em 2017 tendo a percentagem passado para 16,2%. É no contexto rural que o problema parece ser ainda mais preocupante. Aqui de 2007 para 2017 não se observa alguma mudança a percentagem das adolescentes com pelo menos um filho manteve-se e 23%.

Por província, a fecundidade na adolescência é um desafio ainda maior nas províncias do norte e centro que no sul. Enquanto nas províncias do norte entre 1/4 e 1/5 das adolescentes já são mães pelo menos de 1 filho, se adicionadas a aquelas que já são mães de dois ou mais filhos a percentagem de mães adolescentes nestas províncias chega a situar-se entre 40% a 45% quer no censo de 2007 assim como no de 2017. Para as províncias do sul a percentagem de adolescentes mães com um ou mais filhos situa-se em torno de 20%, reduzindo-se ainda mais até 15% na Cidade de Maputo.

As disparidades entre o rural e urbano mostram dois aspectos particularmente importantes. O primeiro é o facto de ser nos espaços urbanos onde houve alguma redução dos índices de fecundidade na adolescência embora as disparidades por província se mantenham inalteradas. O segundo é uma redução assinalável do número de adolescentes com 2 e sobretudo com 3 filhos entre 2007 e 2017, sobretudo no meio rural. Em 2007 cerca de 7,7% das adolescentes no meio rural tinham 2 filhos e em 2017 esta percentagem reduziu para 6,8%. Entre aquelas que tinham 3 filhos ou mais a percentagem passou de 3,7% em 2007 para 2,8% em 2017. Apesar destas mudanças a situação da maternidade precoce ainda é preocupante pelo facto de 30% das adolescentes moçambicanas já serem mães. Independentemente das razões, as consequências desta situação são estruturais no que ao desenvolvimento do país diz respeito.

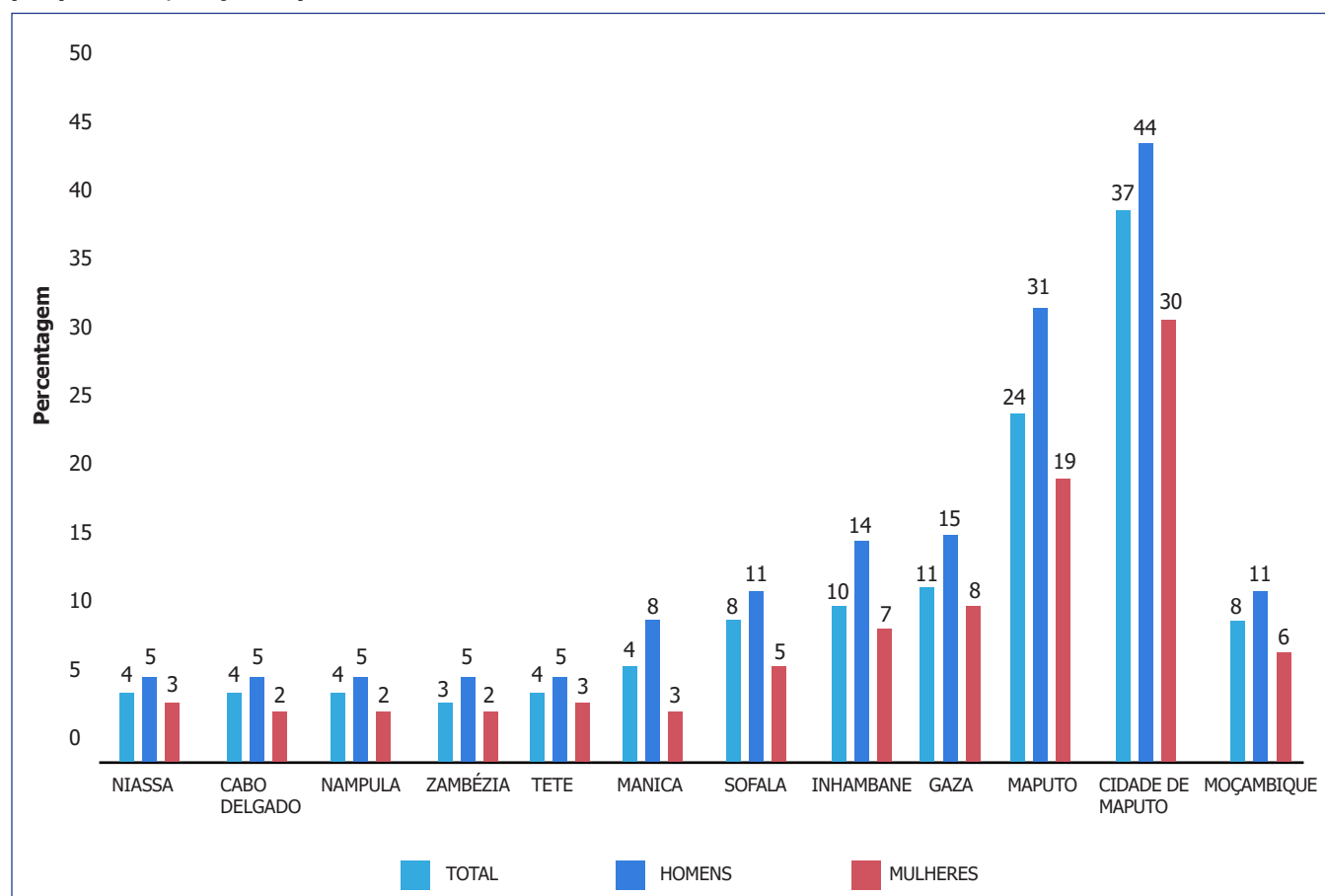
10. OS JOVENS E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

10.1. USO DE COMPUTADOR

O acesso as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) é essencial na sociedade actual. Tanto no ensino como no mercado laboral, o acesso e o domínio das TICs constitui uma ferramenta que abre oportunidades para a juventude ter acesso ao conhecimento, formação e informação e participar na construção da nação moçambicana como está estabelecido na PJ. O censo de 2017 incluiu algumas questões sobre acesso e uso de TICs. Os seus resultados mostram que o acesso as TICs pelos jovens ainda é muito limitado em Moçambique. Como ilustra o Gráfico 10.1, a proporção média dos jovens que afirmaram ter usado um computador nos últimos 3 meses antes do censo, foi de apenas 8%, sendo 11% para jovens do sexo masculino e 6% para os do sexo feminino.

As disparidades por província mostram um padrão assimétrico entre as províncias e entre jovens do sexo masculino e os do sexo feminino, com desvantagem para os últimos. Enquanto nas províncias do Sul do país, nomeadamente, Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo, a média de usuários foi superior a 10%, chegando aos 24% em Maputo e 37% na Cidade de Maputo, nas províncias do centro e norte, especificamente Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, em média, menos de 5% do total dos jovens reportaram ter usado um computador no período de referência. Considerando a tendência actual do crescimento da população jovem, incluindo as projecções acima discutidas, que mostram um rápido e consistente aumento deste grupo populacional nas províncias das regiões centro e norte, estes dados sobre o uso de TICs, especificamente do uso do computador, podem ser preocupantes. Estes dados sugerem que onde há maior concentração de população jovem em termos de números absolutos e onde se espera que esta população continue a crescer de forma acelerada, há, também, maior privação de oportunidades para estes jovens desenvolverem as suas potencialidades e se inserirem na economia moderna.

Gráfico 10-1: Distribuição percentual de jovens que usaram computador nos últimos três meses antes do censo por província, Moçambique 2017.



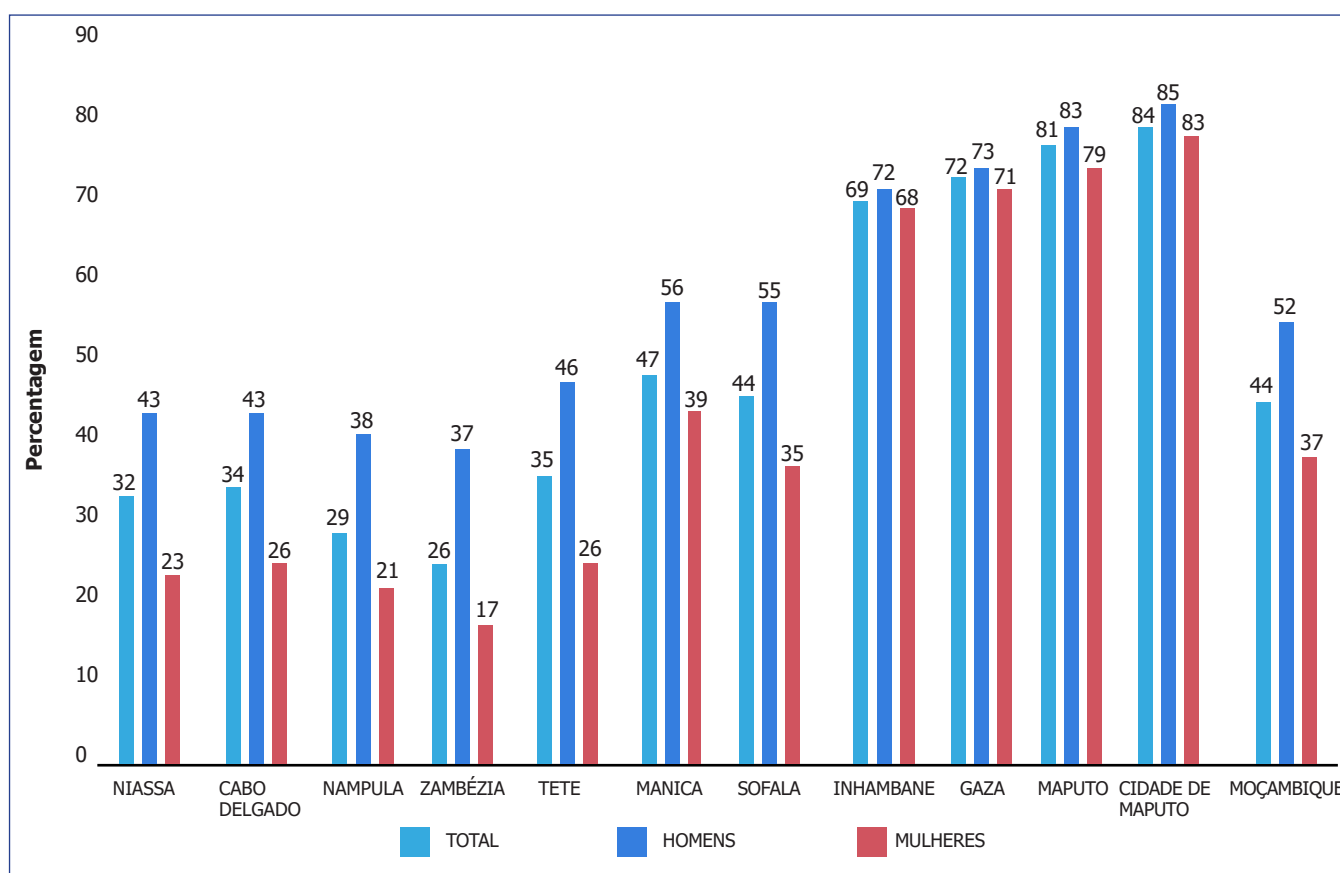
Fonte: INE, Censo 2017.

10.2. ACESSO A CELULAR

Outra dimensão importante no acesso as TICs pode ser mensurada analisando a posse de celular. Entretanto, os dados do censo não indicam a natureza do celular, isto é, se são celulares com capacidades e funcionalidades que permitem a transmissão de dados (permitem usar internet) ou sem estas funcionalidades. Apesar desta ambiguidade de considerável relevância, em média, 44% (52% entre os do sexo masculino e 37% dos do sexo feminino) dos jovens declararam possuir celular. Tal como sucede com o uso de computador, é entre a população jovem das províncias do sul que a média de usuários é mais alta, variando de 72% em Inhambane a 84% na Cidade de Maputo. A posse destes dispositivos é, em média, mais baixa nas províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula. Nestas, em média, apenas um terço da população jovem tem celular.

Estas desigualdades podem ter efeitos consideráveis no desenvolvimento da juventude. Por um lado, tem-se um cenário de exclusão onde a juventude não pode interagir com a flexibilidade necessária em termos de comunicação quer seja no domínio da formação académica quer no campo profissional. Por outro lado, a privação do acesso ao celular pode significar acesso limitado a oportunidades de informação e comunicação de vária ordem. A título ilustrativo tem-se os serviços de transação em moeda eletrónica que são cada vez mais relevantes na dinamização das economias locais e nas oportunidades que abrem para acesso a recursos financeiros.

Gráfico 10-2: Distribuição percentual de jovens que têm celular por província, Moçambique 2017.



Fonte: INE, Censo 2017.

10.3. ACESSO A INTERNET

A posse de computador e/ou celular não implica necessariamente o acesso a internet. Nesse sentido, para, de forma consistente, analisar o acesso a internet convém prestar atenção a questão do uso da internet independentemente do dispositivo. Os dados mostram que em Moçambique 13% dos jovens (16% dos do sexo masculino e 10% dos do sexo feminino) usaram a internet. As assimetrias por províncias são muito pronunciadas, sobretudo entre as províncias do sul e as do norte. Entre as províncias do sul, nomeadamente, Maputo e Cidade de Maputo, em média, 39% e 53% dos jovens usam a internet, respectivamente. No caso das restantes províncias do Sul, isto é, Inhambane e Gaza, a percentagem média de jovens usuários oscila entre 16% e 18% respectivamente.

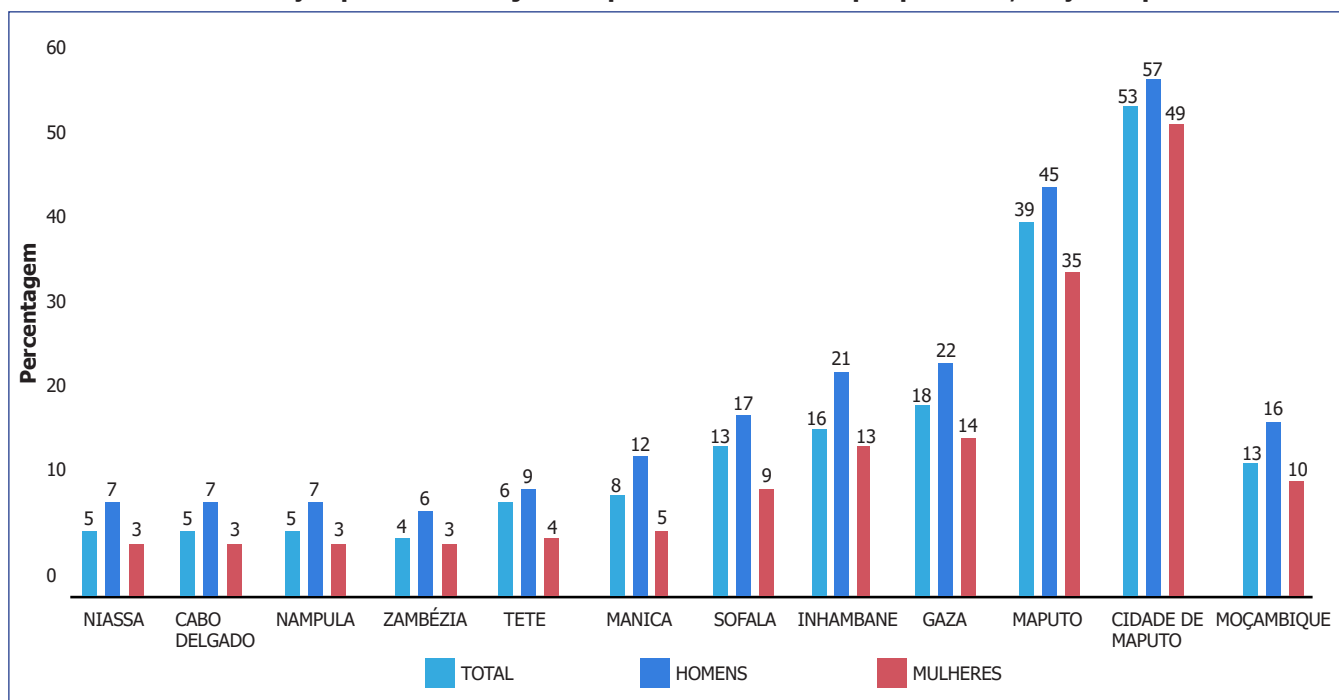
Nas províncias do norte, Niassa, Cabo Delgado e Nampula, em média, 5% dos jovens usaram internet. Estas disparidades são consistentes com as disparidades anteriores e mostram o mesmo padrão de assimetrias por província. As implicações que acima mencionamos também devem ser enfatizadas neste caso do uso da internet. A privação no uso deste recurso pode ter consequências no aumento dos níveis de exclusão digital que se pode tornar social, económica e até mesmo política. Reduzir ou mesmo eliminar a exclusão digital dos jovens é desafio que deve ser prioritário. A capacidade de sociedade e da economia Moçambicana de se afirmar e competir no mundo actual é e será determinada pelo acesso e pela capacidade de domínio das TICs por parte da sua população e sobretudo da população jovem. Mais do que o

desafio de expandir o acesso e melhorar a qualidade do ensino em geral, coloca-se, também, o desafio de acompanhar e possivelmente participar e até influenciar a evolução das TICs, deixando de ser meros usuários passando a ter capacidade de moldar o uso e evolução das TICs.

A maior parte da juventude moçambicana que acede a internet o faz por meio de celulares (67%). Apenas 15% acede a internet através do computador ou tablet e 17% o

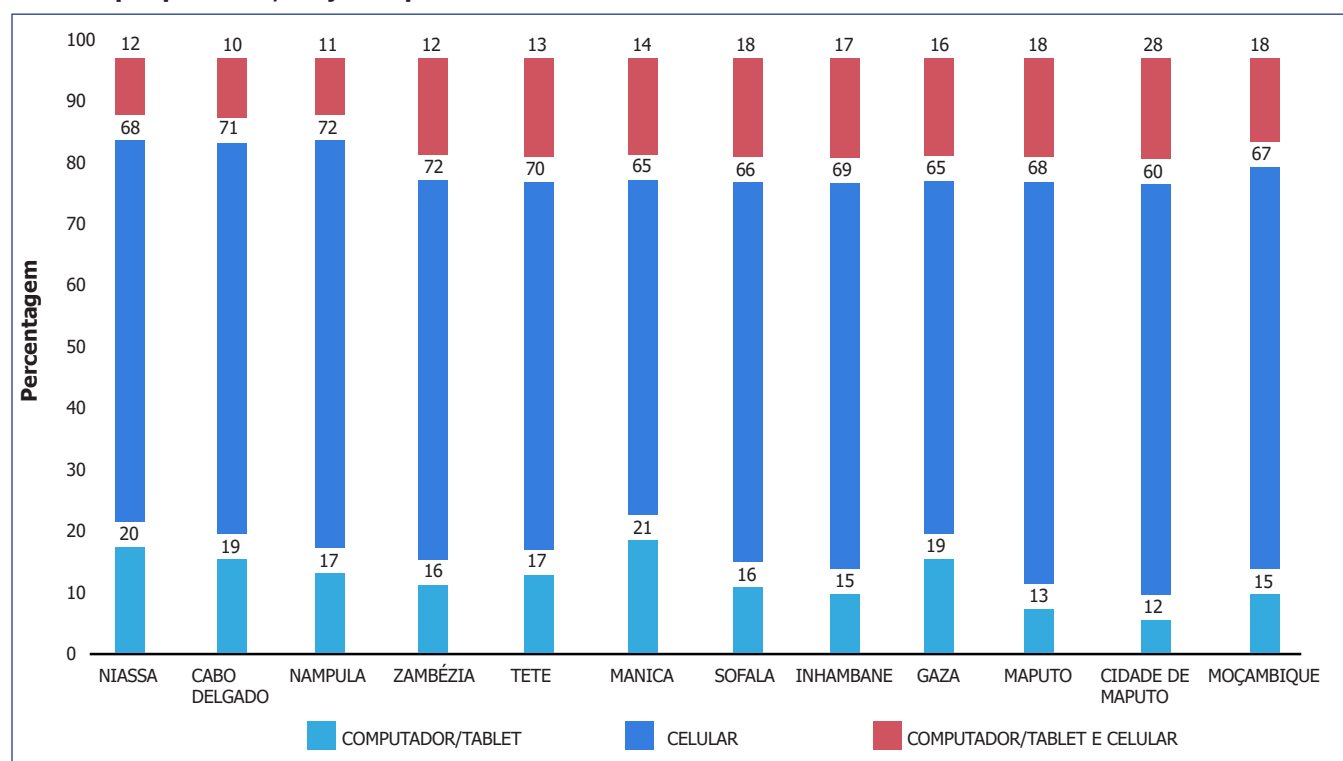
faz combinando todos os demais meios. O meio de acesso a internet é fundamental em termos do uso potencial que se pode fazer da internet. Um acesso a partir dos celulares não permite executar operações de forma confortável e em alguns casos há funcionalidades que podem ser inacessíveis a partir do celular. As disparidades por província não mostram padrões de assimetrias muito pronunciadas. Em todas elas o acesso a internet é assegurado pelos celulares.

Gráfico 10-3: Distribuição percentual de jovens que usaram internet por província, Moçambique 2017.



FONTE: INE, CENSO 2017.

Gráfico 10-4: Distribuição percentual de jovens que usaram internet segundo o meio com que acederam a internet por província, Moçambique 2017.



Fonte: INE, Censo 2017.

11. INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O objectivo deste estudo era traçar a situação socioeconómica da juventude em Moçambique, que compreende cerca de 9,4 milhões de pessoas em 2017, cerca de um terço de toda a população. A dinâmica demográfica recente, caracterizada por um aumento da sobrevivência das crianças e manutenção de níveis elevados de fecundidade dita que um número cada vez maior entre na idade jovem, fazendo com que esta camada populacional cresça a uma taxa de média anual superior a 2,5%. Este ritmo está projetado a reduzir para cerca de 2% ao ano em 2050, quando esta camada populacional atingir cerca de 21 milhões de habitantes.

O crescimento relativamente acelerado da população jovem traz desafios para o país no que concerne à provisão de serviços básicos que possam permitir uma adequada preparação e participação efectiva dos jovens no processo de desenvolvimento social e económico. Os resultados deste estudo mostram que a pesar de melhorias registadas nos últimos anos, em 2017, cerca de um terço (31,5%), correspondentes a cerca de 3 milhões, dos jovens eram analfabetos. Cerca de 25% não tinham concluído nenhum nível de ensino, 18% tinham conseguido concluir um nível acima do primário e apenas 1,5% o ensino superior. Estes resultados mostram que o aumento em tamanho da população jovem não está a ser acompanhado pela cobertura educacional suficiente face a demanda existente, fazendo com que a população jovem cresça analfabeta, afectando as suas perspectivas futuras de enquadramento no mercado de trabalho.

Registam-se desigualdades geográficas e de género na educação dos jovens. A desigualdade de género é reduzida nos níveis elementares de ensino, mas continua relativamente elevada nos níveis mais elevados de ensino (secundário e superior), o que compromete os esforços de emancipação da mulher sobretudo nas províncias do norte e centro do país e entre as comunidades mais empobrecidas. Em termos geográficos, os jovens das províncias do sul do país apresentam níveis de educação e desigualdades de género na educação menos expressivas que as províncias do centro e norte do país.

O acesso ao emprego ainda é um dos maiores desafios da juventude moçambicana, em particular entre as jovens do sexo feminino. Isto resulta da pouca competitividade dos jovens devido as suas baixas qualificações e a limitada capacidade institucional de promover um crescimento económico que responda aos desafios actuais relacionados com o rápido crescimento populacional. Para muitos jovens (85% em 2017) a alternativa tem sido o emprego informal e vulnerável (trabalho por conta própria), e no caso das jovens o trabalho doméstico que para a maioria delas não é remunerado. As disparidades por província mostram que o sul é relativamente melhor que o centro e norte no que a oferta e qualidade de emprego diz respeito.

A condição da juventude moçambicana ainda é precária em relação a sua situação profissional combinada com a sua situação educacional, também designada por NEET (não está no emprego, nem na escola ou formação profissional). Cerca de 1/3 dos jovens moçambicanos estão na condição de NEET e esta percentagem registou um aumento de 20% em 1997 para 33% em 2017. Em termos absolutos, o aumento foi de 1,1 para 3,0 milhões de jovens nesta condição de NEET. A situação é mais grave nas províncias do norte e centro do país onde se encontram cerca de 80% dos 3 milhões de jovens nessa condição e afecta mais jovens do sexo feminino que masculino. Se a tendência não for revertida há potencial para aparecimento de jovens frustrados por não estarem envolvidos em qualquer actividade educacional ou produtiva lícita. Estes podem ser aliciados para o mundo do crime ou por iniciativa própria ou de terceiros serem instrumentalizados para desenvolver actividades criminosas e de desestabilização social.

Os jovens desempenham diversos papéis no seio do agregado familiar, desde o de filho(a) é ao de chefe de agregado quer seja nuclear ou alargado, com ou sem filhos, e, por conseguinte, as suas responsabilidades dos jovens variam. Os dados mostram que a maior parte dos jovens encontram-se na condição de chefe de agregado de família alargada (masculino) ou de esposa (feminino), isto é, em ambos casos já estão unidos (maritalmente). Isto é consistente com maternidade precoce e elevada proporção de jovens unidos. As disparidades por província mostram que nas províncias do norte e centro a proporção de jovens chefiando agregados familiares e/ ou esposas é relativamente mais alta que no sul.

A entrada precoce na união está associada com baixos níveis de literacia sobretudo entre as jovens. A maior parte das jovens unidas não frequentou nem concluiu os níveis de ensino mais avançados como o secundário e superior cujo papel emancipatório é mais substancial. A maternidade precoce, geralmente uma causa ou consequência directa do casamento precoce também tem implicações negativas no acesso a educação sobre tudo entre as jovens fechando-se assim um ciclo vicioso entre casamento precoce, maternidade precoce e falta de acesso ao ensino. Este cenário é particularmente crítico nas províncias do norte do país. Nestas províncias a idade média a entrada na união é consideravelmente mais baixa que nas do sul, e não experimentou alterações substanciais entre 1997 e 2017.

Além de uniões e da maternidade precoce, os dados do censo mostram que 95% dos jovens (15-35 anos) independentemente do género encontram-se na situação de unidos (maritalmente). Embora entre os jovens residentes nas províncias do sul do país haja uma tendência de redução na proporção em ambos género (mais pronunciada entre as jovens do sexo feminino) para as províncias do norte os dados mostram uma tendência estática em relação a proporção de jovens (15-35 anos) unidos (maritalmente). Estas constatações são consistentes com os níveis e as tendências da fecundidade na adolescência. Se, por um lado,

cerca de 1/5 dos adolescentes /15-19 anos) já são mães, por outro lado, entre as províncias do sul em relação as do centro e norte notam-se grandes assimetrias no que a maternidade na adolescência diz respeito. Enquanto no sul há tendência de redução do fenómeno, no centro e norte a situação é contrária.

A mobilidade da população jovem é mais pronunciada do rural (em geral províncias no norte e centro) para o urbano (províncias do sul) e sobretudo entre os jovens do sexo masculino. Trata-se de êxodo rural sistemático, porém de magnitude relativamente fraca. Esta tendência observa-se mesmo entre as províncias do sul onde observam-se saldos migratórios negativos. Entretanto nestes casos pode-se associar também a migração internacional com destino a República da África do Sul.

As competências digitais dos jovens moçambicanos são baixas, pois, apenas 8% teve acesso a um computador, 44% tem celular e 13% tem acesso a internet. Se estas tendências não forem revertidas, para além de menos escolarizada a juventude moçambicana fará parte dos excluídos da era digital, tornando-os menos competitivos num mundo cada vez mais digitalizado.

12. IMPLICAÇÕES DE POLÍTICAS

Os resultados aqui apresentados tem implicações de política importantes. O facto de a população estar a aumentar a ritmos acelerados implica que as necessidades desta camada populacional deverão estar no centro das políticas de desenvolvimento do país. Essas políticas terão que ter atenção ao rápido crescimento, sobretudo ao facto de estar a crescer com baixos níveis de escolaridade. Assim, investir na formação dos jovens enquanto dimensão do capital humano e competitivo (conhecimento relevante para contexto nacional e a criação de oportunidades (curto prazo) e iniciativas para redirecionar os jovens que não tem formação ou que estejam fora do ensino para formação e inserção no mercado de trabalho, tornam-se relevantes.

A satisfação das necessidades da juventude moçambicana hoje é um aspecto importante para o futuro demográfico e económico do país. Para que no futuro esta camada não se converta ela mesma na fonte de mais crescimento demográfico acelerado, os jovens de hoje devem ser providenciados com serviços de saúde e educação abrangentes e de qualidade ao mesmo tempo que oportunidades de inserção no mercado laboral sejam garantidas. Jovens com acesso a serviços compreensivos e de qualidade sobre saúde sexual e reprodutiva, com níveis de educação relevante (por exemplo ensino secundário e técnico profissional) e com empregos decentes, dignos e seguros poderão contribuir para reduzir a fecundidade, aliviando dessa forma a pressão demográfica.

O crescimento rápido da população jovem tem tido consequências em termos de pressão sobre o acesso ao mercado de trabalho que tem culminado com um grande número de jovens que não estão nem a estudar nem a trabalhar. Este número de jovens em situação de NEET precisa ser o foco das políticas públicas criativas e sustentáveis no domínio da formação profissional e emprego pelo potencial que tem de se tornar num contingente de jovens frustrados por não se sentir inseridos na sociedade.

Outros aspectos que devem ser objectos de políticas públicas são as desigualdades geográficas e de género. As desigualdades provinciais no crescimento absoluto e relativo dos jovens, na educação e na saúde sexual e reprodutiva persistem e têm tendência a agravar, com as regiões centro e norte, que albergam a grande porção da população jovem ter menor acesso a serviços sociais básicos como educação e saúde que a sua contraparte da região sul do país.

Em particular destaque estão as questões relacionadas com o casamento e maternidade precoces. Os jovens moçambicanos, sobretudo os do sexo feminino, passam grande parte da sua juventude em estado de união conjugal e/ou de paternidade/maternidade, o que pode comprometer a sua adequada preparação, através de uma maior permanência na escola, saúde e uma vida profissional bem-sucedida na fase adulta. Estes fenómenos afectam sobretudo a rapariga porque obrigam-na a abandonar definitivamente ou temporariamente a escola e a hipotecar o seu futuro profissional e emancipação económica, para além das consequências negativas associadas com a gravidez precoce na adolescência. O empoderamento das raparigas através de uma educação sexual robusta e garantia de permanência na escola das raparigas que eventualmente possam estar grávidas, poderá fazer a diferença na preparação dos jovens e permitir um enquadramento mais adequado no mercado de trabalho. As desigualdades territoriais também são visíveis no domínio da saúde sexual e reprodutiva. A população jovem no norte e centro do país tende a iniciar a actividade sexual mais cedo, num contexto de menor acesso aos métodos contraceptivos, o que culmina com o início da procriação mais cedo.

13. REFERÊNCIAS

- Arnaldo, Carlos, Monica Frederico e Abdulai Dade. 2014. Tendências e Factores Associados à Maternidade Precoce em Moçambique. in Boaventura M. Cau e Carlos Arnaldo (eds.), *Adolescentes e Jovens em Moçambique: Uma Perspectiva Demográfica e de Saúde*. Maputo: Centro de Pesquisa em População e Saúde.
- Arnaldo, Carlos, Ana Paula Verona, Matheus Menezes, Rogers Hansine e Paula Miranda-Ribeiro. 2022. Estudo B: Fecundidade e Nupcialidade. Estudos Temáticos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de Moçambique, 2017. Maputo: ICON-INSTITUT Public Sector GmbH & Centro de Análise de Políticas (CAP) - Universidade Eduardo Mondlane.
- Assembleia da República. 2008. Resolução nº 2/2008 de 30 de Maio, que ratifica a Carta Africana da Juventude. Maputo.
- Canning, David e T. Paul Schultz. 2012. The economic consequences of reproductive health and family planning, *The Lancet*, 380: 165-71.
- Cleland, John. 2012. 'Will Africa Benefit from a Demographic Dividend'. Health & Education Advice & Resource Team. www.heart-resources.org.
- CNJ e MJD. 2013. Declaração de Rapale: 3º Encontro Nacional da Juventude. Maputo: Ministerio da Juventude e Desportos.
- Comissão da União Africana. 2006. Carta Africana da Juventude., edited by Comissão da União Africana. Banjul (Gâmbia).
- Comité de Conselheiros. 2003. Agenda 2025: Visão e Estratégias da Nação., 180. Maputo.
- Conselho de Ministros. 2014. Estratégia de Implementação da Política da Juventude. 81. Maputo.
- Contini, Dalit, Marianna Filandri e Lia Pacelli. 2019. Persistency in the NEET state: a longitudinal analysis, *Journal of Youth Studies*, 22: 959-80.
- Cuaresma, J. C., W. Lutz e W. Sanderson. 2014. Is the Demographic Dividend an Education Dividend?, *Demography*, 51: 299-315.
- Eastwood, R. e M. Lipton. 2011. Demographic Transition in Sub-Saharan Africa: How Big Will the Economic Dividend be?, *Population Studies*, 65: 9-35.
- Eastwood, R. e M. Lipton. 2012. The Demographic Dividend: Retrospect and Prospect, *Economic Affairs* 32: 26-30.
- Elder, Sara. 2015. What does NEETs mean and why is the concept so easily misinterpreted? Genebra: International Labour Office.
- Farooq, Muhammad, Muhammad Idrees, Shahnaz Tariq, Furdous Ghulzar e Haq Nawaz Anwar. 2014. Consequences of Youth Bulge in Pakistan.
- Frank, A. G. 1973. The development of underdevelopment, *Monthly Review*, 18.
- General Assembly-United Nations. 1996. Resolução nº 50/81, de 13 de Marco de 1996 New York.
- General Assembly-United Nations. 2002. Resolução nº 56/117. New York.
- GJP. 2020. Estatísticas sobre deputados na idade jovem (18-35 anos). Maputo: Gabinete da Juventude Parlamentar.
- Hajnal, John. 1953. Age at marriage and proportions marrying, *Population Studies*, 7: 111-36.
- Halli, Shivia S. e V. Vaninadha Rao. 1992. *Advanced Techniques of Population Analysis* New York: Plenum Press.
- Hartmann, Betsy. 2014. Converging on Disaster: Climate Security and the Malthusian Anticipatory Regime for Africa, *Geopolitics*, 19: 757-83.
- INE. 1999a. Projeções Anuais da População Total, Rural e Urbana, 1997 - 2010. CD-Room. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. 1999b. Resultados Definitivos do II Recenseamento Geral da População e Habitação. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. 2010a. III Recenseamento Geral Da População e Habitação 2007: Resultados Definitivos. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

INE. 2010b. Projeções Anuais da População Total, Rural e Urbana, 2007 - 2040. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

INE. 2013. Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares. Primeiro Círculo 2012/13. Relatório do Primeiro Trimestre. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

INE. 2019. Resultados Definitivos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

INE. 2020. Projeções Anuais da População Total, Rural e Urbana, 2017 - 2050. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

Jejeebhoy, Shireen J. 1995. Women's Education, Autonomy, and Reproductive Behaviour: Experience from Developing Countries Oxford: Clarendon Press.

LaGraffe, Daniel. 2012. The Youth Bulge in Egypt: An Intersection of Demographics, Security, and the Arab Spring, *Journal of Strategic Security*, 5: 65-80.

Manuel, Sandra. 2014. 'Maputo has no marriage materia: Sexual relationships in the politics of social affirmation and emotional stability amongst cosmopolitans in an African city ', University of London.

Mason, A. 2007. Demographic Dividends: The Past, the Present, and the Future, *Contributions to Economic Analysis*, 281: 75-98.

MINEDH e UNESCO. 2019. "Revisão de Políticas Educacionais - Moçambique. Maputo: Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

MISAU, INE e ICF Internacional. 2016. Inquérito de Indicadores de Imunização, Malária e HIV/SIDA em Moçambique 2015. Relatório de Indicadores Básicos Maputo, Moçambique. Rockville, Maryland, EUA: Instituto Nacional de Saúde (INS), Instituto Nacional de Estatística (INE) e ICF International.

MJD. 2008. Declaração de Cheringoma: II Encontro Nacional da Juventude. Maputo: Ministério da Juventude e Desportos.

MPD. 2015. Harnessing the Demographic Dividend: Accelerating Structural and Socioeconomic Transformation in Mozambique. Maputo: Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas, Ministério da Planificação e Desenvolvimento

MUVA. 2018. Perfil de Jovens Urban@s em Moçambique. Maputo: MUVA.

Mwaikambo, Lisa, Ilene S. Speizer, Anna Schurmann, Gwen Morgan e Fariyal Fikree. 2011. What works in family planning interventions: a systematic review of the evidence, *Studies in Family Planning*, 42: 67-82.

OIT. 2009. Guia sobre os novos Indicadores de Emprego dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio Genebra: Organização Internacional do Trabalho.

OIT. 2015. Global Employment Trends for Youth 2015: Scaling up investments in decent jobs for youth Genebra: International Labour Office.

Olsen, A. S. W. 2012. Demographic Window of Opportunity in Africa-and the Role of Migration. Danish Institute for International Studies (DIIS). Copenhagen, Denmark. Available at www.diis.dk

Reardon, Thomas Anthony, David Tschirley, Bart Minten, Steven Haggblade, Lenis Saweda Liverpool-Tasie, Michael Dolislager, Jason Snyder e Claire Ilumba. 2015. Transformation of African Agrifood Systems in the New Era of Rapid Urbanization and the Emergence of a Middle Class. in Ousmane Badiane e Tsitsi Makombe (eds.), *Beyond a Middle Income Africa: Transforming African Economies for Sustained Growth with Rising Employment and Incomes*. ReSAKSS Annual trends and outlook report 2014. Washington, D.C.: International Food Policy Research Institute (IFPRI). <http://ebrary.ifpri.org/cdm/ref/collection/p15738coll2/id/130005>.

República de Moçambique. 1996. Resolução Nº 4/1996 de 4 de Março: Política Nacional da Juventude. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

República de Moçambique. 2009. Decreto 40-2009 de 14 de Julho: Regulamento do Comité Intersectorial de apoio ao Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens (CIADAJ). Maputo.

República de Moçambique. 2011. Constituição da

República de Moçambique. Maputo: Boletim da República, I SÉRIE – NÚMERO 51.

República de Moçambique. 2013. Resolução Nº 16/2013: Política da Juventude. . Maputo: Imprensa Nacional de Mocambique.

República de Moçambique. 2016. Decreto 26-2016 de 18 de Julho: Regulamento do Comité Intersectorial de apoio ao Desenvolvimento de Adolescentes e Jovens (CIADAJ). Maputo.

Rutsein, Shea O. e Kiersten Johnson. 2004. The DHS Wealth Index. DHS Comparative Reports No. 6. Calverton, Maryland, USA: ORC Macro.

Security Council-United Nations. 2015. Resolução nº 2250/2015 do Conselho de Segurança das Nações Unidas New York.

Turra, Cássio M., Rogers Hansine, Serafim A. Alberto, Simone Wajnman, Bernardo L. Queiroz, Ana P. Carvalho, Ramos Muanamoha e Adriana Miranda-Ribeiro. 2022. Estudo A: Avaliação da Qualidade dos Dados do Censo. Estudos Temáticos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de Moçambique, 2017. Maputo: ICON-INSTITUT Public Sector GmbH & Centro de Análise de Políticas (CAP) - Universidade Eduardo Mondlane.

UNFPA. 2019. Suplemento do Relatório sobre a Situação da População Mundial 2019 para Moçambique. Maputo: United Nations Population Fund.

Weber, Hannes. 2019. Age structure and political violence: a re-assessment of the “youth bulge” hypothesis, *International Interactions*, 45: 80-112.

Yair, Omer e Dan Miodownik. 2016. Youth bulge and civil war: Why a country’s share of young adults explains only non-ethnic wars, *Conflict Management and Peace Science*, 33: 25-44.

Características socioeconómicas		Niassa		Cabo Delgado		Nampula		Zembézia		Tete		Manica		Sofala		Inhambane		Gaza		Maputo		Cidade de Maputo	
		P-value	Razão de chance	P-value	Razão de chance	P-value	Razão de chance	P-value	Razão de chance	P-value	Razão de chance	P-value	Razão de chance	P-value	Razão de chance	P-value	Razão de chance	P-value	Razão de chance	P-value	Razão de chance	P-value	Razão de chance
Grupo de idade	15-19	1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000	
	20-24	1,1531	0,0000	1,1355	0,0000	1,2585	0,0000	1,1638	0,0000	1,2585	0,0000	1,5228	0,0000	1,5001	0,0000	1,6592	0,0000	1,7014	0,0000	2,4549	0,0000	2,8110	0,0000
	25-29	1,0010	0,9730	1,0383	0,1640	1,0575	0,0010	1,0468	0,0140	1,2056	0,0000	1,3724	0,0000	1,4749	0,0000	1,6207	0,0000	1,6649	0,0000	2,2140	0,0000	2,7769	0,0000
	30-34	0,8876	0,0000	0,8438	0,0000	0,8833	0,0000	0,9044	0,0000	1,0648	0,0200	1,1455	0,0000	1,1827	0,0000	1,2892	0,0000	1,3580	0,0000	1,7717	0,0000	2,2171	0,0000
Sexo	Masculino	1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000	
	Feminino	1,5302	0,0000	1,5306	0,0000	1,5799	0,0000	1,2473	0,0000	1,5512	0,0000	1,7394	0,0000	1,5928	0,0000	1,2239	0,0000	1,2275	0,0000	2,1232	0,0000	1,8271	0,0000
Lugar de residência	Urbana	1,8309	0,0000	2,3735	0,0000	2,1881		1,5151	0,0000	2,1551	0,0000	1,8595	0,0000	1,3465	0,0000	1,5651	0,0000	1,4918	0,0000	1,1284	0,0000	1,8271	0,0000
	Rural	1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000	
Estado civil	Solteiro(a)			1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000	
	Casado(a)	0,8773	0,0010	0,8979	0,0010	1,0302	0,1810	1,0895	0,0000	0,7913	0,0000	1,2161	0,0010	1,1432	0,0020	1,0155	0,8400	0,9783	0,7950	0,8279	0,0000	0,8326	0,0070
Nível de educação	União marital	1,0462	0,1980	0,9852	0,5930	1,1434	0,0000	1,1002	0,0000	1,0714	0,0300	1,2975	0,0000	1,2381	0,0000	1,0356	0,3300	0,9899	0,7490	1,0210	0,4650	1,0357	0,3380
	Separado(a)/divorciado(a)	1,0833	0,1780	0,9715	0,5830	1,2757	0,0000	1,2001	0,0000	1,1258	0,0000	1,6385	0,0000	1,2737	0,0000	1,1572	0,0450	1,0149	0,8290	0,9939	0,9210	0,9952	0,9560
	Viuvo/a	1,2807	0,0720	0,8490	0,2480	1,3201	0,0000	1,1206	0,0580	1,1100	0,2210	1,4328	0,0000	1,3875	0,0000	1,0933	0,5020	0,7656	0,0120	0,8869	0,2910	1,0022	0,9910
	Nenhum	1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000	
Religião	Primário	0,6070	0,0000	0,7112	0,0000	0,7442	0,0000	0,7164	0,0000	0,7425	0,0000	0,7655	0,0000	0,7933	0,0000	0,7326	0,0000	0,7515	0,0000	0,7284	0,0000	0,6484	0,0000
	Secundário	0,7510	0,0000	0,8105	0,0000	0,7677	0,0000	0,7934	0,0000	0,6825	0,0000	0,6354	0,0000	0,6349	0,0000	0,5873	0,0000	0,5923	0,0000	0,4709	0,0000	0,4128	0,0000
	Superior	0,3808	0,0000	0,3476	0,0000	0,3796	0,0000	0,4681	0,0000	0,2964	0,0000	0,2965	0,0000	0,3214	0,0000	0,3637	0,0000	0,3310	0,0000	0,2093	0,0000	0,2073	0,0000
	Católica	1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000	
Língua materna	Anglicana	0,9656	0,5180	1,2738	0,0900	1,1901	0,0020	1,1612	0,0000	1,3624	0,0000	1,0628	0,5320	1,2203	0,0030	1,1656	0,0850	0,9236	0,2830	1,2352	0,0070	1,1110	0,2910
	Islâmica	1,2574	0,0000	1,2704	0,0000	1,0928	0,0000	0,9785	0,3150	1,1148	0,1610	1,1473	0,1010	1,1567	0,0030	1,2294	0,0270	1,0170	0,8730	1,1330	0,0180	1,1649	0,0070
	Zíone/Sião	0,8459	0,0150	1,0369	0,7750	1,0033	0,9330	1,0480	0,2250	1,1475	0,0000	1,1523	0,0000	1,1790	0,0000	1,2068	0,0000	1,1016	0,0060	1,2114	0,0000	1,3236	0,0000
	Evangélica/Pentecostal	0,9259	0,1290	1,0800	0,1990	0,9987	0,9560	1,0148	0,4310	1,1119	0,0000	1,1159	0,0030	1,1195	0,0000	1,0993	0,0090	1,0119	0,7450	1,1442	0,0000	1,1546	0,0000
Quintil de riqueza	Sem religião	1,0192	0,8830	1,2984	0,0000	1,1502	0,0000	1,2652	0,0000	1,4728	0,0000	1,3445	0,0000	1,2865	0,0000	1,2476	0,0000	1,2789	0,0000	1,4791	0,0000	1,5371	0,0000
	Outra	0,9280	0,5810	1,1490	0,5880	0,8387	0,0220	0,9931	0,7910	1,0544	0,1760	0,9834	0,8370	1,0094	0,8820	0,9603	0,5260	1,0005	0,9930	1,1120	0,0410	1,0934	0,1280
	Enakhuwa	1,1664	0,0000	1,1861	0,0000	1,1001	0,0000	1,1890	0,0000	0,9952	0,9760	1,1711	0,2840	1,0056	0,9580	0,9869	0,9590	0,9784	0,9330	1,0343	0,7290	1,3111	0,0210
	Português	1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000	
Relacao com chefe do agregado familiar	Xichangana	0,7978	0,3890	1,0472	0,8560	0,5441	0,0080	1,1745	0,1950	1,1623	0,3870	0,9579	0,5980	0,9404	0,6110	0,8806	0,1520	1,2275	0,0000	1,0388	0,0660	1,1122	0,0000
	Elomwue	1,1526	0,0550	1,0546	0,8800	1,2031	0,0570	1,0754	0,0000	0,5541	0,0760	0,8064	0,4470	1,0711	0,5770	0,2004	0,1220	1,6893	0,4480	1,0625	0,7680	1,5904	0,0930
	Cinyanja	1,1701	0,0010	0,7967	0,6330	0,7963	0,4670	1,1817	0,0000	0,8765	0,0000	0,7294	0,1830	0,8306	0,4880	0,9448	0,8880	0,8408	0,9440	0,7629	0,4960	1,1026	0,8790
	Cisena	1,4018	0,2940	1,9962	0,0240	0,8838	0,5430	1,1179	0,0000	0,8926	0,0020	1,1574	0,0000	1,0942	0,0000	1,3419	0,2950	1,3192	0,3710	0,8271	0,1380	1,1963	0,2910
Modelo	Echuabo	0,9696	0,9190	0,8497	0,6170	0,8347	0,7900	0,8361	0,0000	1,1747	0,3100	1,0644	0,5510	1,2359	0,0000	1,3806	0,3320	1,0189	0,9430	1,0847	0,2010	1,0720	0,3800
	Cindau	1,5986	0,2770	1,5564	0,5070	1,4644	0,3980	1,1518	0,5720	0,9953	0,9800	1,2920	0,0000	1,1642	0,0000	1,4126	0,0000	1,2629	0,5200	0,9278	0,6590	1,2942	0,2360
	Xitswa	1,0328	0,8760	0,3651	0,3380	0,9909	0,9790	1,1928	0,0420	1,6579	0,0020	1,1043	0,4960	0,8918	0,2940	1,3262	0,0000	1,0101	0,9470	0,9279	0,1000	0,9533	0,5400
	Outra	1,5255	0,0000	1,4185	0,0000	1,2398	0,0000	1,0713	0,0020	1,2568	0,0000	1,0160	0,5570	0,9177	0,0790	0,9150	0,0280	1,1615	0,0170	0,8674	0,0000	0,8150	0,0000
Relacao com chefe do agregado familiar	Mais baixo	1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000	
	Baixo	0,9916	0,7700	1,0997	0,0010	0,9825	0,2910	0,9406	0,0000	1,0700	0,0180	1,0219	0,6580	0,9087	0,0420	1,1431	0,4900	1,4313	0,1070	0,7295	0,4230		
	Medio	1,0870	0,0030	1,1163	0,0000	1,0642	0,0000	0,9322	0,0000	0,9845	0,5810	1,0670	0,1770	0,8362	0,0000	1,0980	0,6250	0,5230	0,2110	0,8602	0,6610		
	Alto	0,9856	0,6320	1,2989	0,0000	1,1363	0,0000	0,9183	0,0000	1,0548	0,0560	0,9678	0,4910	0,9327	0,1460	1,0301	0,8760	0,5059	0,1880	1,0996	0,7800		
Modelo	Mais alto	0,7606	0,0000	1,0702	0,0790	0,8748	0,0000	0,7801	0,0000	0,8686	0,0000	0,7182	0,0000	0,8205	0,0000	0,8914	0,5510	0,4434	0,1160	0,8828	0,7130	0,9153	0,4420
	Chefe	1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000		1,0000	
	Marido/esposa	1,3001	0,0000	1,1684	0,0000	1,3254	0,0000	1,2444	0,0000	1,3331	0,0000	1,7490	0,0000	1,8748	0,0000	1,5478	0,0000	1,2574	0,0000	2,7194	0,0000	3,2802	0,0000
	Filho(a) biológico(a)	1,1312	0,0010	1,2173																			



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Av. 24 de Julho, nº 1989, C. Postal 493
Email: info@ine.gov.mz
Web: www.ine@gov.mz Maputo - Moçambique

